OCUPAR E RESISTIR NA PERIFERIA DA METRÓPOLE CAMPINEIRA:

O CASO DA VILA SOMA – SUMARÉ-SP.

Anderson Cordeiro Sabino

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Campinas

2017

OCUPAR E RESISTIR NA PERIFERIA DA METRÓPOLE CAMPINEIRA:

O CASO DA VILA SOMA – SUMARÉ-SP.

Anderson Cordeiro Sabino

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Campinas
2017

Dedicado a cada pessoa do Formigueiro Vila Soma:
Usina de esperanças.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo aos que possibilitaram a existência deste trabalho como tal: Todos da Vila Soma que acolheram minhas dúvidas e curiosidades! Vocês são inspiração demais para todos! Destaco aqui os coordenadores que tanto me contaram. Gratidão a André Dal Bó que alimentou o conhecimento sobre Sumaré e a Vila Soma com palavras e com seus escritos. Gratidão aqui também à toda a classe trabalhadora que é financiadora de toda minha formação desde o primário.

Agradeço toda minha família que foi e é o apoio e o impulso para tudo o que eu faço. Aos meus pais, Maria e Sabino (o verdadeiro), que com honra, amor, paciência e MUITO suor me alimentaram e possibilitaram absolutamente tudo que eu fiz, mesmo que nem sempre eu correspondesse ao que mereceriam. Obrigado também pelos ensinamentos e exemplos espirituais (Obrigado, Deus), e por estabelecerem o caráter e a honestidade como princípios de tudo. Juro que tento seguir vocês. Minha irmã, Dessa, obrigado por me ensinar tanto entre tapas e beijos (muito mais beijos que tapas) e por todas oportunidades que me deu. Piro, meu cunhado-irmão, grande parte do que gosto hoje tem sua influência. Obrigado por me dar a chance de trabalhar pela primeira vez. Aos meus sobrinhos agradeço por me fazerem um tiozinho e por todo carinho que, também entre tapas e beijos, me alimentam. Um agradecimento especial à Dona Cecília, minha avó, luz, paz e amor que me tranquiliza só de pensar na sua pessoa e me inspira por conhecer suas visões e sua trajetória regada de muita luta. À Giulia, minha companheira e confidente fiel, agradeço por cada dia, cada momento e pela própria conclusão desse trabalho que, provavelmente, não aconteceria sem seu apoio.

Agradeço também à Adriana Bernardes, professora e orientadora que com paciência e sabedoria apontou os melhores caminhos e corrigiu minhas muitas falhas. Obrigado por introduzir também em sala de aula e em trabalhos de campo tantas práticas e teorias que me abriram a uma geografia crítica e que nos transporta a ver possibilidades nesse mundo tão confuso. Estendo a muitos outros docentes que muito ensinaram pelo exemplo e pelas palavras e também à banca que dedicadamente avaliou este trabalho, vocês são referência!

Aos amigos e amigas do *Bonde 011*, a gratidão por toda parceria e risadas (para não falar dos tapas) nesses anos de convívio. Especial àqueles que encamparam tantos trabalhos e conversas em grupo, Paulista (obrigado também por toda ajuda nesse trabalho), Robsão, Rolver, Gabi, Maurício, Nei, Roberval, Fer e muitos outros. Obrigado também à Helena pela paciência desde a escolha do tema! Aos amigos e amigas, professoras e professores do Cursinho Flor de Maio e da Etec Hortolândia, vocês são a base de todo questionamento e pelos caminhos que escolhi. Especialmente: João (que foi pilar da minha opção pela geografia), Patricia, Márcia, Spit (miliano hein!?), Manu, Felipe, Adriano, Texera, Piri, Demaz, Ale, Diogão, Paty, Ian, Gu, Lucas (aluno, amigo, poeta) e muitas outras pessoas!

Agradecimento especial a todos os funcionários do IG/Unicamp e de toda universidade por moverem tudo, destacando a Jo (divina, patrimônio e patrona do IG), Jojo, dona Raimunda, Cássia e Néia.

Foto: Marcela Bragaia, 2016**.**

“Eu sou a flô que o vento jogou no chão
Mas ficou um galho
Pra outra flô brotar
As minhas folhas o vento pôde levar
Mas o meu perfume fica boiando no ar

Por isso levanta negro é o feitor que aí vem
nós já não somos cativos
se ele bater na gente a gente bate também”

João do Vale / Tião Carvalho – Canção: A Voz do Povo

RESUMO

Os espaços metropolitanos tendem a ser extensos, periferizados e desiguais onde, paralela à uma criação robusta de riquezas, se tem a criação da escassez. Isto posto, nos interessa no presente estudo abordar as estratégias organizacionais e os meios materiais que homens e mulheres criam e praticam para sua sobrevivência na Ocupação Vila Soma, localizada em Sumaré-SP, periferia da Região Metropolitana de Campinas. Nossa hipótese é de que são complexos e bem articulados os múltiplos meios de resistir exercidos pelos agentes hegemonizados da ocupação. Para conhecer as estratégias de resistência, abordamos a Vila Soma como processo, descrevendo seus percalços jurídicos e estruturais. Situamos ainda o caso foco no contexto da *metropolização corporativa* de Campinas, pontuando que a escala de ocorrência da ocupação é metropolitana e acompanha uma tendência do atual período onde ocupações organizadas tem sido forma crucial de provimento de moradias pelos pobres nas periferias. No entanto, ressaltamos que Sumaré tem especificidades que contribuem e justificam a existência de ocupações ali, tais como a distribuição de vazios especulativos em zona urbana e uma grande carência habitacional para população de baixa renda.

Palavras-chave: Urbanização; Periferias Urbanas; Ocupação urbana; Movimentos Sociais; Vila Soma (Sumaré-SP);

ABSTRACT

The metropolitan spaces tend to be extensive, peripheral and unequal, besides a robust creation of riches, there is a creation of scarcity. The present study proposes a reflection on the organizational strategies and material means that men and women create and practice for their survival in the Vila Soma Occupation, located in Sumaré, state of São Paulo, periphery of the Metropolitan Region of Campinas. We hypothesize that the multiple means of resistance exercised by the hegemonized agents of occupation are complex and well articulated. To know the strategies of resistance, we approach Vila Soma as a process, describing their legal and structural obstacles. We also focus on the context of the corporate metropolization of Campinas, pointing out that the scale of the occupation's occurrence is metropolitan and follows a trend of the current moment, on which organized occupations have been a crucial way of providing housing for the poor people in the peripheries. However, we highlight that Sumaré has specificities that contribute to and justify the existence of occupations there, such as the distribution of speculative vacancies in urban areas and a large housing shortage for the low-income population.

Keywords: Urbanization; Urban Periphery; Urban Occupation; Social Movement; Vila Soma (Sumaré-SP);

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: TRAÇOS DE UMA METROPOLIZAÇÃO CORPORATIVA. 15

1.1. Retomada do processo de urbanização da RMC: metropolização corporativa com gênese nos usos do território entre 1940-1990. 16

1.2. Periferização metropolitana: os sentidos pretéritos e atuais da metropolização em expansão aos eixos oeste/noroeste. 25

1.3. Habitar na metrópole: Precariedade e as visões estatais 35

2. SUMARÉ-SP: SÍNTESE DE INTERESSES DESIGUAIS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE CAMPINEIRA. 43

2.1. A cidade industrial: formação de um espaço derivado. 44

2.2. Ontem favelas, hoje ocupações: a luta dos agentes hegemonizados por moradia em diálogo com legados do planejamento hegemônico em Sumaré-SP. 52

3. VILA SOMA: RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO. 63

3.1. Ocupação como processo, como lugar 68

a) OCUPAÇÃO – Primeira fase, mas não primeiro ato. 69

b) RESISTÊNCIA – Ruptura organizacional e tensões jurídicas levadas ao limite. 75

c) PERMANÊNCIA – Redirecionamento de energias e aproximações com poder público. 82

3.2. Cotidiano como práxis de um planejamento ascendente: Contrarracionalidades na produção do espaço. 88

a) EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA – HORIZONTALIDADES ORGANIZACIONAIS 90

b) CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PRÁTICAS – CONTRARRACIONALIDADES NA INVENÇÃO DAS POSSIBILIDADES 95

CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 105

APÊNDICE 112

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População residente nos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Campinas (1970-2000).....30
Tabela 2 - Períodos da Implantação Industrial em Sumaré-SP.....46
Tabela 3 - Principais Marcos legislativos relacionados à Habitação em Sumaré.....54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Região Metropolitana de Campinas.....18
Figura 2 - Evolução da Urbanização RMC (1965-2015).....23
Figura 3 - Vetores de expansão urbana – RMC.....28
Figura 4 - Distribuição dos assentamentos urbanos na Macrometrópole Paulista por situação.....37
Figura 5 – Assentamentos precários RMC – 2000.....39
Figura 6 – Favelas e Loteamentos Clandestinos em Sumaré (2010).....58
Figura 7 – Vazios urbanos no perímetro urbano de Sumaré.....59
Figura 8 - Prédio da atual sede da Coordenação da Vila Soma 65
Figura 9 – Sede da Ocupação com Bandeiras Vila Soma e MTST.....76
Figura 10 – Preparo para defesa contra Ordem de Reintegração de Posse.....79
Figura 11 – Antes e depois do depósito de lixo na Ocupação.....85
Figura 12 – Fotos exemplificando Protestos feitos pela Vila Soma.....93
Figura 13 - Entrada de água do caminhão à caixa.....97
Figura 14 - Exemplos de espaços religiosos / de comércio na Vila Soma.....100

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição de núcleos de habitação em Sumaré – 1875-2004.....50
Mapa 2 – Regiões Administrativas de Sumaré.....53
Mapa 3 - Localização da Vila Soma em Sumaré-SP.....64

ÍNDICE DE SIGLAS

AEIS - Área Especial de Interesse Social

AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas

AGU - Advocacia Geral da União

APP – Área de Proteção Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CECAP - Caixa Estadual de Casas para o Povo

CEM/CEBRAP - Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

COHAB/Campinas – Companhia de Habitação Popular de Campinas

CPqD -Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Telebrás),

CTI - Centro de Tecnologia para Informática

DIC – Distrito Industrial de Campinas

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA

FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUNDOCAMP - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas

GAORP - Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse

GT - Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NESUR - Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

PD – Plano Diretor

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMHIS - Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPS - Partido Popular Socialista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

Psol – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RENAP - Rede Nacional de Advogados Populares

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

STF – Supremo Tribunal Federal

TJ – Tribunal de Justiça

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo expor as formas de resistência que se perfazem na periferia da metrópole, mais especificamente no município de Sumaré-SP, pelos moradores da Vila Soma, uma das maiores ocupações urbanas do país. Para situar esse lugar de luta, no entanto, intentamos primeiro contribuir ao entendimento de como o processo de metropolização/urbanização corporativa impulsiona e atualiza o processo de periferização na região metropolitana de Campinas, visando revelar o sentido contemporâneo da periferia como subespaço opaco de distância social, ausência de fixos urbanos essenciais, fruto e agente do processo de espoliação capitalista.

Um segundo passo de contextualização é conhecer ações e usos do território pela população marginalizada em Sumaré-SP para habitar em dialética com as políticas públicas setorizadas na habitação no município (planejamento corporativo), identificando como e por quê este planejamento nega às ocupações o direito à cidade e à vida digna.

A Ocupação Vila Soma está na cidade e a cidade está na periferia da região. Sob este princípio visamos pensar contextos e sentidos da periferização metropolitana buscando contribuir ao entendimento de **como se dão** lógicas e estratégias de resistência organizada por parte dos lutadores urbanos, a força revolucionária dos *homens lentos*[1], e **onde se inserem** suas pautas, motivações históricas e campos de atuação no espaço urbano de Sumaré e na metropolização periférica de Campinas.

Para justificar a abordagem multiescalar, nos apoiamos na noção de que a escala "se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da 'origem' das variáveis [...] a segunda é a escala do seu impacto" (SANTOS, 2012c [1996]: 152). Pode parecer contraditório, mas não o é: entendemos que a Ocupação Vila Soma é, por ato, um evento de origem local, mas com escala de impacto metropolitano. Entendemos, porém, que, apesar de intentada abstenção pelo poder público municipal em relação ao conflito, este fato não tira da municipalidade o dever

[1] Na teorização de Milton Santos, os *Homens Lentos* são os pobres, principalmente das cidades, que tem a capacidade de reinventar os modos de vida. "Durante séculos, acreditáramos que os homens mais velozes detinham a Inteligência do Mundo. [...] Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos [...] são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro." (SANTOS, [1996] 2012: 325).

de zelar e buscar articulações externas para resolução do problema fundiário instaurado.

Desenvolvemos um trabalho qualitativo em que escolhemos tratar inicialmente da escala metropolitana por entendermos que a formação e o destino de uma cidade, principalmente de porte médio contígua à sede da metrópole, são indissociáveis desse polo metropolitano e de sua região. Além disso, visamos aqui a busca por compreender a problemática da carência habitacional como um problema metropolitano, tanto pela própria história de constituição das metrópoles quanto pela intensa migração intra-metropolitana.

Em exercício escalar, partimos da Região Metropolitana, abordamos o Município de Sumaré e chegamos à escala do lugar, onde nos debruçamos sobre dinâmicas da Ocupação Vila Soma.

Segundo Milton Santos (2009 [1990]) o Estado age unificando capitais para criar novas economias de aglomeração e novas acessibilidades (estruturas atribuídas ao espaço físico) para prover mobilidade a empresas hegemônicas. A *metropolização corporativa* pode ser entendida como o conjunto de fenômenos, frequentemente carregados de forte intencionalidade, que promove a constituição de metrópoles tão desiguais quanto as que temos no mundo subdesenvolvido, sobretudo no Brasil. Milton condensa da seguinte forma a definição de metrópole corporativa:

> A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de *metrópole corporativa*, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais. (SANTOS,2009 [1990]: 106)

Entre as questões residuais, encontramos a política habitacional por exemplo, tratada de modo setorialista, ora direcionada fomentando o espraiamento das cidades e a especulação imobiliária, como foi o caso da atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) entre as décadas de 1960 e 80, ora como integrante de política econômica anticíclica implantada na década passada, como é o caso do Programa

Minha Casa Minha Vida (PMCMV), recentemente desmontado por um ilegítimo Governo Federal.

Em ambos os casos a provisão de moradias para os mais pobres assentou-se em empreendimentos em maioria afastados e desprovidos de serviços essenciais, enquanto os poderes públicos em todos os níveis dirigem esforços em prover às grandes firmas, em todos os níveis, melhores condições físicas e fiscais. Num contexto de urbanização, sobretudo metropolitana, como este, as lutas organizadas por moradia a partir de ocupações devem ser vistas como pertencentes ao reino das possibilidades e não da criminalidade como municípios e judiciário frequentemente o tratam.

A moradia como direito é expressamente tratado na legislação brasileira, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto das Cidades de 2001, no entanto, o assunto ainda é especialmente problemático no Brasil. Raquel Rolnik sublinha o fato de que "na linguagem contratual das finanças, **os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição**". (ROLNIK, 2015: 13 [grifo nosso]).

Esta propriedade individual, absoluta, apesar de relativizada pela legislação, tem sido reafirmada em processos jurídicos, principalmente em instâncias inferiores. Demonstramos no trabalho o tamanho das necessidades de provimento habitacional em várias escalas, para por fim, ressaltar o caso da Vila Soma como efetivação de uma Reforma Urbana com as próprias mãos (BOULOS, 2012) feita pelos próprios *homens lentos,* em *espaço opaco,* periférico, mas cobiçado pelo capital imobiliário.

A Região Metropolitana de Campinas, oficializada apenas nos anos 2000, é estudada aqui por sua expansão ligada à descentralização da indústria paulistana e pela leitura de sua periferização, onde, aumentado sobremaneira o tecido urbano, se encontram as facetas de uma população empobrecida que é excluída do mercado formal de terras, ao passo que grandes vazios especulativos marcam a forma como o espaço condiciona a própria ação humana: a especulação e o abandono de espaços são convites para ação reivindicatória de movimentos urbanos por moradia.

A ocupação do território na RMC é marcada por seu *espraiamento urbano* (MESTRE, 2009; RIZZATTI, 2014; ROLNIK *et al*, 2015), em que com apoio da ação do poder público, implantam-se núcleos populacionais, empreendimentos industriais,

bairros e serviços que estão espalhados ao longo das principais rodovias, compartimentando o adensamento urbano mais antigo.

Nas palavras de Rolnik *et al* (2015: 133), “Esse modelo de desenvolvimento urbano favoreceu o estabelecimento de uma dinâmica metropolitana marcada pela necessidade de grandes deslocamentos, que estimula fortemente o uso do automóvel como meio de transporte”. Considerando a escala metropolitana, existe um eixo (Rodovia Anhanguera) que divide a RMC em duas porções: uma rica (nordeste) e outra pobre (sudoeste), tornando-se uma fronteira socioespacial e também um vetor de periferização metropolitana.

Escolhemos, portanto, como *locus* de análise empírica a Ocupação Vila Soma, localizada no município de Sumaré, a oeste da sede metropolitana (periferia pobre). A Soma se consolida como importante espaço de disputa e resistência na região, tendo passado pela iminência de um despejo, que seria um grande massacre, Vila Soma catalisa a necessidade ao estudo geográfico. Visamos, com isso, somar à compreensão a respeito das atuais dinâmicas espaciais metropolitanas, abordar os sentidos atuais da periferização e expor formas de contrarracionalidade populares que questionam os rumos do planejamento hegemônico. Através de sistematização de notícias publicadas pela mídia corporativa, entrevistas e presença em encontros na Ocupação, buscamos organizar uma explicação da Vila Soma como *Processo* e como organização horizontal, onde práticas de ordem administrativa, de protesto e de provimento de serviços marcam uma atitude de profunda Resistência.

As contrarracionalidades que dão suporte a essa resistência de existir e permanecer, são frutos das necessidades que percorrem os *homens lentos* nas cidades. “Essa experiência da escassez é a base de uma **adaptação criadora à realidade existente**” (SANTOS, 2012 [1996]: 309; grifo nosso). Para nossa abordagem, é fundante também a dimensão cidadã, democrática e coletiva das pautas e práticas dos moradores, uma vez que “**o Homem e o humanismo são confrontados, no presente, pelo “homem lento”, que atrai, de maneira irreversível, a defesa da cidadania e da democracia social em direção ao cotidiano e aos lugares do Outro**.” (RIBEIRO, 2005: 12463; grifo nosso).

No âmbito da cidade e do lugar, aceitamos que “a cidade, além de herdar desigualdades da estrutura social, as aprofunda. Há, pois, toda uma ampla luta contra

a desigualdade que é estritamente urbana e que deve ser travada na esfera local.” (VAINER, 2002: 27).

Apresentamos o presente estudo desenvolvendo-o da seguinte forma: no primeiro capítulo abordamos os processos de expansão e periferização metropolitanos de Campinas, que entendemos ser fundamental para compreensão dos fenômenos locais em dialética escalar com os fenômenos estadual e nacional; posteriormente adentramos nas especificidades do município sumareense revelando sua formação e evolução demográfico-industrial e finalizamos abordando a Ocupação Vila Soma a partir dos eventos geográficos desse subespaço e das estratégias que perpetram as ações de resistência e sobrevivência da ocupação. Como constante pano de fundo, a situação de precariedade e as políticas de habitação permeiam todas as seções.

1. REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: TRAÇOS DE UMA METROPOLIZAÇÃO CORPORATIVA.

Trataremos nesta seção do processo de urbanização e metropolização de Campinas. O motivo desta abordagem metropolitana é lançar luz ao componente mais abrangente do que a própria cidade de Sumaré e a Ocupação Vila Soma, foco desta pesquisa. Entendemos que a Ocupação não se explica por si, muito menos a própria cidade de Sumaré, fazendo parte de um processo de periferização da metrópole campineira que, por sua vez, se faz por usos do território que caracterizam uma urbanização/metropolização corporativa (SANTOS, 2013 [1993]).

Compreendemos como Magalhães (2008), baseando-se em Storper (1997), que a cidade-região não se trata de uma pura e simples intermediária entre o nacional e o local, mas "aquela cujo nó localizado em seu centro é uma área metropolitana de alto contingente populacional, economicamente densa e diversificada, e que comporta em seu entorno uma série de centralidades de menor porte" (MAGALHÃES, 2008: 17). O mesmo autor ressalta que o espaço da cidade-região compreende as localidades afetadas pela **descentralização** industrial, mas que permanecem dependentes do núcleo metropolitano, "com lógicas integradas ao tecido metropolitano" (MAGALHÃES, 2008: 11).

Sandra Lencioni (2004) afirma que se pode hoje falar numa cidade-região no Estado de São Paulo, abrangendo no entorno da capital as regiões metropolitanas onde se concentram "os ramos mais dinâmicos e inovadores da indústria brasileira" (2004: 72). Isto porque se "fluxo de pessoas é múltiplo, intenso e permanente, a densidade dos fluxos imateriais é expressiva e a relação espaço-tempo vem se comprimindo" (LENCIONI, 2004: 74).

O processo que dá resultado à essa trama urbana é a metropolização do território. Este processo pode ser definido como uma "metamorfose do processo de urbanização" (LENCIONI, 2011: 135). Para Lencioni (2011), trata-se de um dado do atual período histórico, produto e produtor de demandas do capital financeiro mundializado, portanto, face avançada de uma fase superior de urbanização.

Eliza Almeida (2003: 217) afirma que a metropolização foi "uma das consequências mais visíveis das modernizações seletivas do território brasileiro [...] é possível observar o uso corporativo do território, que produziu uma urbanização correlata".

Entendemos, portanto, como princípio de método, que além de uma urbanização corporativa (SANTOS, 2013 [1993]), há um processo de metropolização corporativa, onde toda o entorno metropolitano enquanto conjunto apresenta características de uma urbanização desigual. Em nossa abordagem tentamos contribuir à explicação de como esse processo se desenvolve na Região Metropolitana de Campinas.

A seguir apresentamos uma descrição da metropolização corporativa da RMC em perspectiva histórica levando-se em conta seu contexto macrometropolitano[2], em seguida visamos conhecer a dinâmica de ocupação periférica desta região, até, por fim, situar a questão habitacional nesta escala.

1.1. Retomada do processo de urbanização da RMC: metropolização corporativa com gênese nos usos do território entre 1940-1990.

A região metropolitana de Campinas (RMC) é um dos espaços mais privilegiados pela difusão diferencial de modernizações sobre o território brasileiro. Consolidou-se, legalmente metropolitana, com a Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000.

Para ressaltar a ordem de importância da região, lembramos que em estudo sobre as regiões de influência das cidades, o IBGE (2007) considera Campinas uma Capital Regional A, sobrepondo-se, funcionalmente, a 66 municípios próximos. Esta classificação faz Campinas figurar ao lado de diversas capitais de estados como São Luís, Teresina, Vitória e outras. Segundo o estudo, o PIB per capita em toda a região de influência de Campinas é de R$ 18.405,00, com uma população total de 4,9 milhões de habitantes. As grandes densidades técnica e humana permitem o trato da RMC como verdadeira metrópole, para muito além da letra da lei.

De acordo com Tonetti (2014), no estado de São Paulo, a possibilidade do governo estadual se regionalizar com base em padrões de desenvolvimento adotando a categoria de região metropolitana foi aberta com a Constituição Estadual de 1989 e a Lei Complementar Estadual nº 760, de 1º de agosto de 1994, a qual estabelece as diretrizes para sua organização regional.

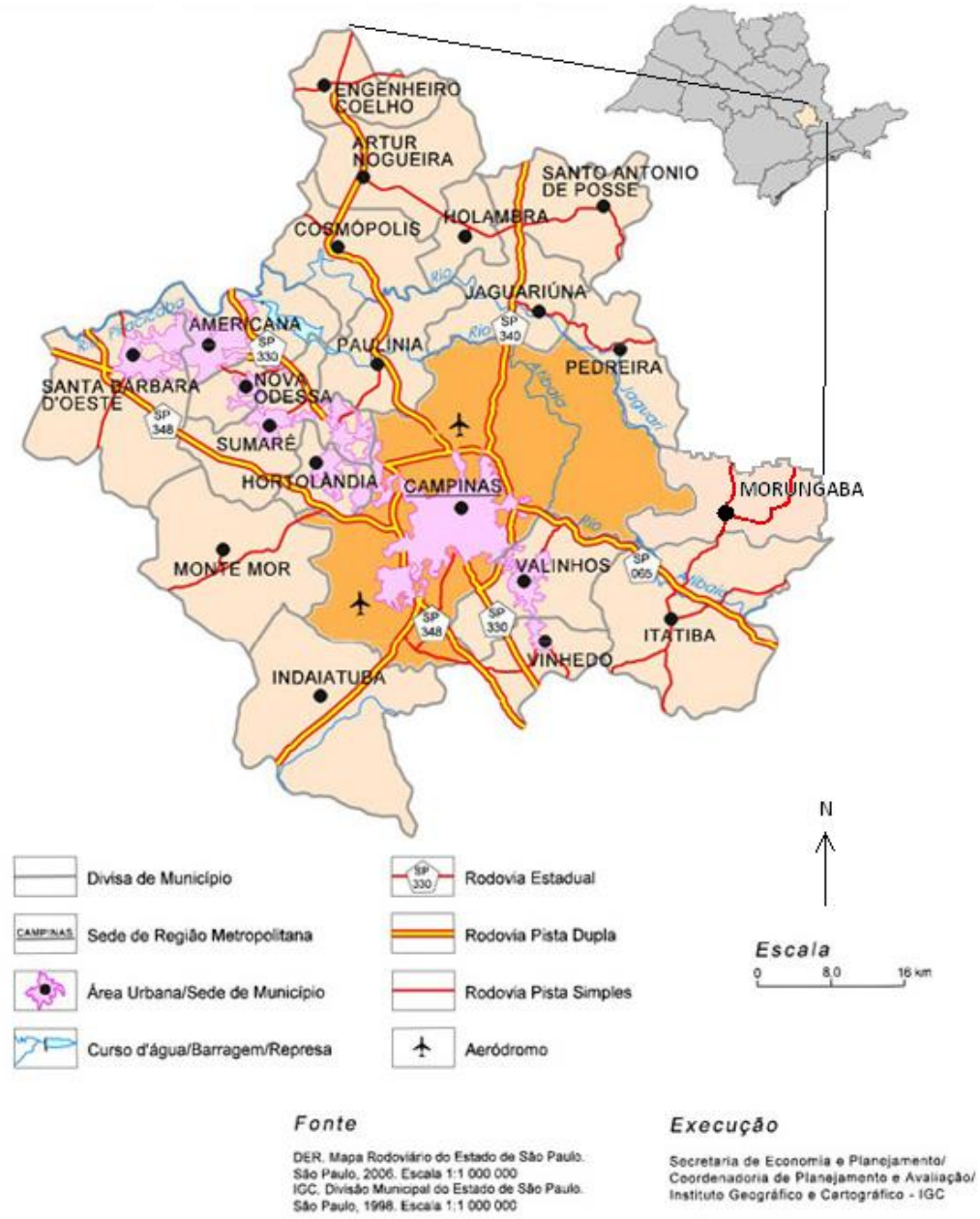
A autora afirma que no caso da RMC, seu processo de institucionalização teve início nos anos 1970 (governo Orestes Quércia) por meio da Lei Municipal nº 3.940/70

[2] Vide Apêndice I mapa do que consiste regiões da Macrometrópole paulista pela Emplasa.

para aprovação da região metropolitana consorciada com os municípios da região. Algumas propostas foram apresentadas por sucessivos prefeitos, mas sem concretização. Até que nos anos 1990 tem-se respaldo político e a discussão ganha força com um estudo técnico para a delimitação da região, sob a coordenação de José Carlos Maurício Hoffmann, assessor da Secretaria de Economia e Planejamento, hoje, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo. No ano de 2000 a RMC é institucionaliza com 19 municípios perante a Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000. No entanto, após estudos técnicos pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa) - órgão vinculado à Secretaria Estadual da Casa Civil – é incluído pela Lei Complementar nº1234, de 13 de Março de 2014 o município de Morungaba, passando a RMC a abranger 20 cidades (TONETTI, 2014).

Atualmente é composta por um aglomerado de 20 municípios (**Figura 1**), sendo eles: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Totalizando uma área de 3.792 Km2 e uma população de 2.976.433 habitantes (AGEMCAMP, 2017).

Figura 1 - Região Metropolitana de Campinas.



Fonte: IGC (2007). Adaptado por Maurício Moysés.

Muito antes do marco administrativo, no entanto, já forjava-se os eventos e dinâmicas que promoveram a atual configuração. Como afirma Milton Santos (2013 [1993]: 84), “o fenômeno de metropolização vai muito além da denominação legal”.

Inicialmente entreposto mercantil, parada de tropeiros, posteriormente o mais importante núcleo do complexo cafeeiro, a região de Campinas criou "as bases para o futuro dinamismo da agricultura, para a eficiente infraestrutura de transporte e para

a qualidade da rede urbana do que viria a ser, mais tarde, a atual RMC" (CANO & BRANDÃO, 2002: 400-401).

A urbanização da Região de Campinas se dá no tecido da região concentrada[3] (SANTOS, 2013 [1993]; SANTOS & SILVEIRA, 2001), espaço que carrega características ligadas ao processo de industrialização e de "consolidação da hegemonia paulista" (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 43).

Rosana Baeninger (1992: 2) afirma que a economia cafeeira exigia "um segmento urbano para complementar e dar suporte às atividades rurais, [sendo que] induziu o crescimento e expansão de atividades urbanas". A autora lembra ainda que o avanço do complexo cafeeiro reforçou a heterogeneidade no território, uma vez que apenas algumas cidades privilegiadas, como Campinas, recebeu rede ferroviária, ligando-a a São Paulo e atraindo as indústrias de beneficiamento e outros serviços (BAENINGER, 1992).

A crise econômica mundial e nacional em 1929 atinge o café, dando início ao período de substituição de importações no Brasil (BAENINGER, 1992). A nascente industrialização beneficiou-se de parte do capital agrícola acumulado no ciclo cafeeiro. A população do estado de São Paulo cresceu de 4,6 milhões em 1920 para 7,2 milhões em 1940, contendo uma taxa de urbanização de 44% (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002).

Segundo Nascimento (2016), nos anos 1940 e 50 avança o crescimento do tecido urbano da região de Campinas impulsionado por eventos diversos como a pavimentação da Rodovia Anhanguera (SP-330) que representou "um vetor de expansão produtiva e de articulação física e econômica regionais, atraindo a instalação de novas plantas industriais em seus bordos" (NASCIMENTO, 2016: 73).

Entre as empresas que se instalaram em Campinas na década de 1940, destacam-se "importantes indústrias ligadas ao setor algodoeiro, como a Anderson-Clayton, Matarazzo, Sanbra e Swift, anteriormente sediadas na grande São Paulo. Destacam-se também a alcoolquímica Rhodia, no então distrito de Paulínia" (NASCIMENTO, 2013: 65). Nota-se, portanto, dois fatores importantes: a ligação entre

[3] A chamada Região Concentrada foi definida por Milton Santos para especificar uma parte do território brasileiro onde historicamente se concentram pessoas, técnicas e investimentos, abrangendo "Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), além de São Paulo e Rio de Janeiro, e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo [...]onde uma divisão do trabalho mais intensa que no restante do país garante a presença conjunta das variáveis mais modernas – uma modernização generalizada – ao passo que, no resto do país, a modernização é seletiva" (SANTOS, 2013 [1993]: 42-43).

a nascente indústria com o setor agrícola e uma relação entre a produção campineira e paulistana.

Os autores Maria Gonçalves e Ulysses Semeghini (2002) afirmam que houve uma complementaridade entre Campinas e São Paulo, sendo que o crescimento populacional da capital teria sido acompanhado pela “ramificação e adensamento de ampla rede urbana no Interior do estado, organizada regionalmente por cidades importantes cuja centralidade foi se estruturando historicamente” (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 28).

Num segundo momento deste período, faz-se importante mencionar que Campinas é beneficiada também por investimentos estatais. Com a implementação do Programa de Metas (1956-1960), que, através de investimentos federais, fomentou a instalação de diversas empresas nacionais e estrangeiras, aumentou substancialmente a participação de Campinas no valor da transformação industrial do estado de São Paulo, sendo que além disso, esse aumento se dá em setores industriais mais dinâmicos como no de material elétrico, comunicação e transportes (CANO & BRANDÃO, 2002: 401). Aprofunda-se, portanto, a divisão territorial do trabalho.

A partir desse importante evento econômico-geográfico, redefine-se o “padrão de acumulação, subordinando a agricultura à indústria” (BAENINGER, 1992: 61), o que foi responsável, através da internacionalização da economia, pela “constituição de um estado essencialmente urbano” (ibidem), impulsionado por grandes levas migratórias que intensificaram seu direcionamento aos centros urbanos.

Campinas seguiu crescendo em importância econômica, industrial e tecnológica no cenário nacional. Entre as décadas de 1960 e 70 a região campineira foi escolhida para abrigar investimentos vultuosos como os que resultaram na implantação, entre outros, da Replan em Paulínia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Telebrás), CTI (Centro de Tecnologia para Informática) (MESTRE, 2009).

Na segunda metade do século XX, de maneira geral, pode-se afirmar que “Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações (com destaque para as normas) condizente com essa nova vaga de modernizações” (RIZZATTI,

2014:3). Este aspecto contribui para consolidação dos complexos produtivos/tecnológicos da região aumentando seu poder de atração populacional.

A partir de 1970, intensifica-se fortemente o desenvolvimento urbano na região de Campinas. Esta década foi um marco de mudanças no Estado de São Paulo, devido, principalmente, ao fato de na capital "reduzir-se significativamente o desempenho de sua tradicional função industrial e desenvolverem-se nela funções e papéis novos"[4] (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 28), a fim de inserir-se profundamente no sistema econômico e social globalizado.

Sandra Lencioni (2004) trata de alertar a necessidade de não confundir a desconcentração industrial com descentralização. Segundo a autora, a industrialização dos anos 1970 da Região de Campinas é resultado da expansão da indústria de São Paulo que se desconcentra de seu centro, ao passo que esta se torna um nó da economia global. O conceito descentralização serviu, segundo Lencioni (2004), para legitimar a instituição da Região Metropolitana de Campinas, mas que na prática, Região Metropolitana de São Paulo e a região de Campinas, "constituem uma unidade" (2004: 70).

O espaço interiorano sendo receptor dessa desconcentração relativa, assume "Campinas papel relevante e singular nesse processo" (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 29) comandando a interiorização da indústria e configurando-se, segundo as autoras, como metrópole regional.

A década de 1970 foi o período de maior incremento populacional na RMC, crescendo a uma taxa de 6,5% ao ano, com saldo migratório de 356.171 pessoas (Campinas: 188.596; Sumaré: 73.743), sendo que na década seguinte cresceu ao ritmo de 3,5% ao ano (BAENINGER, 2001).

Esta atratividade foi motivada não apenas pela interiorização industrial, mas pelas demais atividades que a acompanha, como a "implantação de escritórios e divisões administrativas de grandes empresas do interior paulista [...] cadeias de lojas,

[4] Sobre isto, professor Milton Santos ressalta que, mesmo tendo um ganho populacional proporcionalmente inferior a outras regiões, São Paulo não perde importância, pelo contrário, passa de uma fase industrial, para comandar o espaço brasileiro no período técnico-científico informacional. São Paulo "aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril [...] fenômeno de uma *metrópole onipresente"* (SANTOS [1993], 2012: 103 [grifo original]). Adriana Bernardes Silva (2003: 201) assinala que "O papel hegemônico de São Paulo é subordinado aos interesses das corporações globais [...] a dissolução da metrópole, portanto, torna hegemônica a temporalidade das grandes organizações capitalistas no território nacional".

supermercados, instituições financeiras e serviços especializados" (NASCIMENTO, 2013: 67).

Em 1975, Davidovich & Buarque (1975 *apud* GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002) em estudo sobre aglomerações e regiões metropolitanas, apontavam que a **Área de Campinas** seria composta pelos municípios de Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Paulínia, Indaiatuba e Nova dessa, ainda nesse momento, não se caracterizando como região metropolitana.

Entre os anos 80 e 90 se verifica uma expansão horizontal da mancha urbana da região. Nascimento (2013: 68), ressalta que neste período as crises econômicas tiveram papel importante na redistribuição demográfica uma vez que a população mais carente passa a

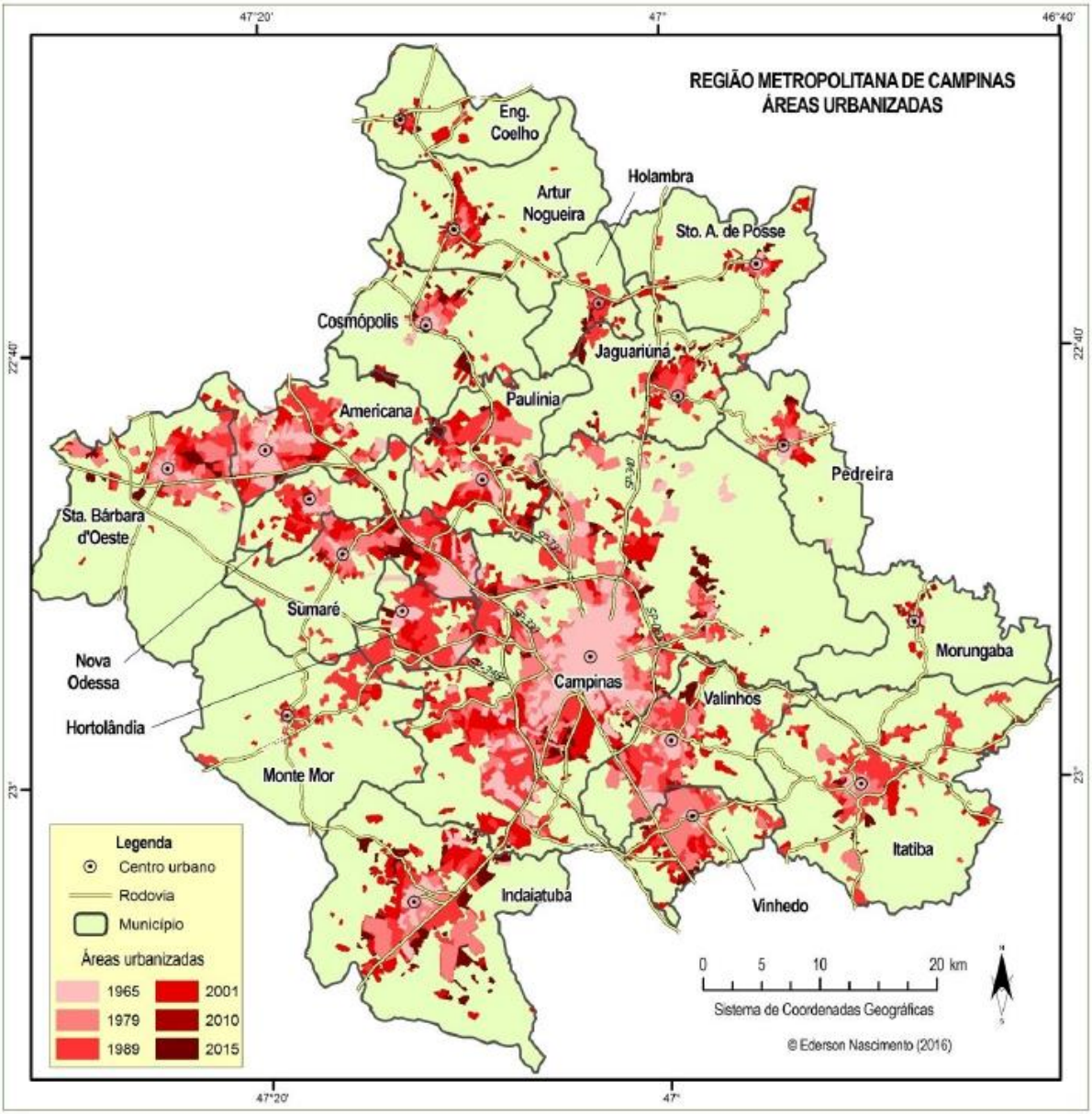
> se instalar predominantemente em áreas de municípios com menor preço da terra urbana em comparação aos dois principais centros regionais (Campinas e Americana): na periferia "longínqua" de Campinas, no extremo sudoeste da cidade e em seu prolongamento em direção aos municípios vizinhos de **Sumaré, Hortolândia** e, mais recentemente, Monte Mor; nas proximidades de Americana, em Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa; e, em centros economicamente emergentes, como Indaiatuba e Paulínia. Essa redistribuição dos fluxos migratórios contribuiu, portanto, para a conformação de um verdadeiro processo de "periferização" em escala metropolitana, conformado pelo crescimento mais acelerado da população urbana em municípios do entorno de Campinas. [grifo nosso].

Esta expansão para Oeste e para Sudoeste contribuiu para o entendimento de que o que ocorria era efetivamente um processo de metropolização.

Em 1999, como apontam Gonçalves & Semeghini, um estudo do IPEA/IE/UNICAMP/NESUR/IBGE apontava Campinas como Metrópole Regional, sendo que sua região seria quase igual à configuração institucional de 2000, sendo que apenas Itatiba e Monte Mor foram incluídas depois (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002), além de Morungaba adicionada institucionalmente em 2014. O fenômeno de conurbação entre vários municípios foi fator importante para o apontamento da metropolização.

Na **Figura 2**, Ederson Nascimento (2016) ilustra o processo de evolução da mancha urbana no território da atual Região Metropolitana de Campinas entre 1965 e 2015.

Figura 2. Evolução da Urbanização RMC (1965-2015)



Fonte: Produzido por Ederson Nascimento (2016) – Dados da DSG, Emplasa, Google e IBGE.

Verifica-se que núcleos de ocupação importantes se consolidam nos arredores do polo metropolitano desde a década de 1960, ocorrendo, no entanto, de maneira restrita. Nota-se que a cidade de Sumaré nesta década possui um núcleo em sua área central e uma ocupação importante na proximidade conurbada com Campinas (então distrito de Hortolândia) e nas regiões que margeiam a Rodovia Anhanguera.

Entre 1970 e 1989 as manchas se espalham pelas bordas dos municípios, sem grande contato com os primeiros núcleos, adensando-se intensamente a ocupação urbana (apesar de nítida presença de vazios especulativos urbanos),

predominantemente precarizada no eixo noroeste. Como sintetiza o próprio autor do mapa, após 1980

> a expansão urbana consolida dois padrões de organização espacial [...] Por um lado, prossegue a urbanização precária e excludente no quadrante sudoeste da RMC, estendendo-se agora até Monte Mor. Neste município, assim como em Sumaré (distrito de Nova Veneza) e Hortolândia, ocorre a consolidação de áreas residenciais em conurbação com a cidade de Campinas, porém afastadas das áreas urbanizadas dos respectivos distritos sede, fragmentando o tecido urbano naqueles municípios do entorno metropolitano. Por outro lado, no quadrante sudeste, acelera-se a urbanização de chácaras e fazendas para a implantação de áreas residenciais destinadas às classes de alta renda (incluindo Itatiba e o distrito de Sousas, no leste de Campinas), muitas das quais fechadas (NASCIMENTO, 2016: 84)

A metropolização de Campinas se dá, portanto, pela combinação de dois processos concomitantes: contextualizado pela interiorização da refuncionalizada indústria paulistana aliada à base socioeconômica preexistente e de forma desigual e pela "apropriação, uso e ocupação do solo urbano, segundo condições que se desenrolam tendo por suporte uma específica articulação de interesses privados, para a qual é essencial a ação sancionadora do poder público". (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 46).

Como advertem Santos & Silveira, a metrópole é espaço de adaptações ao moderno, no entanto, estas adaptações "representam lógicas distantes, que incidem sobre subáreas privilegiadas [...] Toda cidade, entretanto, sofre os resultados desse processo" (2001: 287). Os espaços menos privilegiados sofrem usos, principalmente, pelo movimento da população mais pobre em direção a regiões com menor preço da terra, beneficiando proprietários e incorporadores imobiliários.

Este afastamento da população e espraiamento do espaço urbano é um dos fenômenos partícipes da dinâmica de metropolização, conhecido como periferização. Este processo marca o uso territorial e a configuração da vida metropolitana. Visando contribuir com o entendimento deste processo, abordamos na seção seguinte a expansão metropolitana no sentido noroeste e seus desdobramentos atuais.

1.2. Periferização metropolitana: os sentidos pretéritos e atuais da metropolização em expansão aos eixos oeste/noroeste.

A região concentrada (SANTOS, 2013 [1993]), sobretudo o território paulista, abriga as maiores aglomerações metropolitanas, fruto de uma maior complexidade da divisão territorial do trabalho. Esta divisão territorial mais avançada pode ser explicada pelo fato de que "a região paulista já nasce moderna [...] O Estado e sua Capital vão dever seu sucesso, daí por diante, à possibilidade de adoção das modernidades sucessivas, no campo e na cidade" (SANTOS, 2013 [1993]: 13).

Rosa Moura *et al* (2003) afirmam que, ao longo da segunda metade do século XX, as metrópoles estenderam sua ocupação, agregando municípios do entorno ao seu complexo de relações, compondo densas regiões urbanizadas, nas quais o "célere padrão de crescimento populacional dos pólos, que passaram a assumir seletivamente funções mais qualificadas, cedeu lugar ao crescimento elevado dos municípios periféricos, constituindo espaços nitidamente desiguais." (2003: 34). Segundo Almeida (2003: 218), "as periferias urbanas são o exemplo mais cabal da valorização desigual dos homens e dos lugares".

Adriana Bernardes Silva ressalta que "o território metropolitano, diante das inovações, não tende a homogeneizar-se, justamente porque o **meio técnico-científico-informacional é extremamente seletivo**." (2003: 207; *grifo nosso*). A expansão do tecido metropolitano pela dialética entre valorização-desvalorização é um dos motivos pelos quais se dá a periferização metropolitana.

Esta seletividade na Região de Campinas privilegia (diferencialmente) o polo metropolitano com a implantação de serviços e funções diretamente conectados ao circuito superior da economia[5] e à circulação global de informações, tecnologias e mercadorias, criando uma profunda fragmentação no município e na região. Segundo Rosa Moura (2009: 31) a metrópole centraliza "o dinamismo socioeconômico e a força expansiva da riqueza material, mas também a diferenciação e segmentação social, a periferização, marginalização e outras formas de segregação socioespacial".

[5] Os circuitos da economia urbana foram diferenciados pelo professor Milton Santos para se identificar diferentes divisões do trabalho a partir de sistemas de empresas modernas e dependentes. O circuito superior abrange bancos, indústrias e comércios de exportação, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior inclui produções fabris de capital não intensivo, comércios não modernizados e dependentes do circuito superior e ainda a versão informal do comércio urbano (SANTOS, 2008 [1979]).

Tratando da periferização na cidade de Campinas, Ana Paula Mestre (2009) periodiza o processo em três fases: 1940-1969 (início de lógicas planejadas de expansão); 1970-1989 (intensificação de modernizações, crescimento econômico e favelização); 1990-2009 (período marcado pelas ocupações organizadas). Utilizaremos a periodização da autora na tentativa de extrapolar os seus marcos geográficos para o processo de periferização da região metropolitana.

1940-1969 – Periferização embrionária com expansão planejada.

Desde esta primeira fase da periferização da RMC notamos elementos úteis à compreensão da formação periférica metropolitana. O Plano de Melhoramentos (1934 – 1938) em Campinas, arquitetado por e para benefício de uma elite local, fez o poder público e o capital aprofundarem sua íntima relação, influenciando três décadas de planejamento, fazendo-se meio de o poder público prover as bases para a modernização que anunciava a égide do novo paradigma industrial (MESTRE, 2009).

Avançou desde aquele período um fenômeno que posteriormente seria executado nas cidades periféricas da região: o retalhamento do tecido urbano em inúmeras glebas por parte de proprietários de terra (proprietários e empresas privadas loteavam as franjas das fazendas mais distantes para valorizar progressivamente outras partes), tendo essas glebas carência de água, esgoto, acessibilidade e outros serviços.

A construção de vias radiais e perimetrais favoreceu a criação de inúmeros loteamentos sem mínima infraestrutura, espraiando a cidade e produzindo grandes vazios de especulação (reservas fundiárias a espera de valorização).

O espraiamento causou um envelhecimento prematuro da região central, processando-se um encortiçamento, primeira forma de resistência por moradia, proibida e muito atacada na década de 1940 (MESTRE, 2009). Nesta dinâmica ressalta-se a “deterioração de espaços dotados de infraestrutura urbana e, em contrapartida, a intensificação da ocupação de áreas não providas de serviços e equipamentos públicos”. (DAVANZO & NEGREIROS, 2006: 257).

Ao final dos anos 1940, é importante a implantação do Aeroporto de Viracopos, vetor de modernizações e de expansão do tecido urbano campineiro no sentido sul. A partir dos anos cinquenta cresceu vertiginosamente o número de grandes plantas industriais instaladas e com elas o aumento de loteamentos lindeiros à rodovia

Anhanguera. “Entre os novos loteamentos aprovados e instalados entre os anos 1950 e 1960, apenas 10% deles eram servidos de infraestrutura básica” (MESTRE, 2009: 14). Para regular o avanço corporativo da urbanização, em 1959 ocorre a Institucionalização do Código de Obras e Urbanismo (orienta regras de uso do solo e adaptações sistema viário). Em 1953 se passou a exigir “a execução de rede de água e esgoto por conta dos loteadores, o que desestimulou os investimentos imobiliários desse setor e incentivou projetos de verticalização da cidade.” (*Ibidem*).

Esses eventos institucionais no município de Campinas e a crescente **valorização da terra pela especulação imobiliária** foram importantes para a consolidação de **periferias intra e extra-municipais**, levando à emancipação de cidades a partir de seu território e à aceleração da ocupação desses espaços que aproveitaram as vantagens locacionais da proximidade com Campinas e o menor preço de seus terrenos. **Sumaré**, cidade onde se localiza a Ocupação Vila Soma, foco deste trabalho, se emancipa do território de Campinas em 1953.

O extravasamento do município-sede da metrópole gerou “eixos de expansão periférica” (CANO & BRANDÃO, 2002: 406) como Sumaré, Santa Barbara d’Oeste e Americana. A rápida e dinâmica expansão da agricultura, serviços e indústria “não logrou absorver a totalidade dos intensos fluxos demográficos que se dirigiram para a região, gerando um processo de periferização das camadas sociais de menor poder aquisitivo” (CANO & BRANDÃO, 2002: 403).

1970-1989 - Intensificação de modernizações, crescimento econômico e favelização

Segundo Mestre (2009), neste período o crescimento urbano de Campinas se dá fora da malha consolidada, seguindo uma tendência de outras cidades na urbanização brasileira. É fato que “o poder público se destaca como o ‘criador da escassez’, pois autoriza que a população mais pobre de Campinas se desdobre em direção as áreas mais distantes, como os DIC´s da região sudoeste” (MESTRE, 2009:17). Paralelo a construções de habitação periférica pelo poder público, se tem ainda uma intensificação das modernizações por entrada de empresas internacionais no período que provoca o aprofundamento da divisão territorial do trabalho na cidade, diferenciando suas porções.

Fortemente influenciada também por investimentos da União visando prover mais fluidez ao capital privado (principalmente estrangeiro), a região recebe, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1974-1979) “a duplicação da Rodovia Anhanguera, a construção das Rodovias Dom Pedro, Bandeirantes e Santos Dumont” (MESTRE, 2009: 19).

Na década de 1970, Sumaré (que incluía Hortolândia, emancipada em 1991) e Americana passam a ser também grandes receptoras de indústrias e pessoas na região, tendo, consequentemente, crescimento populacional intenso.

As autoras Pires & Caiado (2006b) elegem no **Figura 3**, 7 vetores de expansão urbana na RMC.

Figura 3. Vetores de expansão urbana - RMC

Fonte: (Pires & Caiado, 2006b: 283).

Os vetores 1 e 2 são os mais importantes destes vetores para análise da periferização metropolitana e também para nossa pesquisa. O eixo 1 onde hoje se localiza Hortolândia, era parte de Sumaré até 1991, quando se emancipou e articula-se à parte oeste da sede metropolitana. Segundo Pires (2007: 29), Hortolândia e Monte Mor são "áreas de ocupação descontínua que foram incorporadas à dinâmica metropolitana como local de implantação industrial e de moradia para a população de baixa renda, especialmente migrantes que se dirigiram para a região."

Lopes (1988: 41 *apud* RIZZATTI, 2014: 87) argumenta que "fator indutor da periferização de Campinas foi a política fundiária adotada pela COHAB-Campinas em meados da década de 70, que iniciou a construção de conjuntos habitacionais em localizações onde o custo da terra era menor por ser mais distante da área urbana".

O poder público tem papel preponderante na expansão do vetor 2, uma vez que através da COHAB-Campinas concentrou empreendimentos próximos à Via Anhanguera e, "no início dos anos 1980, começa a implantação de um grande conjunto no extremo oeste do município – Conjunto Habitacional Parque Itajaí, induzindo a abertura de novos loteamentos naquela direção" em condições precárias" (PIRES, 2007: 29).

A autora segue asseverando em sua tese de doutorado que

> entre 1966 e 1982, foram construídas nessa região pouco mais de 9 mil unidades de moradia, entre casas e apartamentos, em seis conjuntos habitacionais, sendo três entre mil e duas mil unidades e um com mais de 3.500 unidades (Padre Anchieta). **Esses grandes conjuntos habitacionais distantes e desarticulados** da malha urbanizada ultrapassaram a barreira física representada pela Via Anhanguera, induzindo a expansão urbana nessa direção. Destaca-se que sequer as condições de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos foram devidamente equacionadas. A Cohab – Campinas construiu, ainda nesse período, cerca de 700 unidades em Sumaré, 2.500 em Americana e 1.100 em Santa Bárbara d'Oeste. (PIRES, 2007: 32; [grifo nosso]).

Principalmente na porção de Sumaré conhecida como Nova Veneza (à margem da Via Anhanguera), assim como no então distrito de Hortolândia, se dá uma ocupação desvencilhada da sede municipal, por população predominantemente pobre, trabalhadora de indústrias da região ou de Campinas. Ocupação esta que **fragmenta** o tecido urbano metropolitano. Segundo Caiado, a ocupação no vetor

Anhanguera “caracteriza-se pela localização de populações pobres, expulsas de áreas urbanas mais valorizadas” (CAIADO, 1998: 469).

Na **Tabela 1** sintetizamos o significado do incremento populacional nas cidades periféricas da região.

Tabela 1 - População residente nos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Campinas (1970-2000).

MUNICÍPIOS	1970	1980	1991	2000
Campinas	375.864	664.566	847.595	969.396
Americana	66.316	121.998	153.840	182.593
Hortolândia*			84.385	152.523
Santa Bárbara d’Oeste	31.018	76.628	145.266	170.078
Sumaré	**23.074**	**101.851**	**139.168**	**196.723**
Indaiatuba	30.537	56.243	100.948	147.050
Valinhos	30.775	48.928	67.886	82.937

*Hortolândia inclui-se em Sumaré até o dado de 1980. Em Vermelho: Cidades Eixo Noroeste.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 *apud* PIRES & CAIADO (2006a:5). Adaptado pelo Autor.

Nota-se um espantoso crescimento populacional na porção Noroeste da RMC durante a década de 1970. Sumaré tem um aumento populacional de 441%, sofrendo, consequentemente, um aumento muito grande de sua área urbana (70%), já que 94% da população do município em 1980 vivia em área urbana (PIRES, 2006). Seu crescimento populacional é ainda maior do que o crescimento campineiro (177%). Ou seja, já nos anos 1970, o entorno metropolitano de Campinas já crescia mais rapidamente do que a sede, o que, se não marca uma diminuição da importância de Campinas (já que se trata de uma especialização e não de desmetropolização), é demonstrativo da força de periferização metropolitana no período.

Segundo Baeninger (1992 *apud* CAIADO, 1998), o total da população da RMC triplicou na década de 1970, sendo que 67,71% do crescimento absoluto foi afetado pelo **fator migratório.**

Na década de 80 se intensificou o aumento da mancha urbana regional. De 680 mil habitantes em 1970, a RMC passou a 2,3 milhões em 2000, assentados sobre uma

taxa de urbanização de 95,2% em 1991 e de 97,1% em 2000 (CANO & BRANDÃO, 2002: 408).

Percebemos pela análise da metropolização campineira que a partir dos anos 1980 se tem uma diminuição do dinamismo econômico da década precedente. Com isso, grande parte das populações que chegam às cidades por expulsão do campo recentemente mecanizado ou fugindo dos altos preços das terras próximas ao pólo metropolitano ocupam as bordas da região, adensando mais as regiões periféricas. Segundo Milton Santos, esse espraiamento das cidades se dá pela combinação entre especulação imobiliária e modelo rodoviarista, fatores fundamentais da periferização. O autor assinala que

> As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa, há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e de espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. **Mas o déficit de residências também leva à especulação**, e os dois juntos conduzem à **periferização** da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências de serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. (...) A organização dos transportes (...) fortalece os centros em detrimento das periferias. (SANTOS, 2013 [1993]:106; grifo nosso).

O eixo noroeste da região metropolitana, que abrange os hoje municípios de Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste são ocupados por indústrias desde os anos 1970, no entanto, a partir da crise nacional pelo resfriamento do chamado milagre econômico, estas regiões continuam a atrair grandes contingentes populacionais.

Segundo Caiado (1998: 459), a perda de dinamismo dos anos 1980 é "acompanhado da precarização das relações de trabalho e desassalariamento da força de trabalho." Isto significa que os contingentes populacionais atraídos para regiões metropolitanas são inseridos num modelo urbano "extremamente concentrador, de renda e de população, e bastante excludente, gerando um contingente de trabalhadores subempregados, extremamente mal remunerados" (CAIADO, 1998: 458).

Freitas (2013) aponta que Campinas promoveu uma expulsão populacional para os municípios limítrofes entre 1970 e 1990, sendo que em alguns municípios da periferia metropolitana 70% do crescimento demográfico chegou a ser constituído de

emigração campineira, indicando que Campinas serviu de “etapa intermediária entre a procedência e o destino desses migrantes.” (BAENINGER, 2002 *apud* FREITAS, 2013: 200).

Ainda nos anos 1980, Nascimento ressalta que se pode falar em ***macroperiferia regional*** para referir-se à porção metropolitana dos municípios de Sumaré, Hortolândia e Monte Mor. Segundo ele, “consolidam-se numerosas áreas habitacionais precárias e adensadas (loteamentos “populares” e clandestinos, além de favelas) com população empobrecida [...]” (NASCIMENTO, 2016: 87).

Em resumo, no período exposto tem-se grande expansão metropolitana onde, cresce a malha urbana na direção sul e oeste dentro da cidade de Campinas por parcelamentos e loteamentos incentivados pelo poder público, e, paralelamente, cresce brutalmente a ocupação nas cidades periféricas de entorno, principalmente em direção da porção oeste onde instalam-se grande número de indústrias às margens de importantes rodovias e as populações mais pobres são atraídas pelos menores preços dos terrenos, mesmo que em loteamentos desprovidos de quaisquer infraestruturas.

Dialética à geração de riqueza na metrópole campineira, principalmente por parte do capital hegemônico em vias de difusão do meio técnico-científico-informacional, tem-se a geração de escassez. Segundo Rizzatti (2014), a Rodovia Anhanguera pode ser considerada uma divisa entre uma periferia pobre (a sul) e uma periferia rica (a norte) de Campinas[6]. Na escala metropolitana, para Raquel Rolnik *et.al* (2015), pode-se delimitar essa mesma rodovia, que divide a RMC em duas porções: uma rica (nordeste) e outra pobre (sudoeste), tornando-se uma fronteira socioespacial (ROLNIK *et al*, 2015).

1990-2009 – Ocupações organizadas como motores da periferização

Para Mestre (2009), o período por ela estabelecido entre 1990 e 2009 é marcado pelas ocupações organizadas, sobressaltando-se a região do Campo Belo, extremo sul campineiro, como ilustração deste quadro. Entendemos que existe a

[6] Para visualização da espacialização da pobreza na RMC consultar Apêndice II – Mapa do índice de vulnerabilidade social.

possibilidade de estendermos esta fase até pelo menos 2012, uma vez que cresce em atuação na região a força dos movimentos sociais por moradia.

De maneira geral, a partir dos anos 90 “eclodem as ocupações organizadas de terras urbanas, conduzidas por movimentos sociais engajados que incorporam os vazios urbanos (áreas privadas e de loteamentos irregulares)” (MESTRE, 2009: 33). Mestre aponta que 44% dos atuais loteamentos irregulares de Campinas foram ocupados na década de 1990.[7]

Helena Rizzatti (2014) exemplifica ocupações organizadas com o caso do Parque Oziel, que teve apoio significativo do MST-Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). A pesquisadora aponta que a área ocupada em 1997 foi escolhida por membros ligados ao movimento e por outras lideranças locais devido ao acúmulo de dívidas dos proprietários com a Prefeitura. Segundo ela, “No início de 1998 já haviam 1800 famílias instaladas, totalizando em torno de dez mil pessoas.” (RIZZATTI, 2014: 172).

Segundo Débora Goulart (2011), o Parque Oziel foi uma das únicas grandes ocupações urbanas feitas ainda no âmbito do MST, sendo que, este evento, liga-se à grande Marcha Nacional de 1997 para conformar a autonomia significativa do novo movimento, ou seja, consolida o “nascimento” do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) num direcionamento pela necessidade de moradia nas cidades. A autora sintetiza afirmando que o

> MTST lançou suas bases, mais especificamente, com o desenrolar da ocupação no Parque Oziel, que batizado com o nome de um dos sem-terras assassinados no massacre em Eldorado dos Carajás – PA, em 1996, paradoxalmente, inaugurou o período de autonomização do MTST. (GOULART, 2011:21)

Sugerimos a hipótese de que esta eclosão não é apenas campineira, mas, expande-se à escala metropolitana. Como verificamos na tabela 1, salta aos olhos o crescimento populacional de Sumaré entre 1990 (139.168) e 2000 (196.723). Nota-se ainda que no dado de 1990 se tem a retirada da população de Hortolândia, que também concentra enorme salto no período, 1990 (84.385) e 2000 (152.523). Esses incrementos populacionais na periferia metropolitana, supomos, está relacionada diretamente com a chegada de imigrantes de outros estados, mas, principalmente,

[7] Para um parâmetro da distribuição de vazios urbanos na RMC consultar apêndice II.

pela migração intra-metropolitana que provém à periferia moradores que passaram antes por Campinas.

Um caso que ilustra a escala metropolitana é a Ocupação Zumbi dos Palmares em Sumaré, analisada com profundidade por André Dal'Bó da Costa (2013) e que retomaremos no capítulo seguinte. Esta ocupação organizada e realizada no ano de 2008, já no âmbito autônomo do MTST, ocorreu depois de um despejo de outra ocupação, Frei Tito, situada em Campinas. Segundo Costa (2013: 19), esta ocupação fez parte de uma deliberada estratégia do movimento "de extrapolar os limites de Campinas [...] dando então mais um passo rumo à 'periferia da periferia' de uma região metropolitana [...]" visando aumentar suas chances de sucesso em terras menos valorizadas.

O mesmo autor relata que em 2011 a ocupação Dandara ocorreu em Hortolândia, pretendendo acomodar cerca de 500 famílias removidas da ocupação Zumbi dos Palmares e que marcou uma mudança estratégica do MTST naquele momento. André aponta que a mudança estratégica consistiu em substituir "levantamento de terrenos endividados, o estudo aprofundado das leis urbanas locais, a apropriação do discurso legalista e o profundo conhecimento do Plano Diretor local" por uma "busca, na região, por um terreno gravado por uma confusão cartorial" (2013: 55). No entanto, a rapidez e estratégias da Prefeitura, aliados à forte violência policial contra manifestação e criminalizando o movimento social, determinaram fracasso da nova estratégia (COSTA, 2013).

Percebemos, portanto, que os sentidos da periferização metropolitana em nossa área foco (porção do eixo noroeste metropolitano) é marcada pela extrapolação das ocupações organizadas em Campinas que aumenta o espaço de atuação de movimentos como o MTST.

Paralelo às ocupações, atualmente, as regiões da periferia metropolitana passam por um recente ciclo de valorização da terra que já produz um adensamento nas regiões mais distantes ainda do polo metropolitano. Um dos traços característicos desta valorização e que consideramos necessário ressaltar, aparece pelo notável crescimento de condomínios fechados e loteamentos murados em Hortolândia e Sumaré, fenômeno que até os anos 1980 se restringia a porções ricas do norte campineiro e a cidades como Valinhos e Vinhedo.

Em Sumaré, Maria Conceição Silvério Pires (2006: 7) já alertava 11 anos atrás que começavam a surgir em Sumaré “condomínios e loteamentos fechados, que indicam mudanças na tradicional forma de expansão do tecido urbano do município”.

Este fenômeno indica um sentido de aumento da fragmentação e segregação do espaço periférico metropolitano, encarecendo locais antes desvalorizados e provavelmente empurrando para ainda mais distante os pobres. Rodrigues (2013: 161) é enfática ao afirmar que “os loteamentos murados e os condomínios fechados se expandem criando lugares onde os iguais se protegem dos desiguais. Há uma separação física entre diferentes frações de classe e grupos sociais”.

Nota-se com isso uma verdadeira **disputa** pelas glebas vazias no tecido urbano. De um lado movimentos sociais em busca de uma reforma urbana pelas próprias mãos e por outro lado a vontade dos proprietários em obter maiores lucros com loteamentos murados e de futuros (e poucos) moradores de média e alta renda dispostos a comprar a ilusória mercadoria *segurança* e *segregação* proporcionados pelos empreendimentos fechados.

Nas palavras de Delcol (2013), “ao mesmo tempo em que se expandiu e assumiu uma posição de destaque”, visto seu crescimento econômico e a ocupação pela população rica em condomínios fechados, a RMC também acumula passivos como “concentração de pobreza, processo de favelização, desemprego, violência, especulação imobiliária, elevado grau de segregação socioespacial, entre muitos outros” (DELCOL, 2013: 11).

1.3. Habitar na metrópole: Precariedade e as visões estatais

A habitação no espaço metropolitano é reconhecidamente diferente da habitação em cidades menores e distantes dos grandes centros de acumulação. Esta assertiva não visa relativizar os problemas de moradia nos diferentes subespaços, nem incorrer em encerramento de uma escala só, é evidente que uma noção como a de déficit habitacional é de nível nacional, mas sugerimos a abertura de espaços de discussão mais amplificados em escala metropolitana no Brasil.

Rosana Denaldi aponta que “88,2% dos domicílios em favela (aglomerados subnormais) estão localizados em 36 regiões metropolitanas do país” (DENALDI, 2013: 101).

No território fragmentado metropolitano, característico da urbanização corporativa, problemáticas como a habitacional ganham relevo. A discussão sobre habitação nos move a tratar do déficit habitacional, conceito espinhoso, *à priori*. Utilizado pelo capital (Fiesp, organizações patronais da construção, consultorias) como ferramenta de incentivo de pressão para investimentos no setor imobiliário, não deve ser entendido como algo abstrato, mas um fato que se territorializa pela lógica mercantil com que o direito de morar é tratado.

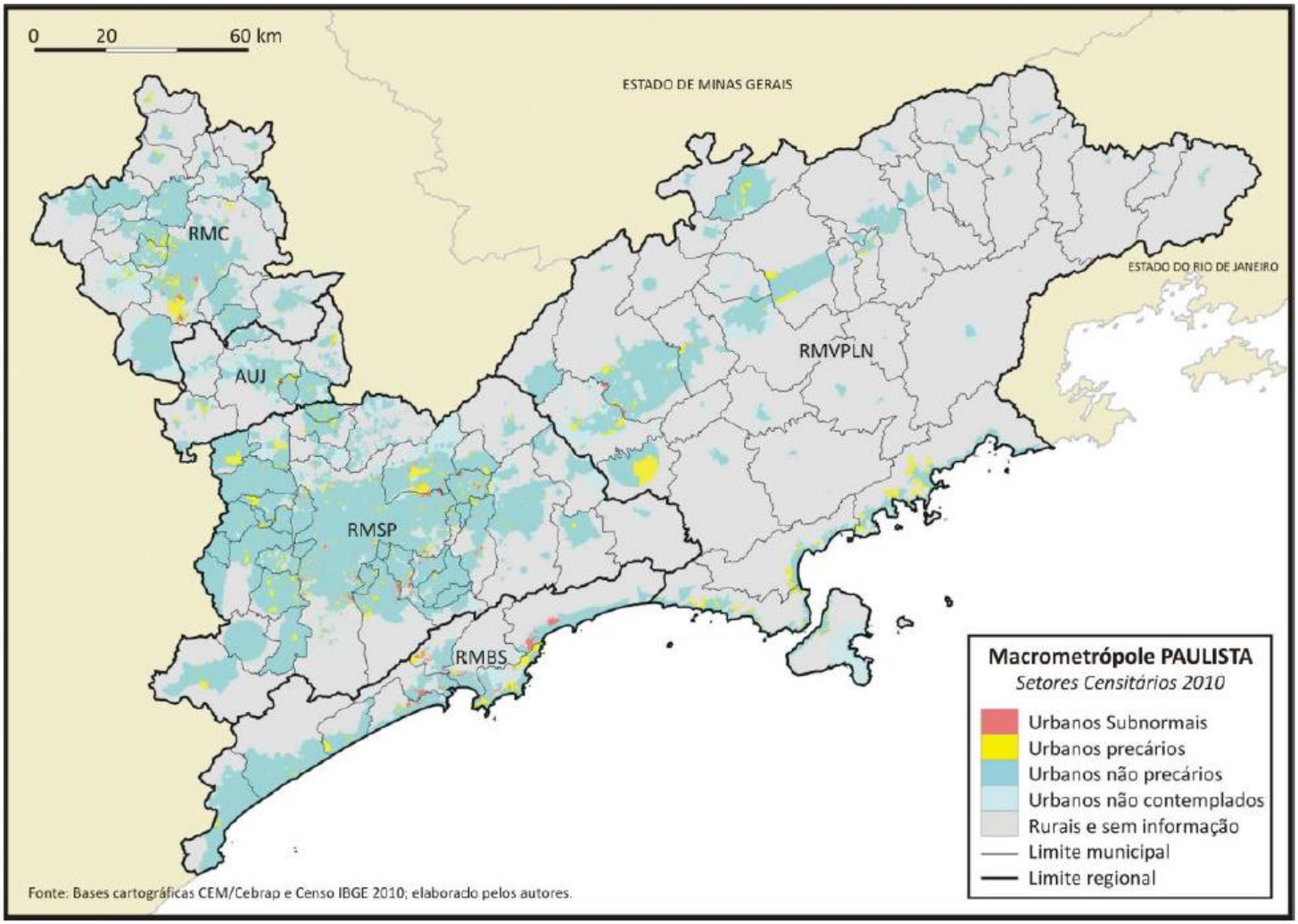
Primeiramente, é necessário pontuar que o número de imóveis vazios é quase a quantidade de famílias que compõem o déficit, elemento combatido, por exemplo, pelas inúmeras ocupações organizadas pelo MTST e outros movimentos em regiões centrais de grandes metrópoles. Por outro lado, podemos afirmar que esses imóveis construídos vazios se distribuem diferencialmente pelo espaço, demandando em diversas regiões a construção efetiva de moradias. **São 1.100.277 domicílios vagos no Estado de São Paulo, contra um déficit habitacional estadual total de 1.495.542** (IBGE, 2010/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). O problema que se tem é de acesso à moradia digna e, sobretudo, a equalização entre oferta de mercado e demanda de habitação pela população mais pobre, algo desastrosamente tratado pelas políticas habitacionais no Brasil.

Apesar de pouco operacionalizada na efetivação das problemáticas, na escala metropolitana encontramos documentos relevantes que tratam a habitação, sobretudo a de interesse social.

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa), instituição pública, e a autarquia Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) trabalham com dados e gestão metropolitana, sendo que a primeira foi criada apenas para a grande São Paulo, mas dá suporte a todas RMs do Estado e a segunda atua especificamente em Campinas.

Encontramos em escala macrometropolitana o Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole paulista feito pelo CEM/CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). O estudo aponta que cerca de 3,8 milhões de pessoas vivem em assentamentos precários em toda a macrometrópole. Na figura abaixo, derivada do referido estudo, nota-se a distribuição dos assentamentos nesta escala e chamamos atenção para a RMC:

Figura 4. Distribuição dos assentamentos urbanos na Macrometrópole Paulista por situação



Fonte: Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole paulista Vol1. CEM/CEBRAP, 2013: 34

No estudo os pesquisadores apontam um total de 736.555 domicílios em condições subnormais e 322.008 em condições precárias, sendo que para RMC, os dados são 43.536 e 66.959, respectivamente (CEM/CEBRAP, 2013). Destacam ainda, o fato de que a população das cidades de “Hortolândia e Sumaré em situação de precariedade habitacional é muito superior à média regional”, uma vez que somando-se a Monte Mor "totalizam quase 120 mil, mais da metade de Campinas”, consistindo desses quatro municípios “84% dos moradores da região metropolitana em setores caracterizados como subnormais ou assentamentos precários” (2013: 19).

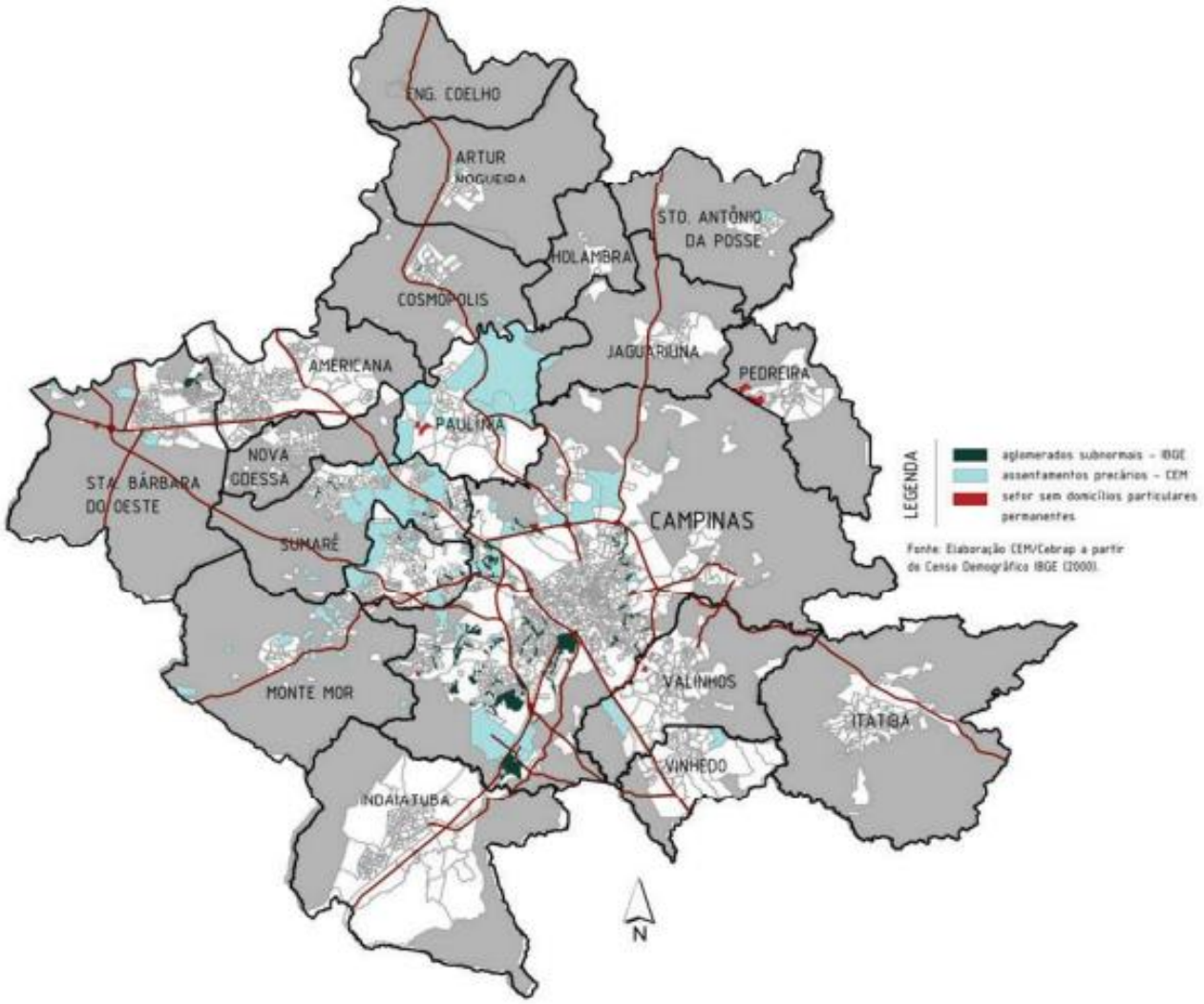
Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), organizados pela Fundação João Pinheiro (2013), a Região Metropolitana de Campinas apresenta **déficit** de **95.433 mil unidades habitacionais**, sendo divididos pelos seguintes motivos (em números

absolutos): Domicílios Precários: 4.316; situação de coabitação: 42.195; Ônus excessivo do aluguel (mais de 30% da renda familiar): 38.973; Adensamento: 9.949. Esses números apontam uma ordem estruturante para a ocorrência de ocupações organizadas para fins de moradia, como o caso da Vila Soma e tantas outras da metrópole campineira. Segundo a Fundação João Pinheiro, a região metropolitana de Campinas é a região de uma não-capital estadual com maior déficit habitacional do país.

Destacamos também o Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social da RMC (PMHIS), realizado em 2007 por Emplasa e Agemcamp, em que há um detalhado diagnóstico da situação habitacional na RMC. Segundo o plano, 97,3% da população regional vive em espaço urbano, encerrados em cerca de 72ha, 19% da área total. Na F**igura 5** a seguir, constante do PMHIS, nota-se a concentração da mancha de assentamentos precários na RMC. Paulínia possui uma área em destaque importante, porém, fora da zona urbana. Sumaré, Hortolândia e a região Sul de Campinas são o que podemos chamar de *espaços opacos*[8] (SANTOS & SILVEIRA, 2001) da região.

[8] "Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos". (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 264).

Figura 5 – Assentamentos precários RMC - 2000



Fonte: Dados Censo IBGE, 2000. Elaboração CEM/CEBRAP. In: AGEMCAMP/EMPLASA, 2007: 153.

O Plano Metropolitano de habitação de Interesse Social da RMC condensa uma gama relevante de dados sobre a situação habitacional na região, aponta, inclusive, a discrepância entre renda e oferta de imóveis pelo mercado imobiliário, a relação de unidades habitacionais vagas. No caso de Sumaré, tem-se que em 2000 haviam 5.592 domicílios vagos e um déficit básico de 3 628 habitações (AGEMCAMP/EMPLASA, 2007). O que fazer com os dados?

O PMHIS foi executado pela Agemcamp com Emplasa e a câmara temática de habitação dentro do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano. Suas pretensões passam por três eixos estratégicos (Promoção habitacional, gestão e financiamento). Em todos os casos, nota-se que se objetiva, principalmente, conectar os municípios

com as legislações federais e estaduais, indicar vazios urbanos para habitação de interesse social, monitorar os Planos Locais de Habitação e direcionar investimentos.

No plano consta que os executores da política habitacional na RMC devem ser "Poderes Executivos locais: Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)" (AGEMCAMP/EMPLASA, 2007: 253). Caberiam aos órgãos metropolitanos (AGEMCAMP, recursos FUNDOCAMP) a tarefa de monitoramento.

Adverte-se, porém que, a "composição de um consórcio metropolitano poderia partir de iniciativas municipais, dando maior administração pelos municípios sobre questões específicas no monitoramento da implementação da política habitacional metropolitana" (AGEMCAMP/EMPLASA, 2007: 253).

É extremamente relevante o esforço realizado no PMHIS, no entanto, parece carente de aplicabilidade, principalmente no sentido financeiro. Além disso, aparenta dificuldade em lidar com disparidades nos fornecimentos de dados pelos municípios.

Entendemos que, apesar da necessidade e dos esforços do PMHIS, não existe a nível metropolitano uma unificação sistemática de levantamento e fiscalização de dados habitacionais (as agências trabalham principalmente a partir de dados federais via IBGE ou de levantamentos municipais), uma vez que são notáveis as contradições de critérios e a confusão conceitual. Ao nosso ver, sem a tratativa consistente de dados e ações regionais, nem efetiva interação entre os poderes municipais em nível metropolitano, são piorados os efeitos fragmentadores de programas federais de habitação. Este quadro pode ser alterado com a recente liberação de fundos para realização de um Plano Metropolitano de Habitação[9].

Segundo Freitas (2013), na elaboração do Plano metropolitano de habitação de interesse social da RMC se identificou diferenças entre dados nacionais e municipais, problemas de tipologias e caracterização de assentamentos precários, sendo que loteamentos informados como clandestinos não eram precários na

[9] Em 24 de Novembro de 2017 a Agemcamp noticiou a aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano (da RMC) de liberação orçamentária do Fundocamp para realização de um Plano Metropolitano de Habitação. O diagnóstico será elaborado em parceria entre a AGEMCAMP, por meio da Câmara Temática de Habitação, do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Urbano), e da Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), utilizando-se do SIM (Sistema de Informações Metropolitanas).
Disponível em: http://www.agemcamp.sp.gov.br/rmc-tera-plano-metropolitano-de-habitacao/ Acessado em 28/11/2017.

verificação empírica e municípios que apresentavam loteamentos precários declaravam não tê-los.

Maior coerência conceitual já seria um caminho para melhoria do planejamento metropolitano. Além das nomenclaturas, o problema da gestão é atributo do pacto federativo. Neste sentido, Nabil Bonduki afirma que “a constituição de 1988 reforçou as atribuições do município ao mesmo tempo em que esvaziou a possibilidade de gestão metropolitana” e adiciona que o Estatuto da Cidade quando regulamentou a Política Urbana da Constituição “não estabeleceu qualquer exigência de articulação metropolitana para os Planos Diretores”. (BONDUKI, 2013:38)

Para Bonduki, a política nacional de habitação ignora de certa forma a ocorrência de “um intenso fluxo de pessoas – o que poder-se-ia chamar de **migrações intrametropolitanas**-, gerando uma forte articulação físico-territorial, que em geral envolve vários municípios” (2013: 39; grifo original). O autor tece suas críticas em torno do que ele chama de viés municipalista.

De fato, as migrações encontram no fato habitacional sua maior motivação. Segundo Cunha (2016: 116) “cerca de 19% do total de responsáveis pelo domicílio que eram migrantes intra-metropolitanos acumulados (ou seja, independentemente do tempo de residência) responderam ter tido como motivação para a migração a questão habitacional”.

Milton Santos ressalta que “os pobres que lutam desesperadamente para conquistar o direito à propriedade estão frequentemente mudando, dentro da cidade; são verdadeiros migrantes intra-urbanos” (SANTOS [1987], 2012a: 154).

A frase do autor dá noção de permanente instabilidade habitacional na vida dos pobres da periferia urbana. O contexto desta ideia é que os necessitados mudam-se com frequência pela região até fixar moradia adquirindo a propriedade, seja por compra ou por ocupação e com o passar do tempo as melhorias implantadas expulsam os pobres desse lugar pela valorização.

A problemática social é condicionada e condicionante do uso do território para habitação, por isso acreditamos que a construção desenfreada de unidades habitacionais não resolve o déficit.

Não pretendemos aqui expor o ponto de vista metropolitano para criação de mais um nível burocrático na realização de políticas públicas. Nosso objetivo neste capítulo foi:

-Apontar a dificuldade de se pensar política pública ou gestão dos dados em nível metropolitano, o que é algo contraditório já que o crescimento econômico, a periferização e a vida das pessoas se dá nesta escala.

-Denotar que é necessária uma visão abrangente do fato urbano, chegando, no mínimo, à escala metropolitana.

-Ressaltar que a urbanização e metropolização da RMC seguiram ordem extremamente corporativa, motivo pelo qual se tem como resultado um espaço desigual, periferizado, favorável ao grande capital e leniente aos interesses dos mais pobres.

-Sugerir que o fortalecimento da noção de ente metropolitano poderia favorecer os próprios municípios, o que não os exime de responsabilidades locais.

O centro de nossos desejos até aqui, no entanto, é legitimar a Ocupação Vila Soma como um evento de nível metropolitano, apesar de localizado num município específico. Em sua história a Ocupação encontrou profunda truculência tanto do poder executivo municipal, quanto do judiciário. Ressaltar a escala de ocorrência a nível metropolitano não serve para diminuir a responsabilidade do ente municipal, mas para apontar a **gravidade da omissão dos entes estadual e metropolitano** e contribuir à explicação da existência de ocupações na metrópole.

Na seção seguinte abordamos o contexto da cidade de Sumaré e suas especificidades históricas e urbanas, direcionando a análise em direção à Vila Soma.

2. SUMARÉ-SP: SÍNTESE DE INTERESSES DESIGUAIS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE CAMPINEIRA.

Emancipada do território de Campinas em 1954 (CRUZ, 2008), Sumaré desenvolveu-se sobre o apoio de suas vantagens locacionais e do contexto metropolitano. Servida de duas das mais importantes rodovias do país, Bandeirantes e Anhanguera e afetada pela densidade tecnológica da região, provê aos capitais, materiais e imateriais, grande fluidez, ao passo que em dialética, contém as contradições características da urbanização corporativa nacional.

É a segunda cidade mais populosa da RMC com 269.522 habitantes, possuindo ainda, a segunda maior densidade demográfica da mesma região, 1.756 hab/km² (IBGE, 2016), atrás apenas de Hortolândia, cidade emancipada em 1991 a partir de um distrito de Sumaré. No quesito PIB municipal, Sumaré aparece em 3º lugar na RMC[10], com R$ 11,9 bi (SEADE, 2014).

Entendemos aqui que "as cidades são os pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas." (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 280). As horizontalidades resultam de relações de contiguidade, no local, no acontecer solidário, já as verticalidades são fruto de relações distantes, de cima para baixo, criam interdependências, "são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos" (SANTOS, 2012c [1996]: 286) são importantes recortes espaciais. Guardemos a concepção da cidade como espaço dessa intersecção, espaço banal de todos os agentes mas em profunda assimetria de potências.

A cidade apresenta uma gama diversificada de usos do território, polarizados principalmente entre o uso por plantas industriais de empresas transnacionais altamente inseridas na competitividade internacional, o circuito superior da economia urbana, e um disperso e pauperizado tecido de espaços opacos onde os usos passam pelo circuito inferior da economia urbana e pelo uso para fins de habitação.

Faz-se importante nesta altura pontuar uma janela de outras lutas relevantes para história de Sumaré pela égide da ação dos agentes hegemonizados da cidade: os trabalhadores.

[10] Segundo a fundação SEADE, em 2014 Campinas teria de PIB: R$ 57.6bi, Paulínia: R$ 14.6bi, os dois primeiros municípios no ranking da RMC.

O município é sede de dois dos primeiros assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Brasil, conhecidos como Assentamentos Sumaré I e Sumaré II, iniciados em 1984 e 1985, respectivamente, em terrenos do Horto Florestal Boa Vista, propriedade da FEPASA. A grande especificidade desses assentamentos passa justamente pela urbanidade, como lembra Bernardo Mançano Fernandes, “Em Sumaré, todos os trabalhadores que participaram das lutas estavam na cidade. Expropriados ou expulsos do campo, haviam migrado em busca de condições de sobrevivência.” (FERNANDES, 1994: 104).

Sumaré ainda tem em seu território a importante e emblemática Fábrica Ocupada Flaskô. A fábrica de elementos plásticos que decretou falência foi tomada legitimamente pelos trabalhadores organizados (sem pagamento de nenhum passivo trabalhista como é comum) em 2003. A fábrica sobrevive por uma forte autogestão e até hoje luta contra ofensivas da justiça, cortes de energia elétrica, além da competição num mercado dominado por empresas capitalizadas e exploradoras de mão de obra. A Flaskô reafirma-se como forma de resistência ao capitalismo e atua “na defesa das pautas históricas da classe trabalhadora em direção ao socialismo” (FLASKÔ, *web*).

Dedicamos este capítulo à cidade onde se localiza a Ocupação Vila Soma. Descrevemos historicamente a ocupação e os usos do território na cidade de Sumaré, principalmente entre 1970 e o atual momento pelo avanço da industrialização; analisamos as normas e diagnósticos de habitação provenientes do planejamento urbano e vislumbramos um histórico sobre as lutas populares por moradia na cidade.

Visamos com isso contextualizar o tipo de crescimento econômico ocorrido pela expansão de Sumaré dentro da metrópole, assim como buscamos enriquecer os argumentos na busca de compreensão sobre onde age a Ocupação Vila Soma, porque se encontra em Sumaré e sobre quais normas e entornos se assenta.

2.1. A cidade industrial: formação de um espaço derivado.

A mancha urbana de Sumaré evoluiu em caminhos de acesso a outras localidades previamente mais importantes, como explicam Cano & Brandão (2002): na direção de acesso de Sumaré a Campinas, desenvolveu-se o então distrito de Hortolândia; a caminho de Americana, se deu a ocupação do distrito de Nova Veneza

(apesar do protagonismo da Rodovia Anhanguera e sua conexão intensa com Campinas, principalmente na porção denominada Matão); no caminho de Campinas a Nova Odessa, o distrito-sede, "núcleo urbano inicial [que] surge na confluência da Rodovia Campinas – Nova Odessa, reforçada pela ferrovia". (2002: 172).

Atualmente Sumaré apresenta uma situação de significativa conurbação com Campinas, principalmente nas franjas do distrito de Nova Veneza, dado significativo dentro do processo de periferização metropolitana relatado onde loteamentos e ocupações ocorreram em suas franjas, desconectadas do núcleo inicial e central, deixando uma série de vazios especulativos, típicos da metropolização corporativa.

Auro Aparecido Mendes (1991) resgata de Sumaré seu passado de produtor algodoeiro desde 1860 (resposta a necessidades do mercado internacional) que estimulou o emprego de mão de obra assalariada e cafeeiro nas décadas seguintes. "Em meados de 1867, Francisco Antônio do Valle cedeu as terras necessárias, para que os trilhos da estrada de ferro passassem pelo povoado de Quilombo, exigindo que se construísse ali uma estação ferroviária" (1991: 53), vindo esta a se chamar Rebouças em homenagem ao engenheiro responsável[11], nomeando também assim o distrito que era parte de Campinas.

Segundo Baeninger (2001: 326) a RMC apresenta uma diferença em relação a outras regiões metropolitanas brasileiras, isto porque "além do pólo regional, os demais municípios foram também capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial, quanto agrícola" não constituindo-se ao redor do pólo metropolitano apenas cidades dormitórios, o que não diminui a importância da centralidade de Campinas, mas desperta para aspectos importantes do contexto metropolitano.

A ferrovia impulsionou a economia cafeeira, reduzindo custos e poupando mão-de-obra, fazendo também expandir-se o modelo de colonato nas relações de trabalho. Tempos depois, entre 1940 e 1950, sendo distrito de Campinas, Rebouças absorve parte das iniciativas industriais que começavam a se instalar na cidade.

Ainda nos anos 1940 iniciam-se movimentações para emancipação, sendo que em 1945 muda-se o nome do distrito para Sumaré em homenagem à orquídea ali existente, e com 182 assinaturas levadas à Assembleia Legislativa de São Paulo,

[11] Engenheiro responsável foi Antônio Pereira Rebouças Filho, militar, irmão do, mais famoso, André Rebouças (negro, engenheiro, inventor e abolicionista). Ainda hoje Rebouças dá nome a uma das mais importantes avenidas da cidade de Sumaré.

pede-se a emancipação (MENDES, 1991). Na década seguinte, “por lei de 3 de dezembro de 1953, a Câmara de Campinas concordou com a realização do plebiscito. Assim, a 30 de dezembro desse ano, Sumaré era elevado à condição de município” (MENDES, 1991: 56).

Na dissertação de mestrado de Maristela Cruz (2008), obtém-se uma interessante versão sobre a evolução dos complexos produtivos de Sumaré. Para a pesquisadora, pode-se periodizar esse processo de maneira tripartite:

Em resumo, a **primeira fase** teria ocorrido a partir de 1875 com a implantação da ferrovia, desenvolvendo-se um núcleo urbano próximo à estação, de forma adensada.

A **segunda fase** foi delimitada entre 1946 e 1970 quando ampliou-se a área urbanizada a partir do centro e diretamente influenciada pela industrialização onde predominavam atividades têxteis e primeiras indústrias de grande porte.

Na terceira fase, a partir de 1970, capitais exógenos de origem nacional e estrangeira passam a predominar nos investimentos industriais em Sumaré. Houve diversificação produtiva e a implantação de grandes indústrias de capital nacional, mas principalmente, internacional. Na tabela organizamos exemplos de indústrias implantadas no hoje território de Sumaré nos períodos:

Tabela 2. Períodos da Implantação Industrial em Sumaré-SP

Períodos	Abrangência	Exemplos de Empresas Instaladas
1	1875-1946	FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.)
2	1946-1970	3M (1943); Eletrometal (hoje Villares); Cerâmica Sumaré (1948); Geantex (têxtil-1958); Assef Maluf (têxtil - 1962), Menke (metalúrgica-1962)
3	1970-2000	Segecal (1973), Cobrasma (1979), Wabco (1978), Sumaré Química (1976), Nativa (1980), IBM (1970), Pirelli (1980), Westfalia (1977), Dow Corning (1978), Schneider, Teka (antes Texcolor), Sherwim Willians, Honda, Amanco-Fortilit, Pastifício Selmi, Mercúrio, IC Transportes

Fontes: Mendes (1991); Cruz (2008). Organizado pelo autor.

Entendemos como inegável a influência da implantação industrial com a expansão da mancha urbana na cidade. Nota-se a grande presença de capital internacional nos exemplos de empresas citados pela autora, este fator é importante para compreender a lógica privada no território da cidade. Como adverte Milton Santos, a concentração populacional no espaço urbano é condição para difusão do capital e também sua consequência:

> A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital [...] A desintegração de economias regionais, assim como sua extroversão, gera a concentração urbana, com efeitos cumulativos [...] A população que lota estas cidades em rápido crescimento constitui mão-de-obra barata e, por sua mera presença, garante o estabelecimento de um estoque de capital fixo que é indispensável a uma maior lucratividade de empreendimentos industriais (SANTOS, 2003 [1979]: 23).

Esta expansão de indústrias multinacionais encontra contexto em plano mundial a partir da fase do capitalismo transnacional monopolista. A partir da década de 1950 em meio ao paradigma fordista de produção grandes empresas dos países desenvolvidos deslocaram-se para países mais pobres “seguindo as estratégias de aproveitamento dos incentivos concedidos pelos países em vias de industrialização, de desfrute de ‘vantagens comparativas’” (Mendes, 1991: 12).

Segundo Mendes (1991), foi neste contexto que se ativou a industrialização brasileira dos anos 50, 60 e 70 sendo que Sumaré foi escolhida como um dos locais de implantação de unidades produtivas transnacionais após descentralização da indústria na capital. Nacionalmente, firma-se o Brasil como produtor e exportador de bens industriais (não só matéria prima) na Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Sobre isso, Pires (2006: 5) reforça que a desconcentração industrial dos anos 1970

> encontrou em Sumaré as condições de acessibilidade, disponibilidade de terras e proximidade com Campinas que transformaram o papel do município no contexto regional. [...] Entre 1960 e 1980, o crescimento do pessoal ocupado e do valor de transformação industrial de Sumaré foi um dos maiores do Estado de São Paulo (MENDES e SAMPAIO, 1992). O crescimento populacional e a expansão urbana que acompanharam essa industrialização foram também surpreendentes (PIRES, 2006: 5).

A ação do poder público teve papel crucial para esta expansão, através da Lei Municipal nº. 313 de 5 de setembro de 1961, “que previa isenção de impostos, [...] possibilitou que em menos de 10 anos quase 300 indústrias se instalassem no Município, ocupando muitas vezes terrenos utilizados pela agricultura” (DIAGNÓSTICO PLANO DIRETOR, 2006) ação associada ao menor custo da terra em relação a outras cidades que margeiam a Rodovia Anhanguera.

Em Sumaré, a instalação de empresas com grande especialização produtiva limitou os efeitos de encadeamento, ou seja, não serviram para criar um entorno de pequenas e médias empresas interdependentes aos colossos industriais. Os efeitos positivos sobre o meio urbano tendem “a drenar-se para Campinas, onde residem grande parte da mão-de-obra especializada e os escalões administrativos e gerenciais das empresas.” (CANO & BRANDÃO, 2002: 159).

A pesquisa de Auro Mendes comprovou a afirmação dos autores acima, segundo ele em entrevistas com empresários e dirigentes industriais, 71% dos entrevistados “afirmaram que precisam de mão-de-obra especializada e enfatizaram categoricamente que esta não é encontrada em Sumaré, sendo captada principalmente em Campinas e São Paulo” (MENDES, 1991: 82).

Faz-se relevante o fato de haver desconexão entre as indústrias e a mão-de-obra oferecida pela população trabalhadora da cidade. Sumaré, a partir da fixação de capitais hegemônicos no comando do território se conforma um espaço derivado (SANTOS [1971], 2009), ou seja, os propósitos locais são diferentes dos propósitos do capital que o comandam, alienando aquele espaço.

A atração exercida pelo município para o capital transnacional passa, necessariamente, por sua localização, seu baixo custo fundiário, proximidade de centros de pesquisa e ensino avançados (Campinas) e por último os incentivos fiscais municipais às empresas, ou seja, as razões e qualidades que fogem das decisões internas do município foram mais importantes do que suas próprias vontades para implantação industrial (MENDES, 1991).

A massa de pessoas que ocuparam as proximidades das indústrias em núcleos periféricos e carentes de infraestruturas deslocam-se diariamente para diversos espaços da região ou são empregados em serviços de baixa exigência escolar na cidade. Grandes levas populacionais, assim como as empresas, buscaram terrenos baratos e encontraram em Sumaré. O município tinha a 7ª maior população da RMC

em 1970 (23.074), saltando em 1980 para a segunda posição (101.834), um espantoso incremento demográfico para o período de uma única década. Nos distritos de Nova Veneza e Hortolândia a explosão demográfica foi absurda nesse mesmo período, 734% e 612%, respectivamente. Esta mudança do cenário demográfico levou o distrito-sede a ter a menor população dos três em 1980.

O **mapa 1** a seguir, retirado do Plano Diretor de Sumaré (2006), evidencia como é dispersa a localização das glebas no espaço urbano de Sumaré, considerando-se como perímetro urbano apenas a porção do núcleo central em direção a leste.

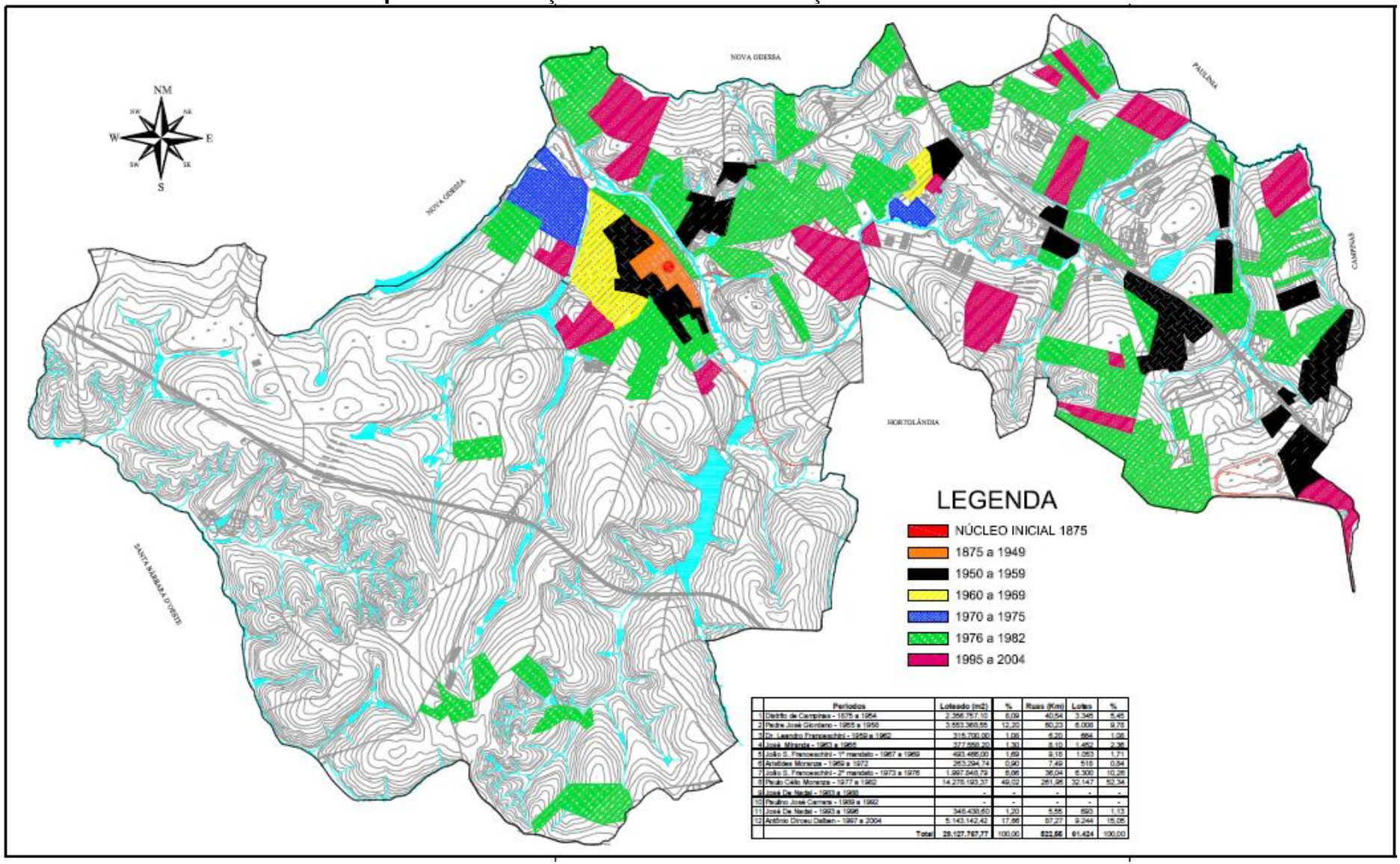
A ocupação dispersa do território de Sumaré teve início em seu núcleo central e seus arredores até 1949. Na década seguinte um pouco se alarga a ocupação central, mas tem destaque o surgimento de loteamentos à beira da Rodovia Anhanguera, regiões do Matão e Área Cura. Entre 1976 e 1982 se percebe um crescimento anormal da mancha urbana, ainda de forma espalhada, adensando levemente alguns vazios deixados, mas crescendo principalmente ainda nas proximidades com Campinas, Paulínia e a Rodovia Anhanguera. Lembremos que a cidade de Hortolândia que até 1991 era distrito de Sumaré também teve ocupação extremamente dispersa, sendo ela mesma, expressão da dispersão em Sumaré.

Este tipo de crescimento do tecido urbano espraiado e fragmentado se faz uma verdadeira tragédia para a cidade e seus moradores, principalmente os pobres. Para os proprietários dos vazios valorizados são drenados os esforços coletivos materializados por infraestruturas. Como realçam Rolnik & Bonduki (1989: 153), esta forma de crescimento urbano “é extremamente lucrativa, uma vez que ocorre um aumento da demanda de terrenos vazios e uma sequência natural da formação de loteamentos periféricos, o que eleva extraordinariamente os preços destas glebas”

Carlos Vainer (2002) afirma que esta apropriação de valor pelos especuladores se configura como a institucionalização da lei do mais forte disfarçada de lei do mercado e demonstra solidariedade entre os poderes econômico e político. Os valores que são pagos por toda população e apropriados por alguns provam que “a disputa pela cidade pode, e deve, ser a disputa por este conjunto de recursos de que ela é origem e depositária, eternizando, como em suas ruas e edificações, mecanismos de reprodução da exploração e da dominação” (VAINER, 2002: 27)

Para os pobres é negado o acesso ao mercado formal pela conjunção perversa entre baixos salários e seguida valorização da mercadoria terra.

Mapa 1 – Distribuição de núcleos de habitação em Sumaré – 1875-2004



	Períodos	Loteado (m2)	%	Ruas (Km)	Lotes	%
1	Distrito de Campinas - 1875 a 1954	2.356.757,10	8,09	40,54	3.345	5,45
2	Pedro José Giordano - 1955 a 1956	3.553.360,55	12,20	60,23	6.008	9,78
3	Dr. Leandro Franceschini - 1958 a 1962	315.700,00	1,08	4,20	664	1,08
4	José Miranda - 1963 a 1965	377.458,20	1,30	5,10	1.452	2,36
5	João S. Franceschini - 1º mandato - 1967 a 1969	493.466,00	1,69	9,18	1.053	1,71
6	Aristides Morenza - 1969 a 1972	263.294,74	0,90	7,49	518	0,84
7	João S. Franceschini - 2º mandato - 1973 a 1976	1.997.940,79	6,86	36,04	6.300	10,26
8	Paulo Celio Morenza - 1977 a 1982	14.275.193,37	49,02	251,95	32.147	52,34
9	José De Nadal - 1983 a 1988	-	-	-	-	-
10	Paulino José Camara - 1989 a 1992	-	-	-	-	-
11	José De Nadal - 1993 a 1996	348.438,60	1,20	5,55	693	1,13
12	Antônio Dirceu Dalben - 1997 a 2004	5.143.142,42	17,66	87,27	9.244	15,05
	Total	29.127.767,77	100,00	522,66	61.424	100,00

Fonte: Plano Diretor de Sumaré, 2006.

Além do fator positivo locacional-logístico, a consolidação dispersa de pedaços de núcleos urbanos em Sumaré pode ser vista também como uma estratégia do próprio poder público. Segundo Maria Teresa Manfredo (2007), muitas indústrias foram instaladas no então distrito de Hortolândia devido à vontade da Prefeitura de manter os impactos negativos da implantação das fábricas distantes do distrito-sede.

A consequência, porém, foi que em 1991, ano da emancipação de Hortolândia, o então distrito respondia por mais da metade da arrecadação de Sumaré, sendo, no entanto, pouquíssimo beneficiada por investimentos municipais.

Com a crescente chegada de imigrantes no então distrito cresceu o descontentamento em relação ao baixo retorno da arrecadação em forma de serviços públicos, possibilitando, assim, a insurgência de um movimento emancipador (MANFREDO, 2007). No texto da autora se lê que os primeiros imigrantes a se fixarem eram extremamente pobres, deslocados para longe da sede sumareense pela própria Prefeitura. A emancipação impactou profundamente as contas públicas de Sumaré, mas também liberou o poder municipal das obrigações com aquela população.

Inserida numa situação de periferização metropolitana, Sumaré já apresentava dados preocupantes de favelização desde a década de 80, como alertam Cano & Brandão (2002), “dados da Prefeitura para 1989 (incluindo Hortolândia) indicavam a existência de 80 núcleos de favelas, localizados em áreas públicas (áreas verdes de loteamentos) e beiras de córregos, abrigando 13.500 habitantes” (2002: 177).

No sentido de lançar luz a esta situação, abordamos na seção a seguir um paralelo entre o uso do território para habitação e as ações de regulação do espaço urbano pelo poder público no município.

2.2. Ontem favelas, hoje ocupações: a luta dos agentes hegemonizados por moradia em diálogo com legados do planejamento hegemônico em Sumaré-SP.

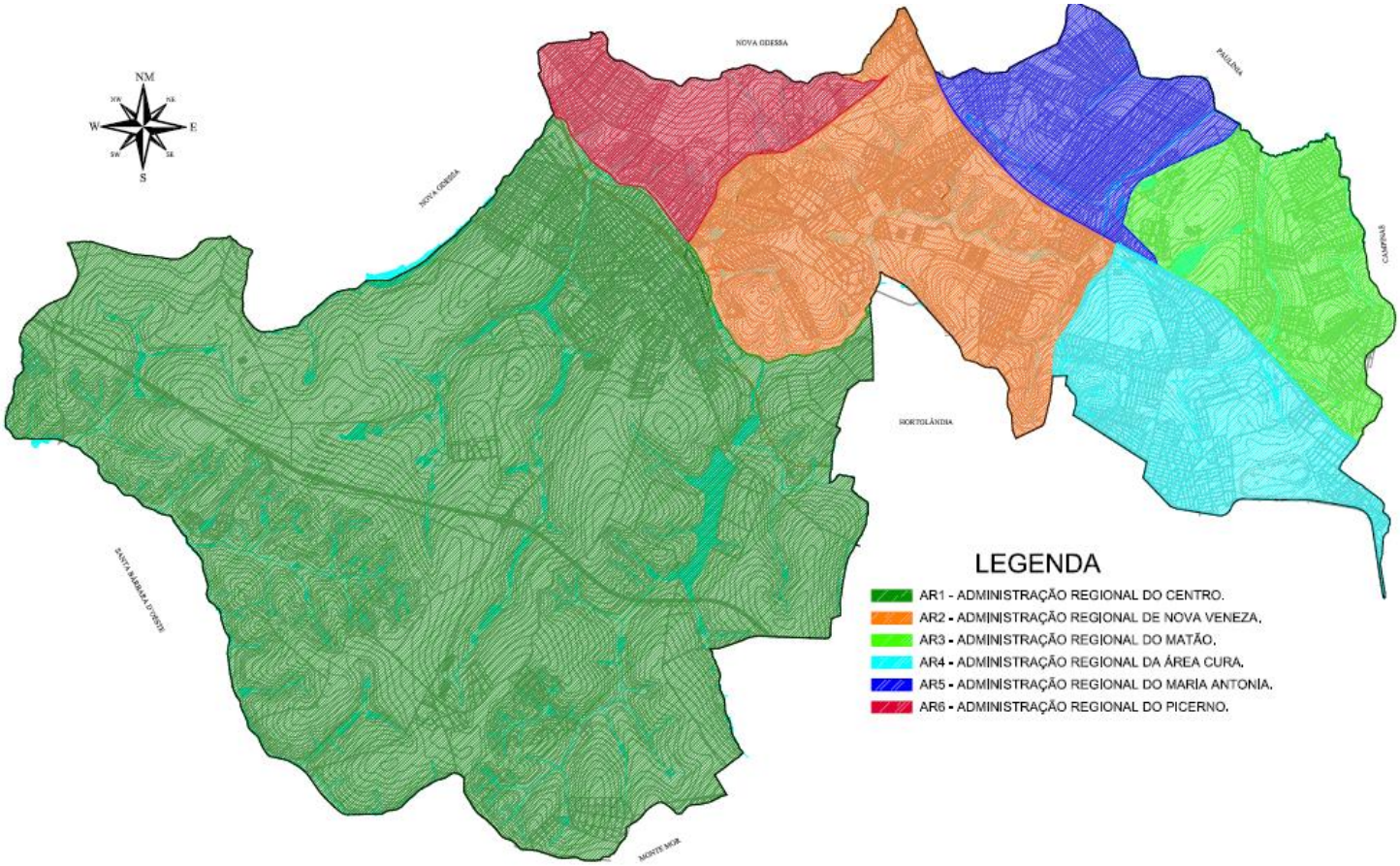
Reconhecemos aqui a importância da ação do poder público como regulador da ocupação do território e como um dos agentes executores da ação hegemônica, analisada aqui, através dos conteúdos expostos em documentos do planejamento urbano.

Ana Clara Torres Ribeiro nos auxilia na definição do que, exatamente, quer dizer ação hegemônica. Segundo ela, trata-se daquela ação "conduzida pelas forças econômicas e políticas que dominam o território brasileiro, expressivas da aliança entre agentes externos e internos e condutora de numerosas e difusas ações subalternas ou subalternizadas." (RIBEIRO, 2004: 194). Milton Santos (2003 [1979]: 16) lembra que o planejamento nos países subdesenvolvidos é, em geral, "um desses conceitos-chave criados pelo sistema capitalista como meio de impor por toda parte o capital internacionalizado".

Obviamente, esta ação não se desdobra sobre espaços *neutros*, muito menos anula os contrapesos. De fato, a ação hegemônica se dá sobre rugosidades provenientes do acúmulo de tempos sobre o espaço que condicionam suas efetividades e, além disso, recria dialeticamente formas de resistência, "como dinâmicas sociais que escapam aos mecanismos de controle que garantem a expansão da territorialidade dominante" (RIBEIRO, 2004: 194), são as ações diretas dos agentes historicamente hegemonizados.

No **Mapa 2**, expomos, para iniciar a discussão, as regiões do município dispostas pelo Plano Diretor de 2006:

Mapa 2 – Regiões Administrativas de Sumaré



Fonte: Plano Diretor de Sumaré (2006).

O município é dividido 6 grandes regiões administrativas. A região do Centro engloba toda área próxima ao núcleo inicial de ocupação, mais a zona rural. A região de Nova Veneza, em laranja contíguo à região central, mas que se expande até a rodovia Anhanguera, é a região onde se encontra a Ocupação Vila Soma. Por todas as regiões registram-se casos relevantes de ocupações e favelização.

É evidente que esta regionalização não leva em conta condições históricas intrínsecas às relações sociais dos espaços, configura-se antes de tudo um exemplo de regionalização como *ferramenta*, que “assume a forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado” (RIBEIRO, 2004:196).

A ação do planejamento hegemônico em Sumaré pode ser sintetizado em diversas leis que visaram controlar ou, intencionalmente, ausentar de controle público o crescimento do tecido urbano e a habitação. A cronologia das principais leis é apresentada na tabela:

Tabela 3 - Principais Marcos legislativos relacionados à Habitação em Sumaré

Período	Legislação	Observação
Década 1970	Distinção entre Zona Urbana e Zona Rural – primeiros parâmetros básicos para parcelamento do solo	São aprovados 90 loteamentos. Não impede aumento de loteamentos irregulares.
1983	Proíbe-se novos parcelamentos, trava aprovações	Ação tomada após aprovação de 80 loteamentos (32.147 lotes) entre 1977 e 1982. Número superior à demanda no período.
1983	Nova Lei de Parcelamento do solo	Incorpora exigências da Lei Federal 6766/7 –Loteamentos sem infraestrutura não poderiam ser aprovados –Nenhum loteamento é aprovado até 1995.
1992	Plano Diretor – Lei 2500/1992	Estabelece diretrizes abrangentes para todas as frentes do Planejamento urbano.
1995	Lei 2831/95 – Lei de parcelamento de Uso do Solo.	Novos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo. Remendada por diversas leis posteriores, mas nunca revogada totalmente.
2002	Lei Municipal 3752/2002	Instituiu loteamento fechado para fins residencial e comercial
2006	Plano Diretor – Lei 4.250/2006	Executa importante Diagnóstico da situação habitacional do município.
2007	Lei 4545/2007 – Política Habitacional.	Disciplina a Política Habitacional de Sumaré com Conferência de Habitação, reestruturação do Conselho e criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Habitacional (FMDH).
2010	Plano Local de Habitação de Interesse Social	Atualiza e aprofunda um diagnóstico sobre a situação habitacional no município.
2016	Início de Processo de Revisão do Plano Diretor	Propõe aumento do perímetro urbano; Não inclui as maiores ocupações em ZEIS.

Fonte: Pires, 2006; Cruz, 2008; Plano Diretor (2006); PLHIS (2010). Organizado pelo Autor.

É variada a gama de marcos legais no município que versaram sobre questões importantes para o uso do território. No PLHIS (2010: 88) ressalta-se que a expansão fragmentada de loteamentos desde a década de 1970 se deu “à margem do planejamento e do controle urbano”. Como ressaltamos na seção anterior, a busca por emprego e moradia mais barata em Sumaré gerou atração de grande contingente populacional, espraiando os loteamentos nas periferias da cidade. Esta expansão sem

controle, na verdade, revela omissão planejada pelo poder público, já que assiste, apesar de sua lei, as ações imobiliárias fragmentarem a cidade.

Como apontado na tabela, a gestão municipal de Paulo Célio Moranza, entre 1977 e 1983 aprovou 80 loteamentos (14 milhões de m², abertura de 261 km de ruas), ou seja, há também um papel ativo da lei. Este período foi o de maior e mais rápida expansão de loteamentos na cidade.

Em momento posterior, Pires (2006: 7) alertava para um importante movimento de parcelamento especulativo legal entre 1995 e 2004, já que "entre loteamentos aprovados e em aprovação, estima-se a produção de mais de 14,5 mil lotes, em 34 empreendimentos", sendo mais de 5 milhões de metros quadrados loteados e quase 90 km de ruas abertas, segundo período de maior expansão (DIAGNÓSTICO PLANO DIRETOR, 2006). Especulativo porque "não há sequer condição dos serviços municipais garantirem o abastecimento de água e o tratamento de esgoto" (PIRES, 2006: 7), outorgados principalmente após a lei de 1995. Esta, portanto, é marco do favorecimento dos interesses do mercado imobiliário em obter maior lucratividade possível.

Elemento salutar para habitação no município foi também mobilizado pela produção pública de moradia. Segundo Cruz (2008), a COHAB-Bandeirantes inaugurou a modalidade de núcleo popular no município ao construir 500 casas populares na década de 1970 (Vila Yolanda Costa e Silva, Vila Zilda Natel e Núcleo Scyla Médici), próximos ao centro, mas intercaladas com lotes vazios que só foram utilizados depois da valorização imobiliária decorrentes de investimentos (CRUZ, 2008: 75). Na mesma década a CECAP (Caixa Estadual de Casas para o Povo) construiria o Parque Vereador Euclides Miranda e, o INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais), o Parque Nova Veneza. Muito tempo depois, em 1997, seria a vez de entregar-se o Conjunto Habitacional Ângelo Tomazin com 500 unidades, segundo a autora, sem urbanização estar completa (CRUZ, 2008).

Por todos os aspectos de periferia metropolitana que caracterizam Sumaré, é fato que esse mercado imobiliário se foca na população de média e baixa renda, faixas que são, preferencialmente, atraídas para a cidade. Não podemos por isso desprezar a atual expansão de condomínios fechados que alteram sensivelmente o padrão de expansão na cidade e na metrópole. Mas detemo-nos aqui às faixas de menor renda.

Os problemas de desemprego, subemprego, trabalho informal e muitos outros, geram graves dificuldades da população mais pobre de acessar o mercado imobiliário, mesmo quando o parcelamento é irregular. Muito menos ao mercado formal, já que se não há trabalho bem assalariado e formalizado, crescem demais as dificuldades de acesso ao financiamento. Esta situação, é óbvio, não diminui a básica necessidade de morar das pessoas. Logo, abrem-se portas para a busca espontânea ou organizada para solucionar esta necessidade: crescem favelas e ocupações.

Em Sumaré, a população pobre busca há tempos construir com as próprias mãos a possibilidade de habitar à margem do mercado formal e apesar de todo aparato legal exposto. Diante disto, as "ocupações de áreas públicas para edificação de favelas acabaram sendo a alternativa para muitas famílias interessadas em permanecer na região" (CRUZ, 2008: 83).

No documento de diagnóstico para o Plano Diretor de 2006 aponta-se que a secretaria de habitação contabilizava que "população moradora de áreas ocupadas alcança cerca de 8.600 famílias, totalizando 23.124 habitantes, apresentando uma densidade média de 3,79 habitantes/domicílio" (SUMARÉ, 2006:11). Cruz (2008) aponta que eram "77 áreas de ocupação, sendo 17 em áreas de risco, 36 áreas de proteção ambiental" (2008: 82).

A maior parte das áreas de ocupação irregular assentam-se em Sistemas de Lazer, denominação empregada nos mapas do PD e que consistem em áreas contíguas a corpos d'água, ou seja, áreas de proteção permanente (APP). São primordialmente favelas, distribuídas por todo espaço urbano da cidade, com apenas 3 núcleos na zona rural.

O Plano Diretor elaborado em 2006 estabelece todos os instrumentos basilares da política habitacional moldados no Estatuto das Cidades pelo governo federal. Destacamos aqui um instrumento que é extremamente sensível à população moradora de favelas e ocupações: as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que abrem caminhos para regularização fundiária e destinação de glebas vazias preferenciais para provimento de habitação popular.

No PD são normatizadas sob a alcunha de AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social), na Seção III, Art. 59. Estabelece-se uma tipologia de 4 categorias[12]. O

[12] I – AEIS I – assentamentos autoproduzidos por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas; II – AEIS II – loteamentos públicos ou privados irregulares ou clandestinos que atendam a padrões de qualidade de vida e o equacionamento dos equipamentos urbanos e comunitários, circulação e transporte, limpeza urbana e

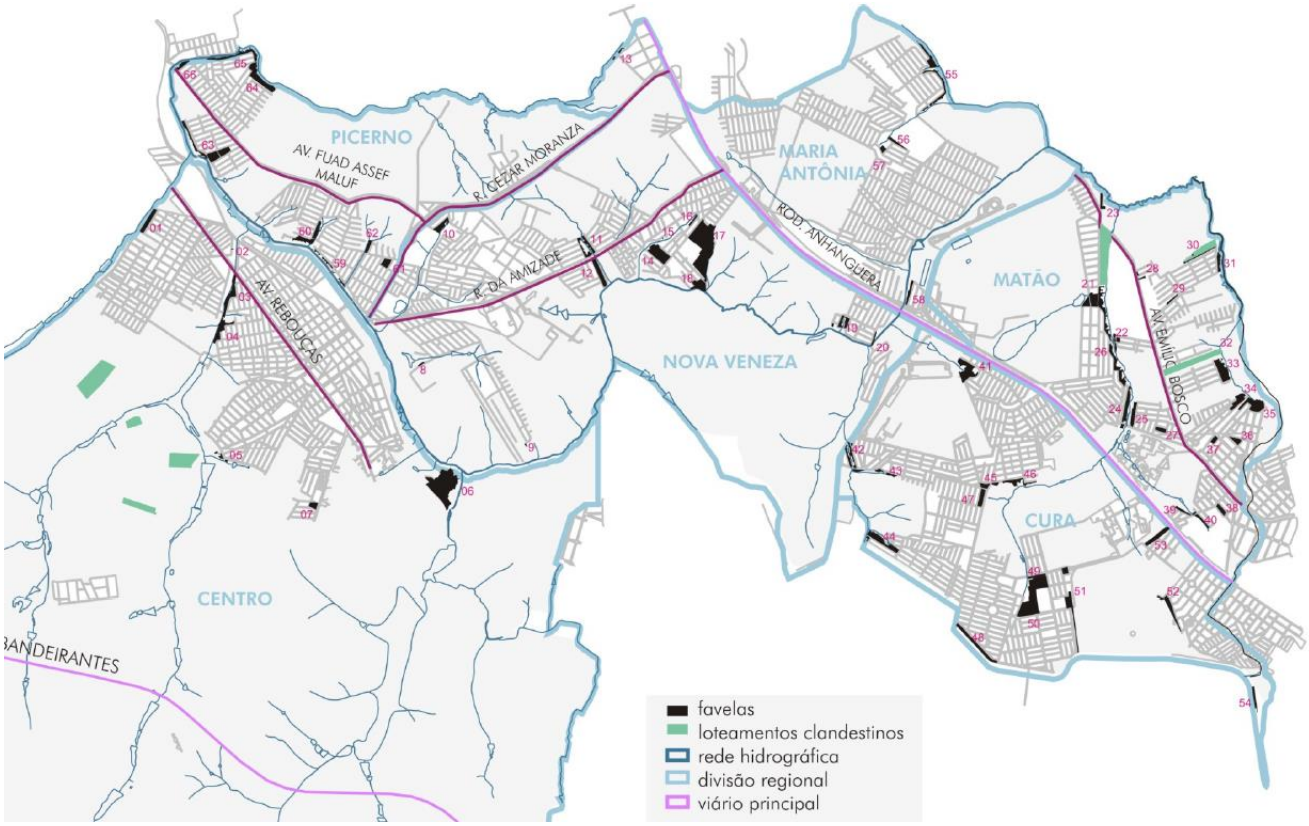
problema é que no próprio PD não se delimitou as áreas, mas deixou a cargo de leis posteriores que seriam geradas pelo poder executivo. Encontramos no PLHIS (2010) a informação sobre demarcações aprovadas por leis próprias em 2008 e 2009 de apenas 3 AEIS no município todo (lembrando que no próprio diagnóstico do PD apontava-se uma quantidade de mais de 7 mil famílias em assentamentos precários, sem contar outras motivações para o passivo habitacional de baixa renda, pouco quantificado até então).

No PLHIS de 2010 se aprofunda o diagnóstico, carregando uma descrição numérica, mas também qualificando cada assentamento precário da cidade. Neste plano, no entanto, aparecem 66 núcleos. Este número menor que o do PD ocorre porque se inclui apenas "favelas ou pequenos núcleos de invasão na zona urbana e loteamentos irregulares ou clandestinos" (SUMARÉ, 2010: 90), excluindo-se os regularizados no período e aqueles de média-alta renda que afastam-se da problemática enfocada. São quantificados os domicílios em assentamentos precários, apontando existência de 5.833 unidades, onde habitavam cerca de 21.582 pessoas. Segundo Costa (2013: 48), a quantidade de domicílios originados por invasão de áreas públicas em 2010 "representa aproximadamente 10% de todos os domicílios da cidade" e "se considerarmos loteamentos irregulares e ouros tipos de irregularidade de infraestrutura ou jurídica, localizados em terrenos privados ou devolutos, a informalidade na cidade passa de 50%".

Na figura a seguir expressa-se a localização das favelas e loteamentos clandestinos estudados no Plano:

segurança; III – AEIS III – imóveis não-edificados, subutilizados, localizados na Macrozona Urbana Consolidada e na Macrozona Urbana Fragmentada, que venham a ser destinados à implantação de habitação de interesse social com interveniência do Poder Público; IV – AEIS IV – áreas ocupadas com fins de uso habitacional por populações de baixa renda, com incidência significativa de edificações precárias, não plenamente concluídas, degradadas, ou destinadas originalmente a outras atividades, na maioria das vezes com carência de equipamentos públicos e comunitários. Plano Diretor (SUMARÉ, 2006: 24)

Figura 6 – Favelas e Loteamentos Clandestinos em Sumaré (2010)



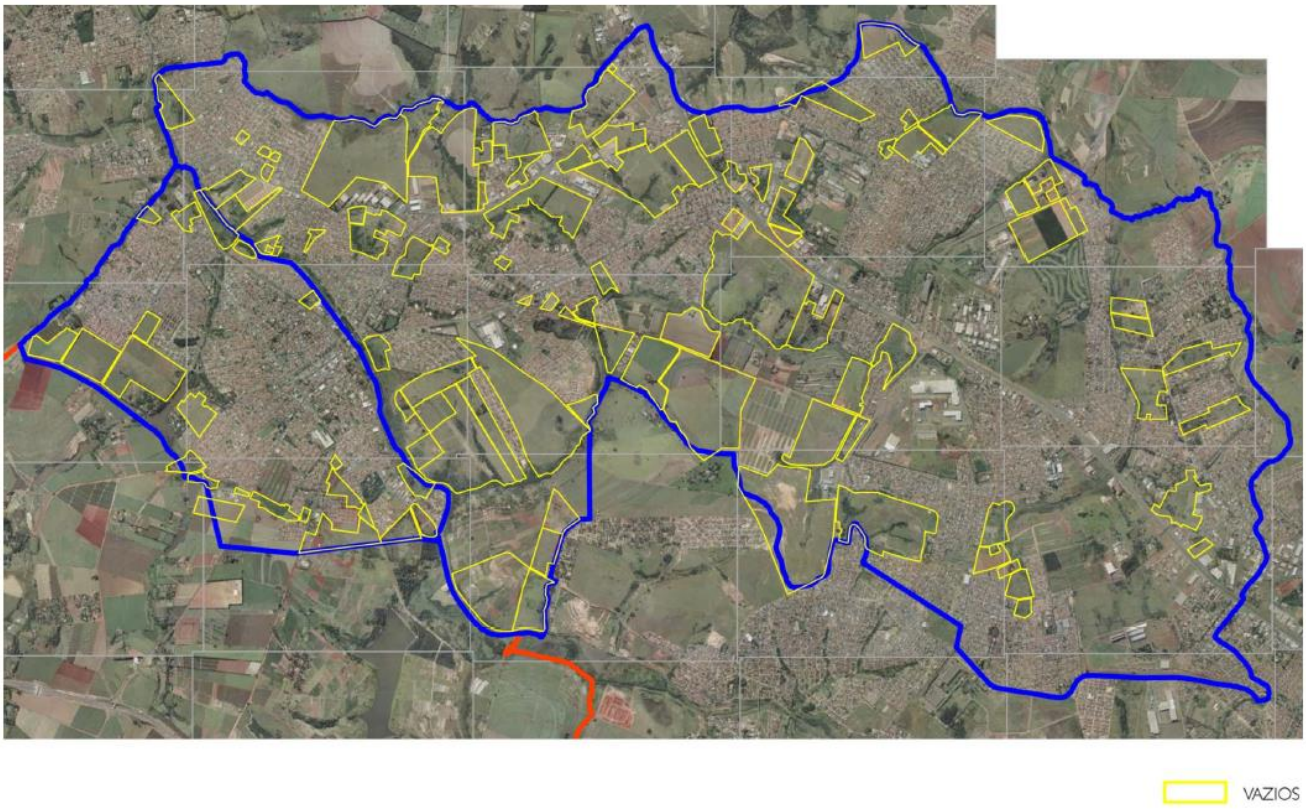
Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (2010)

Segundo o texto do mesmo plano, “A grande maioria das favelas é de pequeno porte. Nenhuma delas isoladamente chega a ter 300 domicílios” (SUMARÉ, 2010: 94).

Para Freitas (2013: 218), os PLHISs representam algum avanço no que tange ao planejamento habitacional, uma vez que “trata-se de uma iniciativa inédita: quantificar e qualificar a demanda habitacional de interesse social, e reconhecer a cidade ilegal e invisível aos olhos da sociedade”. Uma vez conhecida a situação, a carência migra da falta de informação para a falta de ações diretas.

O Plano de habitação social da cidade revela também dados importantes sobre as glebas vazias, tem-se uma imagem da distribuição no perímetro urbano (Figura 7 abaixo) e um ranking de débitos. Na lista dos proprietários de glebas vazias com maiores dívidas de IPTU espanta a presença do Banco Bradesco no topo do ranking. Aliás, o espanto se dá pela total possibilidade de saldar essa dívida e não pela atitude em si, uma vez que não pagar o tributo resulta em negociatas futuras que reduzem substancialmente seu valor. É de se reconhecer o avanço do ato de listar e publicar o ranking.

Figura 7 – Vazios urbanos no perímetro urbano de Sumaré



Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (2010)

A distribuição gritante de glebas vazias à época, como demonstrado na figura acima, tinge o trauma urbano que resulta do processo de metropolização corporativa e escandaliza o fato mencionado da criação de apenas 3 ZEIS apoiadas pelo PD de 2006, nenhuma delas em áreas vazias.

O PLHIS de Sumaré aponta, mais especificamente que a cidade possui “19 milhões de metros quadrados em terrenos vazios, o que representa 26,29% do total de sua área urbana. Isto significa dizer que é possível edificar nestes vazios aproximadamente 78 mil unidades habitacionais, se considerarmos uma fração ideal de 250 m²” (SUMARÉ, 2010: 50).

Tanto espaço vazio no perímetro urbano de uma cidade privilegiada de uma região metropolitana não só motiva, como autoriza a ocupação organizada pela população trabalhadora de baixa renda que não recebe o suficiente para suprir suas necessidades de reprodução social, é desassistida pelos poderes públicos e promove um rompimento do patrimonialismo.

Para Arlete Moysés Rodrigues, o fato de existir a escolha estratégica antecipada de um terreno para uma ocupação urbana organizada é fundamental para

diferenciar a favela da ocupação, já que a “favela caracteriza-se por ser uma ocupação individual e cotidiana [....] As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se. [...] caracterizam-se por uma mobilização anterior.” (RODRIGUES, 1989: 43).

Esta perspectiva tem consonância com argumentos de Helena Rizzatti, quando afirma que “importante elemento de diferenciação das favelas e de demonstração do fortalecimento das contrarracionalidades: a necessidade de planejamento necessária para a instalação de ocupações em terras urbanas” (RIZZATTI, 2014: 170) e com a visão de Guilherme Boulos, atual coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), para promover a mesma diferenciação. Para ele “as favelas são, em geral, produtos de ocupações não organizadas, onde os moradores vivem nas piores condições e sujeitos a todo tipo de adversidade” enquanto “ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado da falta de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano.” (BOULOS, 2012: 61).

Esta diferenciação é um dos pontos de partida para compreendermos a mudança nos rumos da produção de habitações pelos mais pobres na cidade. Como destacamos no primeiro capítulo, umas das tendências da Região Metropolitana desde meados da década de 1990 é o aumento das ocupações coordenadas.

Em Sumaré, um pouco antes já se tem registros de ocupações. Costa (2013) aponta que em 1986 surgiu o Movimento dos Sem Casa de Sumaré em Nova Veneza com apoio da Igreja Católica via CEB (Comunidade Eclesial de Base). Através de conscientização política e Cadastramento de famílias “em diversos bairros, pelos quesitos de renda, ônus excessivo de aluguel e tamanho das famílias, o movimento buscou a Prefeitura para a viabilização de uma solução” (COSTA, 2013: 59). Em 1987 com assessoria do Laboratório de Habitação da PUC Campinas ocuparam um terreno no Bairro Nova Veneza e outro “na divisa de uma indústria no bairro Bom Retiro” (ibidem). Ambas ocupações se consolidaram.

Não encontramos registros de ocupações organizadas na cidade entre este momento e 2008. Destacamos, portanto, um caso extremamente relevante, a Ocupações Zumbi dos Palmares.

Zumbi dos Palmares iniciou-se com a montagem de acampamento em novembro de 2008 em terreno particular (com débitos de IPTU previamente

conhecidos) na região da Área Cura. A ocupação foi organizada pelo MTST e os moradores conseguiram realocação por meio de um empreendimento do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, depois de muito trabalho, luta e de uma parte dos moradores terem sido despejados. Entre estes primeiro e últimos momentos, diversos eventos ocorreram.

Destacamos alguns eventos importantes entre os muitos analisados por Costa (2013): a) o MTST agregou uma rede para planejar e organizar a ocupação (sindicatos, movimentos estudantis, representantes do legislativo municipal, Flaskô, MST); b) a ocupação inicial contava com 250 famílias, mas ocorreu um despejo, e uma reocupação posterior (no momento de negociação final em relação à realocação havia 735 famílias); c) com uma suspensão pelo Tribunal de Justiça de São Paulo de um mandado de Reintegração de posse, o MTST obteve o primeiro ato legal favorável em toda sua trajetória; d) O MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo) utilizou-se de argumentos de cunho ambiental para mover ação pela reintegração de posse, agindo de forma parcial, segundo o autor, uma vez que o MPSP não age com a mesma astúcia quando os loteamentos que ferem leis ambientais são feitos por empresas loteadoras e, além disso, com essa argumentação demonstra a criação de uma nova estratégia legal no quadro jurídico patrimonialista brasileiro; e) O Plano local de Habitação de Interesse social de 2010 omitiu de maneira planejada a Ocupação Zumbi dos Palmares de seus mapas.

Ademais, é fundamental comentar que a Zumbi dos Palmares só obteve êxito final através de uma série de manifestações de rua pelo município de Sumaré e, inclusive, com um acampamento montado no piso térreo do prédio onde morava o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o que levou à abertura do GT (Grupo de Trabalho) onde se pôde, conflituosamente, negociar-se a solução para as famílias. A resistência em toda a trajetória foi fundamental já que as ofensivas, principalmente jurídicas, contra ela não cessaram, sendo que houve um mandado de despejo, inclusive, enquanto a população acampada provisoriamente aguardava a construção, já em andamento em 2013, do empreendimento a que seriam destinados[13].

Segundo Erminia Maricato (2003) a ocupação ilegal de terras é parte intrínseca do processo de reversão demográfica brasileira que ocorre no século XX quando a

[13] Sem teto do acampamento Zumbi dos Palmares se preparam para resistência em Sumaré-SP. Disponível em: http://www.mtst.org/inicio/1064-sem-teto-do-acampamento-zumbi-dos-palmares-se-preparam-para-resistencia-em-sumaresp.html. Acessado em Outubro de 2017.

maior parte da população nacional passa a ocupar o espaço urbano. Nesse momento, a ocupação ilegal com suas dimensões gigantescas “confirma a assertiva de que a *exceção* é a regra” (2003: 159).

Para a autora, este fato passa pela *tolerância* do poder público com a ilegalidade, o que não significa um ato justiceiro, mas um certo abandono, até porque só ocorre quando as ocupações “não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado” (2003: 160). Esta faceta da dinâmica urbana é uma das portas de explicação para, num contexto de tantas favelas em Sumaré, as ocupações organizadas terem sido alvo tão perseguido pelos poderes executivo e jurídico em diversos momentos.

O fato de a população ocupante da Zumbi dos Palmares ter conseguido, de certa forma, êxito por concretizarem a construção e transferência para unidades de habitação popular, é característico de como a conjuntura político-econômica nacional e local podem afetar a vida, novamente, as escalas selam interdependências. A administração municipal agiu de forma minimamente favorável à ocupação à época (algo que contrasta com a Vila Soma) e o governo federal, com a então sobrevida do Programa Minha Casa, Minha Vida deu suporte para a resolução.

No ponto a seguir, adentramos finalmente na Ocupação Vila Soma, percorrendo suas persistentes e contínuas formas de resistência, confrontando organizadamente as lógicas corporativas do território e a truculenta regulação descendente exercida pelos poderes públicos.

3. VILA SOMA: RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO.

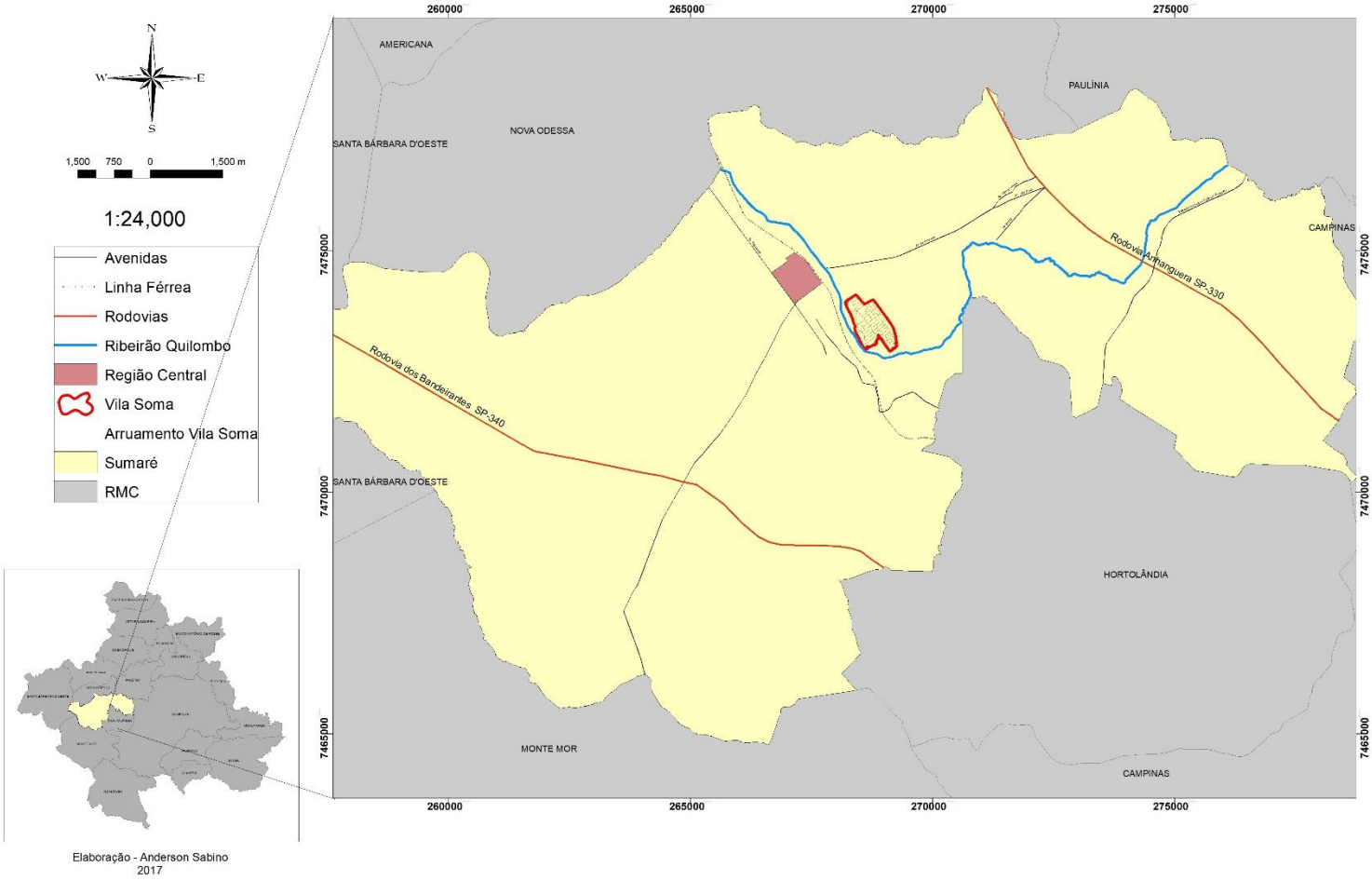
> “a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista,
> uma conquista a se manter” (SANTOS, 2012a [1987]: 20).

Como perpassamos, Sumaré é um espaço periférico onde concentram-se inúmeros casos de habitação precária, favelização em massa espalhada por diversas e dispersas porções da cidade. Todas as ocupações são reflexos da atuação da classe trabalhadora que, à margem do mercado formal de terras, busca com suas próprias mãos construir unidades habitacionais, em outras palavras: exercem novos usos em territórios até então vagos e produzem espaço autonomamente.

Um caso neste emaranhado, no entanto, chama atenção pelo padrão de organização e por suas dimensões expressivas. Em meio a um daqueles vazios urbanos delimitados pelo próprio planejamento municipal, a Ocupação Vila Soma nos últimos anos se tornou referência nacional em produção habitacional autônoma, mas também por sua forma de embate contínuo contra as forças do capital aliadas ao poder público. Apesar de espaço opaco do ponto de vista econômico e infraestrutural, é espaço extremamente luminoso no mapa de resistências do Brasil. Como afirma Adriana Maria Bernardes (2003: 207), “desses *espaços opacos* viriam as oportunidades para as ações flexíveis. Uma resistência que surge do casamento do meio ambiente construído com as atividades de ordem local, não-hegemônicas”. A Ocupação que nos propomos a estudar é a materialização dessas afirmações.

A Vila Soma existe em Sumaré desde o ano de 2012 e ocupa cerca de 1 milhão de metros quadrados. Conforme demonstramos no **Mapa 3**, é separada da região central pelo Ribeirão Quilombo e pela via férrea, pertencendo à macrorregião de Nova Veneza, em sua borda oeste. A proximidade com o centro, no entanto, é marcante tanto pelos usos de fixos públicos quanto pelo valor que impele o mercado àquelas terras, aumentando a pressão sobre os moradores ocupados.

MAPA 3 - Localização da Vila Soma em Sumaré-SP



Elaboração: Anderson Sabino & Jonathas Paghi, Bases IBGE, 2010.

Atualmente, a Ocupação conta com a presença de 2784 famílias, portanto, o mesmo número de casas, onde vivem cerca de 10 mil pessoas. É, certamente, uma das maiores ocupações do Estado de São Paulo e uma das maiores da América Latina.

A trajetória desta ocupação envolve tantas dimensões diferentes que é difícil delimitar um olhar de recorte. As dimensões jurídicas foram já analisadas em tese de doutorado por João Minnicelli (2016) entre seus estudos de casos e nos serviu para contextualizar este aspecto. Neste trabalho, ensejamos contribuir à explicação de como se desenvolve e pelo que passam os moradores da ocupação e lançar luz às suas ações de resistência, à forma como reinventam a cidade por suas práticas de luta.

Entendemos ainda, que a ocupação "significa 'liberar' o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa de autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)" (ROLNIK, 2015: 377). Trata-se

de um processo de confrontação constante, um reclame de certo grau de “liberdade” pela classe superexplorada que pretende retirar de seus gastos os aluguéis insuportáveis ou situações de coabitação. O confronto é direto contra todo tipo de poder capitalista externo à ocupação, incluindo-se os poderes públicos (executivos, legislativos, judiciário), no entanto, da ocupação para dentro, não são ausentes os conflitos, mas percebemos práticas de organização horizontais e um grande sentido de unidade na prática das lutas cotidianas. Na foto a seguir, destacamos a atual sede da Coordenação, refuncionalizando antigo barracão das indústrias que ali já produziram no passado.

Figura 8. Prédio da atual sede da Coordenação da Vila Soma.

Autoria: Anderson Sabino, 2017.

Preocupa-nos destacar como a ocupação organizada se articula e age para sobreviver em meio às guerras judiciais, organizar a população, impor representatividade política, sustentar as necessidades básicas por meios alternativos. Em outras palavras, intentamos vislumbrar como se dá a produção do espaço pelas pessoas da ocupação, como se faz ali uma espécie de reforma urbana com as próprias mãos.

Para o primeiro objetivo, sistematizamos principais marcos jurídicos e cerca de cem notícias em meio digital que versassem sobre a Ocupação. Para os outros, participamos de atividades e fizemos entrevistas com lideranças.

O terreno onde hoje existe a Vila Soma é de propriedade da Massa Falida Soma Equipamentos Industriais SA (proprietária da maior parte do terreno) e da Melhoramentos agrícolas Vifer LTDA. As empresas, por meio de seus representantes, afirmam não saberem onde termina uma e começa outra área.

Soma era uma empresa próspera nos anos 1980, mas que ao fim daquela década sucumbiu, deixando uma volumosa dívida pública, trabalhista e privada, entrando em processo de falência em 1990. A área foi, portanto, abandonada por, pelo menos, 22 anos (a maioria das fontes sugerem 30 anos de abandono), sendo único bem "deixado" pela massa falida para pagamento de débitos, como é corriqueiro antes de processos de falência, empresários esvaziaram a empresa antes de sumirem. Como a massa falida não é pessoa jurídica, o terreno ficou sob responsabilidade de um "síndico" que por si tornou-se representante das proprietárias.

Para situar, de antemão, resumidamente, o caminhar jurídico sobre a Ocupação Vila Soma, lemos em Minnicelli que, após a ocupação, tem-se

> um pedido corriqueiro de reintegração de posse movido pelas proprietárias da área, seguido de liminar que foi cassada no tribunal bem como outra ação, uma ação civil pública movida pelo Ministério Público defendendo interesses urbanísticos e ambientais. Houve intervenção do GAORP (Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse) do Tribunal de Justiça, que produziu seguidos adiamentos do cumprimento da ordem de reintegração, culminando com a fixação definitiva da data para que a reintegração acontecesse (17 de janeiro de 2016), suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (Ministro Lewandowski) três dias antes do cumprimento da ordem (MINNICELLI, 2016: 158-159).

Em trabalhos de campo na Ocupação buscamos descobrir os atos e formas de resistência da população naquele subespaço, tal qual entende Helena Rizzatti (2014), que chama as resistências de contrarracionalidades, conceito extraído da teoria de Milton Santos (2012c [1996]).

A autora nos ensina que a resistência praticada nas ocupações é necessária devido à "rarefação dos sistemas de engenharia nos diversos meios ambientes construídos das grandes cidades e metrópoles" (RIZZATTI, 2014: 8), constituem-se, portanto, contrarracionalidades "nos limites da racionalidade do sistema econômico e político hegemônico." (ibidem).

Entendemos, como Rodrigues, que “as ocupações demonstram mais uma vez que a busca do onde e do como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, que desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1989: 46). Esse é um dos principais motivos pelo qual escolhemos a Vila Soma como caso concreto. Além disso, “a resistência à hiper-modernidade, ao avanço do capitalismo globalizado, expressa compromissos com o conhecimento do território e a valorização do espaço banal, especialmente relevante para a ação não-hegemônica” (RIBEIRO, 2004: 203).

Ao invés de revelar irresponsavelmente as estratégias de organização e constituição que promovem a sobrevivência os avanços da ocupação, o que seria muito útil aos que lutam por sua derrocada, objetivamos conhecer e situar o planejamento popular organizado no eixo da problemática do planejamento urbano, provando que a metrópole corporativa atravessa uma fase em que a população pobre, abarcada na forma-conteúdo do espaço urbano, pode contrapor a lógica do *status quo* que reproduz a fragmentação das cidades.

O levantamento sistemático das referências na mídia corporativa sobre eventos que envolvessem a Vila Soma auxiliou, junto às entrevistas, a desenvolvermos uma periodização geográfica em diálogo e com aval das atuais lideranças. As entrevistas com principais lideranças da Ocupação serão aqui apontadas utilizando somente o termo *liderança1* e *liderença2* para diferenciar as pessoas quando tratar de membros da coordenação, uma vez que temos anuência, mas não documento por escrito que permita exposição de nomes pessoais, nomearemos apenas entrevista com figuras públicas, no caso, atual vereador Willian Souza e Guilherme Boulos.

Iniciamos a seguir descrevendo a Vila Soma enquanto processo/lugar, ou seja, narramos sua trajetória pontuando principais marcos temporais e tendo como base as relações que partem do lugar. Apesar de a escala local e o conceito de comunidade serem dominados por “ambiguidades e polissemias” (VAINER, 2002: 19), escolhemos tratar a Ocupação Vila Soma como uma unidade local, autoorganizada e consistente como área de estudo. Na segunda parte abordamos elementos do cotidiano, as práticas democráticas e ações como forças de resistências fundamentais para permanência dos moradores no local.

3.1. Ocupação como processo, como lugar

O subtítulo desta seção pode fazer pensar que analisaremos a Ocupação como processo jurídico unicamente, no entanto, não é bem essa a noção de processo que abordaremos, apesar de a dimensão dos embates jurídicos ser importante para a Vila Soma e, por conseguinte, será tratada aqui, claro que não exaustivamente.

Um lugar só existe em determinado momento, parte da indissociabilidade entre espaço e tempo. O lugar "sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo" (SANTOS, 2014 [1988]: 103). "O que hoje aparece como resultado é também um processo; (...) O processo é o permanente devir (...) Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e, do ponto de vista dinâmico, um processo" (ibidem).

A fim de captar a ocupação como processo geográfico que condiciona e é condicionado pelo lugar, utilizamos uma vez mais o método de periodização, demarcando eventos que foram determinantes para os rumos que tomou a história da Ocupação. Como as questões da terra, da resistência e das relações políticas se entrelaçam, ao invés de fragmentar por temas, vamos exercitar aqui uma descrição da Ocupação abrangendo perspectiva cronológica e territorial, abordando dialogicamente os problemas jurídicos da propriedade onde se encontra a ocupação, as estratégias horizontais e as relações políticas que se entremearam.

Nossos períodos iniciam-se em 30 de junho de 2012, quando ocorre a ocupação da área, partimos daí por não termos registros precisos sobre o preparo prévio das famílias antes da montagem de acampamento, mas sabemos, no entanto, que a ação foi organizada e pensada. O segundo período é iniciado por uma mudança na composição da coordenação que ocorreu em meados de março de 2015. Por fim, o terceiro período foi demarcado a partir da suspensão de uma ordem de reintegração de posse pelo Supremo Tribunal Federal em janeiro de 2016. Algumas falas captadas em entrevistas serão inseridas no decorrer do texto. Procedemos, portanto, a narrativa geográfica sobre a Ocupação Vila Soma:

a) **OCUPAÇÃO – Primeira fase, mas não primeiro ato.**
(Junho de 2012 - Março-2015)

A ocupação do terreno onde hoje se localiza a Vila Soma ocorreu em 30 de junho de 2012. Cerca de duas centenas de famílias escolheram um terreno próximo ao centro de Sumaré, com cerca de 1,5 milhão de m² para construírem seus sonhos.

É notável que a Ocupação Zumbi dos Palmares serviu de inspiração para as famílias que ocuparam o terreno da antiga Soma. É consenso, entretanto, que, diferente da primeira (pensada e apoiada pelo MTST), a Soma não teve um movimento social pré-organizado por trás, mas *"espontaneamente moradores da região do Picerno, que é uma região periférica da cidade, se reúnem e começam a ocupar o Vila Soma em 2012, que era o final do governo do Bachim, perto da eleição, espontaneamente, sem nenhum movimento e sem nenhum viés político, não tinha nada, embora a cidade defenda que tenha, não tinha" (Vereador Willian Souza [PT e coordenador associado da Vila Soma], 2017)*[14]. O primeiro ato, portanto, não foi a ocupação 'espontânea', mas o preparo organizado de maneira autônoma por famílias que se viam pressionadas excessivamente pelo ônus de aluguel, moradia "de favor" ou habitavam favelas.

Segundo nos contam, aos primeiros ocupantes se juntaram pessoas de diversas partes da cidade e da região, incluindo, de Sumaré (proveniência dos bairros Maria Antônia, São Judas), de Hortolândia (pessoas da antiga ocupação Dandara e do Jardim Amanda) e de Campinas (Região do Campo Belo).

Não sabemos, exatamente, se os ocupantes iniciais tinham conhecimento das dívidas dos proprietários, mas destacamos aqui que, além de não permitir o cumprimento da função social da propriedade, a massa falida acumula dívidas de IPTU (mais de R$ 15 mi), trabalhistas (R$ 2,5 mi), com a Fazenda Nacional (R$ 90 mi) e com a Fazenda Estadual (R$ 60 mi)[15]. Para se ter noção do problema, o terreno é avaliado em cerca de R$ 94 mi, valor que saldaria as dívidas trabalhistas, mas nem de longe o conjunto dos débitos.

[14] A entrevista com Willian Souza foi concedida nas dependências da Câmara Municipal dos Vereadores de Sumaré em 05 de dezembro de 2017. A entrevista foi gravada na íntegra, com autorização, e transcrita.
[15] Informações constantes em Protocolo da Defesa ao GAORP, por Alexandre Mandl.

O início, como é comum em todas as ocupações, foi perpassado por uma série de dificuldades extremas. Uma das lideranças, que muito cedo chegou à ocupação, relata que *"na minha casa mesmo fiquei 6 meses sem rua, 1 ano e meio sem energia elétrica. Os moradores tinham que carregar as necessidades em baldes, não tínhamos estrutura nenhuma de fossa nada."*[16]*(Liderança1, 2017).*

Como afirma Minnicelli (2016), as dificuldades são excessivas para ocupantes, "quase invencíveis" sendo que "A palavra 'luta' está em todas as bocas, em todos os ouvidos, em todos os lugares e em todos os momentos. Como substantivo, é senha; como verbo, é comando; mas em geral é estímulo" (MINNICELLI, 2016: 68). Costa (2013: 12) aponta que em ocupações é notável "a incrível capacidade de superação e adaptação dos moradores recém chegados".

As monstruosas dificuldades de sobrevivência numa ocupação sobretudo em seus primeiros meses, servem para assinalar duas assertivas: 1. É falso o argumento de que a ideia do ocupante é buscar uma vida fácil; 2. Apenas pessoas dispostas à quase tudo, marcadas por um cotidiano de extremas humilhações são capazes de montar e resistir (COSTA, 2013).

Da ocupação para fora, o período é caracterizado em seu início por certa autonomia e isolamento organizativo, ainda sem consolidação de uma rede de apoio de qualquer tipo. Um dos problemas decorrentes da ausência de um movimento popular organizado neste momento, foi a sujeição de moradores a uma "coordenação" autoproclamada e que cometia diferentes tipos de ilícitos, a partir de alguns meses depois da ocupação inicial. A população séria que necessitava de moradia se viu explorada por algumas poucas pessoas que, coercitivamente, exigiam taxas abusivas e dificultavam a organização de uma efetiva resistência e enfrentamento em conjunto.

No aspecto jurídico, 3 dias depois de ocupada a área, foi distribuída ao juizado local uma ação cível movida pelo representante da massa falida da Soma e Vifer solicitando uma liminar de reintegração de posse. O pedido foi atendido 5 dias depois, uma agilidade impressionante, quando em 05/07/2012 o Juiz André Gonçalves Fernandes, da 2ª vara cível de Sumaré determinou saída das famílias, algo que foi prorrogado inúmeras vezes pela interposição de recursos. O problema começou a aumentar quando a defesa perdeu um prazo de recurso, dando a possibilidade do

[16] Entrevista com lideranças na sede da Coordenação da Ocupação Vila Soma concedida em 10 de novembro de 2017.

processo transitar em julgado, depois disso, a ordem só não foi executada tão rapidamente pela quantidade de mobilizações a se fazer (polícia e guarda, conselho tutelar, SAMU, setor de habitação da Prefeitura) que deveria ser articulada pelo representante da massa falida.

A sentença proferida pelo magistrado, finalmente, em 29/01/2013 é pública e parte dela merece destaque: *"*essas pessoas têm um ponto de origem e é para lá que devem retornar, porquanto não se poderá, sob o discurso de que se quer fazer cumprir a função social da propriedade, conceder-lhes guarida para que ali permaneçam, devendo ser todos dali removido"[17]. Minnicelli (2016) combate a afirmação do magistrado lembrando que "o 'morar' sem dignidade não é verdadeiramente 'morar'. É 'estar' em algum lugar, é 'permanecer' ocasional ou precariamente em algum local, mas não é 'morar'" (2016: 101). Ou seja, não se resolve uma ocupação simplesmente afirmando que, por existirem anteriormente à ocupação em algum lugar, para ele as pessoas podem, tranquilamente, voltar. Grita também no decorrer da citação a total inobservância ao conceito constitucional da Função Social da Propriedade.

Em agosto de 2013 é interposto outro processo visando o mesmo objetivo, que de forma ignóbil teve negada fusão com o primeiro. Trata-se de um pedido do Ministério Público contra a Massa Falida, a Associação de Moradores e a Prefeitura de Sumaré. A argumentação perpassava infração ao ordenamento urbanístico e a ocupação de APP (área de preservação permanente). Três dias depois do pedido, o juiz Gilberto Vasconcelos Pereira Neto da 1ª Vara Cível de Sumaré acata a antecipação de tutela e exige a reintegração de posse. Depois de muitos recursos, o Tribunal de Justiça (TJ), segunda instância, vota com o relator Marcelo Semer, pela suspensão da ordem de reintegração nesse processo[18] em maio de 2014.

Destacamos trecho do voto do relator, onde se demonstra a contradição presente no processo movido pelo MP, trata-se do fato de que se responsabiliza o Município pela fiscalização que teria provocado a ocupação e "o que aponta como desmembramento irregular. Todavia, não responsabilizou o mesmo Município pela ausência de medidas para exigir o adequado aproveitamento do solo urbano no

[17] Ação cível 0008497-20.2012.8.26.0604, sentença em 29/01/2013. Disponível em: http://www.tjsp.jus.br/Processos.

[18] O voto do relator consta do Acórdão de 19 de maio de 2014 sobre Agravo de Instrumento nº 2005658-83.2014.8.26.0000, 10ª Câmara de Direito Público, Relator Marcelo Semer, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.tjsp.jus.br/Processos. O texto do voto é considerado importante marco sobre a função social da propriedade.

imóvel”[16]. Percebe-se um raro momento em que o poder judiciário considerou necessário o cumprimento da função social da propriedade e, além do mais, não isentou o Município da responsabilidade pela Ocupação. Sublinhamos ainda a afirmação, em sentença, de que a Polícia Florestal não constatou ocupação sobre a APP, ou seja, o argumento ambiental também era infundado e se consolida como aquela tendência apontada por Costa (2013) de o poder judiciário, estrategicamente, apelar a lições sobre parcelamento irregular e agressão ambiental para despejar ocupações organizadas.

Objetivamos demonstrar que desde os primeiros dias de ocupação já incidia uma grande tensão em torno de uma possível reintegração de posse. Ao compreensível medo do despejo, somava-se ainda a memória recente em relação aos abusos e absurdos cometidos em ato semelhante em São José dos Campos em 2012, quando milhares de pessoas foram despejadas da Ocupação Pinheirinho.

Percebemos que no período supra-recortado não se efetivou a reintegração de posse graças a um outro fator organizacional que surgiu. A aproximação de Willian Souza em 2013, então militante do Partido dos Trabalhadores, serviu para aumentar o conhecimento sobre a própria ocupação, amenizar conflitos entre diferentes grupos que se formavam em paralelo à coordenação e ainda juntar à luta o advogado Alexandre Mandl, defensor da Associação dos moradores da Vila Soma desde 2013, e que faz parte do RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares). Além de Alexandre, se conseguiu a entrada da Defensoria Pública do Estado de São Paulo como parte da defesa dos moradores, mesmo contra a vontade de juízes de primeira instância que apontavam que a mesma não poderia defender “interesses difusos”.

Willian Souza auxiliou na organização de dados, informatiza a administração da associação, consegue executar mudança da sede da coordenação e, em alguma medida, aumenta a união dos moradores que, profundamente desconfiados da então coordenação, se dividia em inúmeros grupos paralelos. Estes são passos importantes para a permanência. O levantamento de dados por parte da própria associação foi fundamental para confrontar levantamentos parciais feitos pela Prefeitura e ainda se teve atenção em manter ativo e combativo um perfil nas redes sociais, o que, no atual período, é necessário e perfaz relevante arma na condução da resistência. Segundo Willian, tiveram que

> *Criar salas de formação, cadastrar todas as famílias, que nós não tínhamos um número exato de pessoas. Não tinha a renda, não tinha a etnia, se era deficiente ou não, a base salarial, não tínhamos nada, então a primeira coisa foi cadastrar 1 a 1. Pegar cópia dos documentos, criar uma pasta, tem até hoje lá na coordenação isso aí. É, informatizar tudo isso, organizar os dados daquilo que a gente tinha que defender na rua (...) quando eu ia pro debate a partir daí, pra defender a Soma em público, numa audiência pública ou o Ale numa audiência, a gente tinha número, e isso começou a assustar o governo. Ó nós somos 2784 famílias, posso falar por hoje né, ou seja, 2784 casas também. Certo? Temos cerca de 10mil pessoas, aproximadamente, 700 crianças, a gente tem os números pra debater (Willian Souza, 2017).*

Não se trata de subscrever que a interferência externa de salvadores da pátria tenha sido motivo único de sobrevivência da ocupação como conhecemos, mas vemos como necessário apontar as inflexões que se dão a partir do momento em que os moradores, apesar da coordenação, encontram fora da ocupação pessoas que servem para amparar juridicamente e organizar politicamente a estrutura coletiva.

Destacamos também que praticamente não encontramos notícias de atos públicos executados pela ocupação antes da referida articulação. A partir da metade de 2013, diversas manifestações ocorrem em busca de aumentar a visibilidade da Soma na cidade. Entre ações para aumentar essa visibilidade, em novembro de 2013, noticia-se[19] que 300 moradores da Vila Soma acamparam na Prefeitura, em busca de diálogo, visando algum tipo de suporte perante uma das ordens de reintegração de posse vigentes naquele momento. Isto é um marco para a ocupação que, a partir daí, obriga a Prefeitura a se manifestar.

Quanto às relações com o poder executivo local, encontramos nota de Novembro de 2013[20] onde a então prefeita Cristina Carrara (PSDB) demonstra apostar na reintegração de posse e afirma que prestaria ajuda tão somente para deslocamentos da população. Em 2014 percebemos que ocorreu a abertura de um GT (Grupo de Trabalho) onde a ideia passa a ser a busca por uma solução consensual[21]. Este grupo era formado por defensora Carolina Dalla Valle Bedicks, representantes da Prefeitura, do Governo do Estado – via CDHU (Companhia de

[19] Famílias acampadas reivindicam moradia. Correio Popular, 20 de novembro de 2013. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/11/capa/campinas_e_rmc/125307-familias-acampadas-reivindicam-moradia.html.

[20] Ocupantes da 'Soma' são recebidos pelo secretário de Governo da Prefeitura de Sumaré. 19 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.sumare.sp.gov.br/novo/content.php?id=2157&idm=2157.

[21] Reunião de trabalho define próximos passos na busca de solução consensual para 'Vila Soma'. 21 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.sumare.sp.gov.br/novo/content.php?id=3135&idm=3135.

Desenvolvimento Habitacional Urbano) –, da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e lideranças do próprio movimento, via Associação de Moradores.

Numa das reuniões do GT, representante da COHAB sugeriu realocação da população pelo Programa MCMV-Entidades. A prefeita afirmou não dispor de terras públicas para realocação e deixou por conta dos moradores sua própria sorte, mas exigia contrapartidas urbanísticas para instalação de equipamentos públicos, caso se concretizasse a construção. Em nota afirmava que

> os atuais invasores poderiam ser diretamente beneficiados nos conjuntos habitacionais viabilizados por eles mesmos, sem a necessidade de inscrição no programa municipal de habitação (o programa municipal deve, necessariamente, ser aberto a toda a população e seguir critérios de seleção estabelecidos na legislação, não podendo ser "direcionado" a um grupo específico como os invasores da Soma). (SUMARÉ, 2014, *web*)

Nota-se que o tratamento da Prefeitura é sempre pelo adjetivo *invasores* e o argumento de negação passa pelo fato de que há uma fila no cadastro e não poderia haver direcionamento. Ora, a urgência da situação não sensibilizou em nada a Prefeitura. Na fase seguinte aprofundaremos no caso do Programa MCMV.

Juridicamente, em 2014, continuam correndo os dois processos em paralelo. Na ação cível, confirma-se a ordem de reintegração, que não se efetiva. Na ação civil pública (movida pelo MP) em audiência de conciliação com MP, lideranças da ocupação, Alexandre Mandl, CDHU, AGU (Advocacia Geral da União), Defensoria municipal e estadual assina-se um acordo para desocupação até 03/03/2015 em troca de assinatura dos entes federal, estadual e municipal de protocolo de intenções para realocação nas imediações. A desocupação voluntária não ocorre.

Em março de 2015, a relação entre a população e a coordenação torna-se insustentável, e foi quando, unida, a população expulsou o comando da associação de dentro da ocupação e convocou-se uma assembleia para escolha de novos representantes. Fechamos com este evento a primeira fase.

b) **RESISTÊNCIA – Ruptura organizacional e tensões jurídicas levadas ao limite.**
(Março de 2015 – Janeiro de 2016).

Apesar da menor duração deste período em relação ao primeiro, trata-se do mais tenso e intenso de todos, onde, definitivamente, se consolidou uma robusta rede de apoio externo à ocupação, ocorreram mudanças internas e quando a efetivação do previsível e trágico banho de sangue, que seria a concretização da ordem de reintegração de posse, esteve mais próximo de acontecer.

Concomitante com a mudança de lideranças se tem as piores crises pelas quais passou a ocupação. No entanto, dialeticamente também se fortalece a resistência. Destacamos entre os arranjos ocorridos: Mudanças organizacionais e Aproximação com MTST e outros movimentos; Atuação do GAORP (Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse); Desenrolar e frustração com a solução PMCMV; Tensão e mobilização até suspensão pelo STF da ordem de reintegração de posse. Comentaremos uma a uma a seguir.

É fundamental demarcar o importante papel que passa a ter o MTST na administração da Ocupação. Apesar de não participar do preparo da ocupação, o MTST *apadrinha* a Vila Soma e esta passa a fazer parte do espectro de luta do movimento. Segundo Guilherme Boulos[22], "*a Soma é um símbolo de resistência, não só para o MTST, mas para todo movimento de moradia do Brasil, aqui a batalha foi muito doída e muito vitoriosa"*. Para o coordenador nacional do MTST, a Soma já dá exemplo para luta em outros lugares: *"Quando a gente olha para Soma, é um exemplo, as outras ocupações mais novas, que estão numa batalha muito difícil pra conseguir a terra, olha pra Soma e tem a convicção de que é possível."*

A aproximação com um grupo organizado de luta por moradia, que possui um arcabouço estratégico de resistências em múltiplas ocupações pelo país, consistiu numa importante guinada em direção à mobilização e consolidação organizativa. Não significa que o MTST passa a coordenar de fora para dentro, mas passa a contribuir com a nova coordenação eleita.

[22] Falas proferidas em curta entrevista por ocasião de um encontro do MAIS (grupo que discute pautas anti-golpe e para um outro projeto de Nação pela Frente Povo Sem Medo) na Vila Soma em 05 de Novembro de 2017.

Figura 9 – Sede da Ocupação com Bandeiras Vila Soma e MTST**.**

Autoria: Anderson Sabino, 2017.

Em março de 2015 a coordenação eleita é composta por uma mulher, negra e de luta. Essas características denotam a visceral importância das mulheres para as ocupações e demonstra o recorte racial que perpassa as desigualdades sociais no país. Salientamos uma vez mais que esta pessoa foi eleita, ou seja, tomou-se um passo em direção a uma prática democrática na ocupação.

Para dentro da organização, muda-se radicalmente a forma como se age. Por influência do MTST, passa-se a contar com líderes e vice-líderes de rua, algo semelhante aos líderes de quadra utilizados em outras ocupações, mas que ali foram eleitos por rua pela grande dimensão da Vila Soma. Esta mudança aproxima muito mais as demandas das pessoas e passa a facilitar a mobilização para atos públicos e ações externas. Além disso, o sistema de *carteirinhas*, pelo qual eram feitas cobranças da população sem se saber o destino do dinheiro, deixa de existir.

Outros movimentos que fortaleceram a resistência nesse momento foram o coletivo *"Brigadas Populares [...], a CMP, Central dos Movimentos Populares, uma galera do PT, uma galera do Psol" (Willian Souza, 2017).* O advogado Alexandre, com a

RENAP, fora responsável por estabelecer uma frente de advogados com cerca de 30 membros que se revezavam na ocupação.

Um segundo ponto fundamental foi a lide exercida no âmbito do chamado GAORP (Grupo de Apoio a Ordens de Reintegração de Posse), criado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo depois dos absurdos ocorridos no despejo da Ocupação Pinheirinho (2004-2012). Realizou-se diversas reuniões envolvendo representantes das esferas nacional, estadual, jurídica, da alta patente da Polícia Militar, da Defensoria Pública e o advogado Alexandre Mandl por parte da Ocupação.

Em relatos sobre reuniões do GAORP, é notável a ausência da Prefeitura, havendo, inclusive, uma fala onde o próprio juiz que ordenou a reintegração de posse, André Gonçalves Fernandes, destaca o desinteresse do município em ajudar na realocação das famílias (PMCMV) e ainda pede que o governo federal tentasse sensibilizar a prefeita. Costa (2016) apontava que no GAORP estavam se

> reunindo sistematicamente com a presença de membros de cargos decisórios dos governos federal, estadual, da polícia militar, da caixa econômica federal, entre outros. Os encaminhamentos adotados foram sempre unânimes, buscando-se uma solução pacífica e consensual que garantisse a realocação das famílias, como se comprovam pelas atas públicas das reuniões ocorridas nas datas de 22/06, 27/07, 14/09 e 30/11 de 2015. Apesar de todos estes esforços republicanos, a Prefeitura de Sumaré lamentavelmente se retirou das negociações (COSTA, 2016, *web).*

Antes do esvaziamento da Prefeitura no GAORP e no GT criado por ela mesma, se teve o caso do Programa MCMV. Como relatamos, a própria COHAB sugeriu que uma solução poderia ser a construção de empreendimentos pelo Programa MCMV-Entidades. Esta porta foi aberta, mas a população não chegou a passar por ela.

Em síntese, conseguiu-se aprovação no programa de 2 empreendimentos, sendo que, para isso, chegaram a conversar diretamente com a então Presidenta Dilma Roussef naquele momento, que interveio no sentido de aprovar e prorrogar prazos. Teve-se também sucesso na aprovação por grande articulação entre "Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, GAORP (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse), Governo do Estado, técnicos de diversas especialidades, construtoras e outras entidades" (USINA-ctah, 2016, *web*).

Por duas vezes entre fim de 2015 e meados de 2016, a Vila Soma teve aprovação do financiamento pelo PMCMV e Casa Paulista (programa do Estado), tendo inclusive escolhido entre terrenos particulares viabilizados e apontados pela

própria Prefeitura (possuindo a região, portanto, equipamentos públicos considerados suficientes para a demanda que se instalaria), concretizou e entregou projetos, fechou acordo com a construtora EMCCAMP. A oportunidade era de proporcionar moradia fixa para a população da Vila Soma com a destinação do terreno para leilão (saldando parcialmente as dívidas da massa falida).

A chance foi desperdiçada por nítida e absurda falta de vontade política do poder executivo municipal que se negou a emitir "documentação obrigatória (diretrizes municipais e das concessionárias, que estão proibidas por ela de emitirem seus pareceres) para a execução do empreendimento pelas famílias, afrontando diretamente a lei de uso e ocupação do solo da cidade, que determina prazos para sua emissão" (USINA-ctah, 2016, *web*). Com isso, perdeu-se o prazo (chance rara deste tipo, uma vez que alguns meses depois o governo eleito seria derrubado por um golpe parlamentar e o programa MCMV praticamente destruído, principalmente em sua modalidade Entidades).

Em outro plano, saltamos para as mobilizações e tensões que antecederam a suspensão da ordem de janeiro de 2016. No ano de 2015 diversos foram os atos públicos de protesto movidos pela Ocupação, diversas também foram as datas marcadas para reintegrações de posse (3/07/2015 – 14/09/2015 – 14/12/2015) até que, enfim, uma ordem, provavelmente inadiável em primeira e segunda instâncias, foi marcada para o período entre 17 a 22 de janeiro de 2016. Por sinal, trata-se de início num domingo, dia em que se proíbe execução de mandados de reintegração de posse.

Durante o turbulento ano de 2015, a então coordenadora se ausenta da ocupação a partir de outubro, por questões de cunho exclusivamente pessoal. Três novos coordenadores são eleitos. A nova coordenação manteve-se firme na luta por evitar o despejo.

Como atitudes de destaque, tem-se o acorrentamento ao prédio onde mora a então prefeita de Sumaré por vários dias, uma denúncia da defesa com a Defensoria diretamente na Corte Interamericana de Direitos Humanos[23], constituição de um cinturão de advogados preparados para o embate, construção de barricadas, escudos

[23] CORREIO POPULAR. Moradores da Vila Soma apelam à OEA por apoio. 11.01.2016. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/01/campinas_e_rmc/407559-moradores-se-acorrentam-em-frente-a-predio-da-prefeita.html#. Acesso em outubro de 2017.

e ferramentas improvisadas como armas pelos próprios moradores, diversas, numerosas e muito volumosas passeatas pela cidade de Sumaré.

Professor Ricardo, então um dos coordenadores afirmou em um veículo de mídia que *"As famílias estão se preparando para se defender porque a Tropa de Choque está se preparando para entrar e retirar as pessoas agressivamente. Vamos nos preparar com as armas que temos, enxada, facão, pau. É a forma que temos para nos defender"*[24]*.* Na **Figura 10** abaixo se demonstra a prontidão ao embate.

Figura 10 – Preparo para defesa contra Ordem de Reintegração de Posse.

Autoria: à Esquerda: Patrícia Domingos (RAC, 2016) | à Direita Reprodução EPTV (2016).

Outra liderança aponta a importância do MTST naquele momento: *"O MTST foi importante demais na época da resistência contra a reintegração. Eles ajudaram nas barricadas, mapearam a área pra ver onde a polícia entraria. Depois da suspensão da reintegração ainda ficamos 5 dias de barricada, acampados na casa da prefeita também. O MTST também deu ajuda financeira e estratégica, Boulos veio orientar a organização também." (Liderança1, 2017).*

O clima de tensão pode ser notado na fala de Willian:

[24] CORREIO POPULAR. Soma 'recruta' exército contra reintegração. 13.01.2016. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/01/campinas_e_rmc/407930-soma-recruta-exercito-contra-reintegracao.html. Acesso em Outubro de 2017.

> *Porque 2015 tinha vencido todas as etapas jurídicas, tinha parado ali, a gente não tinha muita perna pra tocar as questões. A visão política tava rompida na cidade com governo que declarava publicamente que queria reintegração. Uma câmara omissa diante dessa situação. Então cê não tinha muito o que fazer mais, cê não tinha muito. E aí pior, as forças do Estado chegando em Sumaré. O reconhecimento da área, os helicópteros da polícia, a interdição do hospital estadual, um andar inteiro, pra receber as pessoas feridas. A UPA pra receber pessoas feridas, a avenida principal do centro da cidade que é a Rebouças onde fica o 48º batalhão interditada, recebendo um abrigo do choque. Os policiais civis dentro da ocupação apontando arma pras pessoas, saturando, pras pessoas poderem ir embora da ocupação. Caminhões de mudança sendo colocados à disposição na porta da ocupação, pra levar pra onde quisesse do Brasil pago pela Prefeitura. Então tudo isso já não tinha, era o limite velho, todo esse cenário de guerra, todo o aparato do estado pronto pra realocar essas pessoas, mandar pra onde quisessem, enfim, então é um cenário muito mais pesado, muito mais triste, que a gente tem ali (Willian Souza, 2017).*

Como se nota, era armado, planejado e socialmente consensual a execução de uma tragédia em que crianças, idosos, jovens, adultos, pessoas portadoras de deficiência e toda a indiscriminável gama de pessoas vulneráveis que habitam uma ocupação seriam vitimadas.

A Prefeitura, em meados de 2015 levantou dados e, pouco antes da marcada reintegração, passa a utilizá-los abertamente para montar argumentos de oposição à própria responsabilidade da Prefeitura. Nota-se aqui o uso de estratégia de um planejamento corporativo e da manipulação do discurso a partir de dados.

Como afirma Guilherme Boulos (2012), uma das mais frequentes preocupações das pessoas é a origem dos que habitam e se mobilizam em ocupações urbanas. É notável, contudo, como dados podem servir para construir e para desconstruir. Os dados levantados pela Prefeitura serviram para afirmar que, pelo fato de o contingente não ser proveniente de Sumaré, o problema não seria da Prefeitura.

O primeiro erro é apontar que a origem das pessoas isenta a responsabilidade do município. No levantamento, a Prefeitura ainda subestima a quantidade real de moradores (afirma existirem 2.682 e não 10.000, como de fato existiam) e reclama o

fato de a reintegração não ter sido executada antes.[25]Na nota oficial, a Prefeitura afirma ainda a existência de uma *indústria das invasões*, como se movimentos de moradia fossem protótipos de incorporadores imobiliários. Impõe ainda, por diversas vezes, que além de não ter responsabilidade sobre aquelas pessoas, também não é parte do processo. Salta aos olhos (de indignação) a mesma Prefeitura que se negou a realocar as pessoas numa improvável solução, arguir de todas as formas sobre pretensa neutralidade.

Em consonância com a vontade da Prefeitura pelo despejo, sabemos que a decisão pela reintegração em primeira e segunda instâncias não surpreende, sendo que a exceção, afinal, foi a decisão do Tribunal Supremo. Como afirma Trindade (2014: 165) "a despeito dos avanços no campo jurídico, o discurso hegemônico sobre o tema da propriedade privada no Brasil ainda pende muito mais para a dimensão do direito individual do que do interesse e do bem-estar coletivo", percebemos que "o direito à propriedade privada continua sendo visto como algo sagrado e inviolável" (Ibidem).

Em artigo de jornal, dá-se conta que o Governador Geraldo Alckmin (PSDB) teria agido para adiar a reintegração devido ao desgaste de sua imagem naquele momento que coincidia com intensos protestos nas áreas de educação e transporte. A notícia foi lançada 2 dias antes da suspensão pelo STF e informa que "*Interlocutores do governo do Estado querem a todo custo evitar a ação da Polícia Militar (...) outra ação violenta em Sumaré poderia derrubar de vez sua popularidade. A equipe do tucano montou um comitê para tratar da Vila Soma e tentar adiar a reintegração." (*MORETO, 2016*).* Depois da suspensão, o governador se pronunciou a favor da decisão do STF, mas apontando a necessidade de se executar a reintegração[26]. Sobre a suposição de que a pretensão eleitoreira de Alckmin tenha agido para incentivar a suspensão não encontramos nenhum tipo de prova, mas consideramos relevante a proximidade temporal entre os eventos.

Em verdade, sabemos que a complexa mobilização e a estratégica articulação externa com apoio de movimentos sociais organizados foram determinantes para a

[25] SUMARÉ, Nota ocupação da área da Soma. 14.01.2016. Disponível em: http://www.sumare.sp.gov.br/novo/content.php?id=5370&idm=5370. Acesso em outubro de 2017.

[26] BUENO, Henrique. Alckmin defende reintegração de posse da Vila Soma e aprova liminar que impede retirada imediata dos moradores. 15.01.2016. Disponível em: http://www.portalcbncampinas.com.br/2016/01/alckmin-defende-reintegracao-de-posse-da-vila-soma-e-aprova-liminar-que-impede-retirada-imediata-dos-moradores/. Acesso em dezembro de 2017.

decisão chegar até o STF. Juridicamente ainda se tinha a bizarra situação de, como já citado, dois processos correrem em paralelo versando sobre o mesmo objetivo. Do processo movido pelo MP, havia suspensão da ordem pelo TJ, já pelo processo movido pela massa falida, a ordem de primeira instância estava valendo, com anuência do Tribunal Superior de segunda instância.

Para decisão que suspendeu a ordem, a Defensoria interpôs um recurso extraordinário no STF, mas o recurso por si só não tem efeito suspensivo sobre as decisões do processo de origem (da massa falida), então entraram com ação cautelar visando suspender o processo até julgamento definitivo. Foi este pedido que foi acatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, inclusive, que por sorte estava de plantão (alguns de seus pares, por seus históricos, dificilmente arremeteriam em favor da ocupação).

Na decisão o magistrado da corte suprema afirma que o "imediato cumprimento da operação de retirada dos ocupantes, agendada para o próximo domingo (17/1) (...) poderá catalisar conflitos latentes, ensejando violações aos direitos fundamentais daqueles atingidos por ela, diante da ausência de informações sobre o reassentamento das famílias"[27].

Este evento marca o fim de uma fase e o início de um novo tempo para a Ocupação que, mesmo sem o julgamento definitivo, se alivia do profundo castigo que foi se preparar para o pior. A seguir prosseguimos a narrativa pretendida.

c) **PERMANÊNCIA – Redirecionamento de energias e aproximações com poder público.**
(Janeiro de 2016 – ao presente momento).

Como arroga um dos coordenadores, *"isso aqui, falo pra você, é uma faculdade, a gente aprende demais" (Liderança2, 2017)*. Os desafios que foram postos quando a ocupação passou à beira da reintegração de posse coincidiu com seu momento na coordenação, alguém que nunca havia organizado uma manifestação teve que juntar o povo, pensar soluções e estratégias de luta e articular as ações. Vitoriosos passam

[27] Ação cautelar 4.085, Ministro Ricardo Lewandowski, STF. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=307905. Acesso em dezembro de 2017.

à atual fase onde afirma que *"Nossa luta hoje é pelo direito à cidade"*[28] *(Liderança2, 2017).*

A partir de janeiro de 2016 não se tem exatamente um afrouxamento do embate direto, devido ao fato das questões jurídicas não estarem completamente sanadas, mas podemos afirmar que ocorre um redirecionamento das energias da população, agora movimento organizado, no sentido de, não mais concentrar-se exclusivamente em evitar um despejo, mas também em conquistar melhorias efetivas para a vida na própria ocupação. De forma alguma, pelas alcunhas empregadas, sugerimos que a resistência tenha acabado com a segunda fase, pelo contrário, demonstra cada vez mais maturidade e segurança em suas múltiplas facetas.

Juridicamente, aguarda-se pela decisão definitiva por parte do Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, uma outra questão permanece também mal resolvida, trata-se do agravante gerado pelo leilão do terreno que ocorreu em 2016 por ordem do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Como meio de saldar principalmente os débitos trabalhistas, a justiça decidiu, na ação falimentar da Soma, pela execução do leilão do terreno, mesmo com a ocupação presente nele. A mobilização se fez presente e, mais uma vez, diversos protestos foram realizados agora contra a realização do leilão[29] que foi adiado pelo mesmo TJ em 2015, mas que o realizou em fevereiro de 2016 . Além da presença na rua, a organização se propôs a fazer parte do processo, marcando a presença simbólica.

No total foram três propostas apresentadas: Um grupo de investidores (que inclui um credor da própria Massa Falida) ofereceu *"R$ 64 milhões para aquisição do terreno, sendo R$ 60 milhões de forma imediata e diferença dividida em seis vezes. A outra companhia apresentou um acordo estimado em R$ 50,4 milhões, dos quais 30% seriam quitados integralmente; e o restante seria acertados em 15 vezes. Já o grupo da ocupação, formado por 10 mil moradores, propôs R$ 33 milhões a serem pagos em 30 anos*" (G1, 2016*, web*).

[28] A entrevista onde se captou as frases foi concedida na sede da Coordenação da Vila Soma em 07 de março de 2017.

[29] G1. GLOBO. Moradores protestam contra leilão de área da Vila Soma; veja as propostas. 29.02.2016. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/02/moradores-protestam-contra-leilao-de-area-da-vila-soma-veja-propostas.html. Acesso em Setembro de 2017.

O grupo vencedor, denominado FEMA4, não concretizou o depósito devido ao imprevisível destino da Ocupação e não autorização final do TJ em homologar o mesmo. O advogado Alexandre Mandl sinalizou, ainda, a possibilidade de composição com os arrematadores[30].

Outro evento fundamental nesta fase, além de seu marco inicial, contorna-se pelas eleições municipais daquele ano. A pressão da Vila Soma dentro da cidade chegou a tal patamar que possibilitou uma mudança significativa na história política da mesma.

A truculência exercida pela administração municipal foi combatida com muita mobilização da Ocupação. Diversos tipos de protestos demonstraram força política no município e culminou na vitória de uma chapa divergente da que desejava reeleger Cristina Carrara (PSDB), apesar de não se firmar no lado oposto do espectro político, venceu Luiz Dalben (PPS), filho de um ex-prefeito da cidade e de um partido de centro. Além disso, naquela eleição Willian Souza se alçou vereador, tendo tomado papel determinante sua atuação pela ocupação.

Após as eleições de outubro de 2016, em que o partido da situação foi vencido, no mesmo ano percebe-se grande volúpia em aprovar uma Revisão do Plano Diretor do município, processo em que as lideranças e moradores da Vila Soma se fizeram, novamente, presentes.

"Fizemos passeatas e atos nas audiências públicas e na câmara e mesmo assim deixaram 86 ocupações da cidade de fora das ZEIS e ainda aprovaram a inclusão da área rural como zona urbana" (Liderança2, 2017). A própria fala da coordenação deixa inconteste a tipologia da proposta de Revisão. Aprofundar as características de uma urbanização corporativa seria o ideal para a administração, mesmo sem a legitimidade moral para isso, já que, apesar de deter o poder naquele momento, já se encontrava em fase de transição e as decisões seriam legadas a mandatos conseguintes. A aprovação da alteração do PD foi prorrogada até que não havia mais tempo hábil em 2016. Atualmente se estuda para retomar o processo.

O início do mandato de 2017 marca uma nova etapa nas relações entre Vila Soma e poder executivo municipal. Na primeira semana após a posse, o novo prefeito Luiz Dalben (PPS) recebeu lideranças da Vila Soma em seu gabinete. Nesta reunião

[30] TODO DIA. TJ realiza leilão de área da Soma. 01.03.2016. Disponível em: http://jornal.tododia.uol.com.br/tododia/2016/03/01/2057/pdf/ci01001.pdf. Acesso em Setembro de 2017.

decidiu-se por reabrir o GT com todos os entes antes envolvidos e algumas medidas imediatas que encaminhem melhorias. A atitude do prefeito expressa de um lado, diálogo positivo, de outro, o peso político que adquiriu a Ocupação, uma vez que é evidente o temor de que o mesmo fracasso político de sua antecessora recaia sobre si.

De prático até o fechamento deste texto, se executou aumento do número de ônibus escolares para atendimento às crianças, passagem de uma linha regular de ônibus por dentro da ocupação, colocação de lixeiras onde antes havia lixo a céu aberto (conforme Figura 11 abaixo, o qual a antiga administração se comprometeu a remover, mas nunca removia completamente) e o início da numeração de casas e cadastramento sistemático das famílias.

Figura 11 – Antes e depois do depósito de lixo na Ocupação.

Autoria: Anderson Sabino. (07.03.17 e 24.11.17)

A composição com a arrematadora do leilão, o empenho na aprovação do Programa MCMV, a abertura de um cadastro pela Prefeitura, o vislumbre de regularização, são traços de que as soluções para a Ocupação ainda estão em aberto. Declaradamente, a regularização é o mote central, no entanto, outras direções não são desprezadas, o que, como estratégia, consiste em legítima escolha.

> *A Ocupação, efetivamente, defende a regularização, a urbanização local, a regularização fundiária. É isso que a gente defende, é isso que tá aprovado em assembleia, é isso que eu vou defender até o momento. (...) O importante é que as famílias tenham uma moradia digna delas e definitiva e que nunca mais fale de reintegração (Willian Souza, 2017).*

Em discussão sobre moradia na Câmara Legislativa, já em 2017, o superintendente de habitação de Sumaré dá indícios de certa vontade política do governo em pautar pela regularização da área, embora medidas concretas ainda não tenham se efetivado:

> *Temos desde esse ano o GT (município, estado, federal, vila soma). Esse grupo está exatamente acertando detalhes para regularização. Estamos finalizando hoje o cadastro. Por algum contratempo tá sendo difícil. O mais importante é que estamos estudando a ZEIS para Soma. Sei que vai dar problema na cidade quando a discussão ficar pública. Temos que enfrentar. Não contando o complicado que é o Salerno, Soma vai ser um marco para Sumaré e Brasil. Eu disse que a Soma não tem mais volta. Isso é compromisso (BEDANA, 2017)*[31]

A Prefeitura está cadastrando os moradores por número, rua e nomes. A afirmação é de que isto deve servir para um controle e fixação do tamanho da ocupação, além de conter a rotatividade.

A coordenação vê com bons olhos a aproximação que a Prefeitura tem buscado, no entanto, tem plena consciência que isto não pode servir como suporte para uma desmobilização horizontal da população, uma vez que nenhuma garantia foi dada até agora de permanência ou resolução e não se pode perder os instrumentos estratégicos de pressão e presença na cidade, objetos fundamentais de sobrevivência e resistência até o momento.

> *O risco é muita gente achar que com o cadastro agora a relação é com a Prefeitura, não mais com a coordenação. Muita gente já tá achando isso. O risco é desarticular. As reuniões aqui, assembleia, são importantes para não desmobilizar (...) Individualmente ninguém consegue nada. Tudo foi coletivo (...) Até que tenha um documento falando, olha aqui, você assina aqui, isso é seu (Liderança2, 2017).*

Manter coesa a consciência coletiva é o grande desafio da ocupação para dentro, permanecer de fato ou criar outras possibilidades de resolução é um dos desafios da ocupação para fora.

[31] A fala foi proferida por Laércio Bedana, superintendente de habitação do município de Sumaré em debate sobre moradia e regularização fundiária promovido pelo mandato de Willian Souza na Câmara Legislativa de Sumaré em 30 de Novembro de 2017.

Notas ao processo/lugar

Da análise da Ocupação Vila Soma em processo, vemos a necessidade de pontuar algumas observações:

- Apesar do problema de se pensar no que *poderia ter sido* se diferente a história fosse, corremos o risco de sugerir que seria extremamente difícil para os moradores de maneira individual no mercado formal ou em favelas lograrem o nível que alcançaram até o presente momento no sentido de conquista de uma moradia digna, mesmo com todas as carências em que se encontram. Ademais, como soma de individualidades, como caminhava para ser em seu início, a ocupação, provavelmente, teria sucumbido às pressões jurídicas e à coerção pelas forças policiais. Salientamos, por isso, que a percepção e a constituição de um sujeito coletivo foi determinante para o desenrolar que culminou, até o momento, em manutenção da sobrevivência na ocupação. Mesmo sendo um fato extraordinário a decisão final chegar ao STF e de lá se obter resposta positiva, sabe-se que não se tratou de um exemplo do bom senso jurídico geral, mas de uma exceção, conseguida através de uma intensa e complexa *luta organizada* no mais abrangente significado do termo.
- Não se pode passar ao largo do comportamento cínico da municipalidade em relação às soluções apresentadas até 2016. Um caso de uma ocupação de 10 mil pessoas que alcança liberação de recursos para construção de habitações populares e tem seu êxito barrado por vontade política local deve ser propagado e informado para não ser esquecido. A permanência das famílias na resistência, ao invés de arrefecer com este fato, ganhou novo ânimo, já que a cada dificuldade percebeu-se um aumento da conexão entre as pessoas e aquele subespaço.
- A levada a cabo às últimas consequências pelos moradores é primordial motivo da parcial vitória. O enfrentamento físico não é única dimensão na situação de proximidade do despejo, mas uma violência emocional atinge em cheio cada mãe e pai de família que ali se arrisca. Permanecer e ainda se dispor a lutar é antes de tudo uma necessidade, em seguida, uma escolha. Com a coerção massiva, podia ocorrer a temente saída voluntária, algo que foi quase ausente graças aos vínculos de confiança e coletividade estabelecidos, ao sentimento

de possibilidade positiva mesmo com o assustador antecedente do Pinheirinho e às estratégias localmente criadas e executadas como num verdadeiro exército popular.

No próximo subitem abordamos práticas e elementos diversos que também se pode considerar estratégicos para a resistência das famílias.

3.2. Cotidiano como práxis de um planejamento ascendente: Contrarracionalidades na produção do espaço.

Diferente do empreendido na subseção anterior, não analisamos aqui o processo, mas as práticas, não havendo uma preocupação tão grande com a precisão temporal. Entendemos que não perdemos a dinâmica com esse método, mas, ao contrário, alçamos destaque àquilo que entendemos como as reais categorias transformadoras que ensejam as famílias ocupadas e organizadas ali.

Mirar o cotidiano como prática de um planejamento ascendente significa que, ao nosso ver, a criação e execução de meios alternativos de organização e provimentos básicos se perfazem técnicas avançadas, frutos de planejamentos intencionais de baixo para cima que contrapõe a visão de mundo a partir dos agentes hegemônicos. Em outras palavras, vemos como revolucionárias as formas como as pessoas mais vulneráveis encontram meios de redefinir suas vidas apesar das lógicas capitalistas que os encurrala por meio de ações estratégicas, contrarracionais, como assevera Milton Santos:

> pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contrarracionalidades. Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos (SANTOS, 2012c [1996]: 309).

André Dal’Bó da Costa relata impressões que teve quando presenciou e participou de movimentos de ocupação. Vemos como profícua e cabível para o caso da Vila Soma:

> O que havia de interesse e promessa para a conquista da habitação e uma possível emancipação de consciência popular nesse cenário passava necessariamente pelo espaço como mediador da política. **O espaço da ocupação, em constante formação e transformação, mediava a convivência e a auto-organização** de seus moradores em suas necessidades e interesses coletivos mais simples e imediatos, e era nesse cenário que se dava a possibilidade de reconhecimento e despertar das pessoas envolvidas como um sujeito coletivo (COSTA, 2013: 13; *grifo nosso*).

A leitura do espaço como mediador da política nos move a encontrar nas atitudes dos ocupantes, ao reproduzirem suas estruturas de sobrevivência, as técnicas de um planejamento estratégico, intencional, reconhecendo que através do sujeito coletivo, e apenas por ele, se alçaria a emancipação. O espaço, do nosso ponto de vista, não é mediador apenas fisicamente, mas pelas ações que condiciona e pelas quais é condicionado. O espaço é ele mesmo, em sua totalidade, matérias e ações, forma e conteúdo (SANTOS, 2012c [1996]).

No início, como já pontuamos, a situação de qualquer ocupação é muito complicada. Na Soma, mesmo sem o movimento social experiente por trás nos primórdios, as pessoas já tinham consciência do que fazer. Um dos coordenadores nos relata: "*No começo era mais barracos aqui, mas já se falava pra deixar o recuo, não invadir a área da rua, não abrir mais rua de qualquer jeito. Mas deixando claro que não tinha nada ganho, fomos incentivando as pessoas consolidar, construir em alvenaria desde 2015, daí aumentou, hoje tem muito pouco barraco." (Liderança1, 2017).* A liderança relata, ainda, que utilizavam ferramentas simples, mas logo se juntaram e alugaram máquinas coletivamente. Os próprios primeiros moradores sugeriam e determinavam o nome das ruas à medida que as formavam. Vários exemplos remetem às histórias próprias, como Missão, Conquista, Vitória, Imigrante, entre outras.

Considerando a visão estratégica demonstrada, dividimos esta seção em duas partes, onde primeiro analisamos os métodos organizacionais exercidos, passando, principalmente, pelas pautas democratizantes e pelo protesto como elemento de visibilidade. Em seguida ressaltamos a criação de formas alternativas de vínculos com o território, pela improvisação de suportes e pela implantação de fixos.

Entendemos que tanto as formas organizacionais quanto materiais, como assim dividimos, constituem-se atitudes de produção do espaço, uma vez que este é formado por indissociáveis sistemas de ação e de objetos (SANTOS, 2012c [1996]). A categoria de produção de espaço assentamos sobre a perspectiva de que "viver,

para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico" (SANTOS, 2014 [1988]: 97). Seguimos, portanto, buscando desvendar as formas como agentes hegemonizados, no caso moradores e lideranças da Vila Soma, trabalham produzindo esse espaço que, definitivamente, é um espaço de resistência.

a) EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA – HORIZONTALIDADES ORGANIZACIONAIS

As estratégias que resultam nas vitórias e na sobrevivência da Ocupação merecem ser enaltecidas. O exercício democrático é profundamente significativo, até porque a sensibilidade dos sonhos e a vulnerabilidade social a que estão submetidas as pessoas são convidativos a todo tipo de tirania e manipulação. Queremos aqui exibir as práticas, mas, de alguma forma, prestar homenagem aos moradores envolvidos na totalidade das ações.

A abordagem aqui , como já salientamos, desdobrando ativamente as relações. Como aponta Ribeiro (2005:12458) "a ação é sempre interação. Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos".

A ideia de horizontalidade aqui passa pela característica organizacional de ser agregadora, e se dar na perspectiva de um acontecer solidário, em âmbito local, já que "as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da **contrafinalidade, localmente gerada**" (SANTOS, 2012c [1996]: 286, *grifo nosso*).

Um primeiro elemento que apontamos é a própria atribuição da coordenação. Atualmente a coordenação passa pelos cuidados de 2 coordenadores gerais, que administram a sede, fazem trabalhos cotidianos e atendem a todos os moradores em suas mais diversas solicitações.

Desde necessidades básicas como alimentos, roupas, remédios, até o fornecimento de comprovantes de endereço que são impressos na própria sede e servem para que os moradores façam uso dos equipamentos básicos de saúde e educação das proximidades. Como lhes é negado acesso a serviços concessionados (água, luz, telefone), a execução dos comprovantes de endereço já marca uma atitude

de rebeldia, de marcação de presença, mesmo que isso gere nos empregadores e em muitas pessoas da cidade um certo estranhamento preconceituoso.

O exercício democrático na ocupação não se encerra com a eleição dos coordenadores. As assembleias populares são constantes e desde sempre serviram para os mais diversos tipos de decisão. Além dos informes corriqueiros, em assembleia se indica, aprova e nomeia as e os líderes de rua. Também se tira indicativos como a realização de atos e eventos dos mais diversos.

Os líderes de rua, nesta escala, fazem reuniões com os moradores e deles levam demandas para reuniões com a coordenação. Abrimos aqui uma lembrança: São 2784 casas, cerca de 10 mil pessoas em 38 ruas. São 38 líderes. Este método organizacional é simplesmente genial, uma vez que descentraliza a unidade de apontamento e reclame.

Outro aspecto relacionado a líderes denota-se pela presença massiva de mulheres nesses cargos, informaram-nos que cerca de 80% do quadro é composto pela força feminina que demonstra, mais uma vez, seu poder reivindicativo e o seu lugar de protagonismo na vida política e estratégica das ocupações. Este fator, cremos, deve ser pauta de trabalhos específicos no caso da Vila Soma, sendo rica agenda de pesquisa.

A organização política traz o importante componente de esperança para toda a sociedade, uma vez que a ocupação possibilita “experimentar e ‘prefigurar’, ou seja, de exercer formas de organização, de tomada de decisão, de autogoverno e de gestão da vida coletiva, e de instaurar alternativas no presente, ensaiando futuros possíveis” (ROLNIK, 2015: 377).

O caráter horizontal de coordenação revela contraposição ao esquema de domínio do capital que unifica/esmaga o espaço pela difusão diferencial de modernizações via empresas hegemônicas. Ao lado da conjunção com movimentos sociais e outros coletivos, perfazem um tipo diferente de solidariedade entre os lugares. “A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso [...] Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais [...]” (SANTOS, 1996, p. 19).

As normas locais, desde início da ocupação passam por várias vertentes, desde o evitar aberturas desenfreadas de ruas, até, após mudança de coordenação

em 2015, se coibir por forças próprias o uso de terrenos e casas como mercadorias. O sucesso nesse objetivo resultou na reconhecida legitimidade pela comunidade das atitudes de confisco de algumas unidades.

Outro componente organizacional relevante é a atitude de levantamento e informatização de dados, que denotam uma densidade comunicacional[32]. Não acreditamos ser banal o fato de, como citado anteriormente, a Prefeitura fazer levantamentos de dados de forma planejadamente errônea, enquanto a própria ocupação, por seus meios, fez cadastro e controle informatizado sobre os dados dos moradores, podendo, assim, expressar o contraditório e não abaixar a cabeça aos detentores das técnicas da informação.

Esta atitude tem um significado político importante, pois é resposta em nível, digno dos objetivos que as lideranças e apoiadores tinham, como incita Ana Clara Torres Ribeiro,

> a ação propriamente política é portadora de uma dupla exigência. A primeira corresponde à necessária sagacidade e à velocidade na definição do projeto e em sua defesa. A segunda expressa-se na duração, no enraizamento de práticas e normas sociais, na territorialização de objetivos / metas que, nas esferas da política e da cultura, surgem como aquele 'senso de realidade' que viabiliza o alcance do convencimento e, portanto, o exercício (legitimado) do poder político (RIBEIRO, 2003: 33).

Esta ação política, tal qual a própria manutenção da Ocupação passa e passou, certamente, pelo enfrentamento nas ruas a que se dedicaram os agentes. Uma série de protestos, atos, acorrentamentos, acampamentos, paralisações, fechamento de rodovias, marcaram a história de resistência, tendo, em quase totalidade das vezes, quantidades expressivas de participação. Segundo Willian, "*Desde 2013 a gente calcula umas 180 manifestações" (Willian Souza, 2017).*

[32] A ideia de *densidade comunicacional* serve para designar práticas de interação que partem do *lugar*, na *copresença*, no *acontecer solidário*, no *cotidiano compartilhado*, ou seja, é fruto da união horizontal criada pelos agentes locais (SANTOS, 2012 [1996]).

Figura 12 – Fotos exemplificando Protestos feitos pela Vila Soma.

Autoria: Sup Esq: Arthur Menicucci (G1, 24.02.15); Sup Dir: Denise Cibele (G1, 03.07.15) Inf Esq: Divulgação Mordores Vila Soma (RAC, 18.06.15). Inf Dir: Leandro Ferreira, (18.01.16) [acorrentados frente ao prédio da então prefeita].

O número assusta e a forma de incentivar tanta gente a exercer seu direito de manifestação passa pelas próprias estratégias de organização horizontal:

> *a estratégia é mostrar, é assembleia todo domingo, é a reunião de líderes, mostrar pro povo, sempre conscientizar, mesmo que não tenha uma ordem evidente de reintegração, conversar com o povo da necessidade de lutar (...) então, todo domingo tem assembleia na Vila Soma. Independente se tem assunto pra tratar ou não, tem que ter. Tem reunião de rua (...). (Willian Souza, 2017).*

É comum, principalmente em momentos de maior tensão, organização de eventos para arrecadação de fundos para custear, por exemplo, compra de batuques, camisetas, aluguel de trio elétrico (que por sinal sempre se teve cuidado em ter todas as licenças em dia, uma vez que a polícia procura sempre motivos para diluir manifestações). Toda dedicação resultou na própria existência da Ocupação e na auto-emancipação da consciência das pessoas. Como um morador nos afirmou ainda em 2016, *"Não saio mais da luta não!"*[33].

Os métodos de protesto e auto-organização são importantes na atuação contra hegemônica, "as ações de protesto e reivindicação que extrapolam os limites das instituições políticas tradicionais (ocupações, passeatas, greves etc.) são totalmente compatíveis com a democracia" (TRINDADE, 2014: 169).

A manifestação de rua é a expansão dos limites, trata-se de demonstrar uma presença legítima, principalmente por quem é ilegitimado no planejamento hegemônico e na dinâmica político-econômica das cidades. "O projeto neoliberal encontra seu contraponto de forma mais clara e explícita nas ações dos setores que insistem em ampliar as fronteiras da democracia e do Estado de direito para além dos espaços participativos" (TRINDADE, 2014: 169). Reconhecemos aqui que o participacionismo imposto, por exemplo, pela lei que disciplina os Planos Diretores tem sua limitação.

A Vila Soma age além dos limites das instituições pelo enfrentamento nas ruas, mas também se faz presente adentro desses limites. Uma das estratégias das lideranças da Vila Soma é a ocupação de espaços de discussão sobre o planejamento "oficial" do município. A ata das audiências públicas da Revisão do Plano Diretor (2016) é exemplo disso.

De todas as regiões, a de Nova Veneza, onde oficialmente se encontra a Vila Soma, foi a que registrou maior número de participantes, sendo que são inúmeros os questionamentos apontados pelos moradores aos técnicos da Prefeitura e consultoria responsáveis pela revisão do PD. Segundo Alexandre Mandl, a Vila Soma se manifestou junto ao Comitê de Luta de Moradia de Sumaré, "*que envolve mais de 12 ocupações da cidade, se organizou e tomou as ruas [...] com uma marcha, em todo o*

[33] O morador nos proferiu a frase em conversa em ato público na quadra da Vila Soma em 18 de novembro de 2016.

centro da cidade, com mais de 1.500 famílias"[34]. Já apontamos anteriormente as intencionalidades do poder público e os resultados dessa luta.

Retomamos apenas o fato de que no PLHIS de 2010 já se invisibilizava a Ocupação Zumbi dos Palmares e em 2016, foi a vez da Vila Soma ser ignorada. É nítido que o planejamento ao apagar a ocupação Zumbi dos Palmares agiu de maneira favorável aos proprietários devedores, deixando a solução mercê do financiamento federal e da construção via empreiteira. Além desse aspecto, percebe-se grande resistência em se utilizar instrumentos como a demarcação de ZEIS como indicativo de regularizações fundiárias, o que beneficiaria a Vila Soma.

Nestes casos, o planejamento se demonstra favorável ao direito absoluto da propriedade da terra (contrariamente à vigente Constituição brasileira) e denota que, através da intimidade com o capital, o planejamento tem sido "utilizado para buscar uma solução casuística para as dificuldades do capital [...] poder-se-ia falar, também, num empobrecimento planejado [...] os pobres não tem voz no processo: são apenas as vítimas" (SANTOS, 2012b [1994]: 132).

O planejamento ascendente que move atos, organização horizontal e as práticas que descreveremos na próxima subseção são demonstrativos de que, as forças do patrimonialismo e do planejamento pelos poderes hegemônicos motivam e legitimam as ações de ocupação e resistência exercidos pelos movimentos por moradia, entre eles, a Vila Soma.

b) CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PRÁTICAS – CONTRARRACIONALIDADES NA INVENÇÃO DAS POSSIBILIDADES

Neste tópico ensejamos demonstrar a potência contrarracional de produção do espaço que demonstram agentes da Ocupação Vila Soma ao criar condições para acessar serviços diversos. Os principais pontos de conquista se referem aos serviços mais básicos: **água, energia elétrica, internet, educação e uma rede de pequenos comércios e locais de prática religiosa**. Todos esses elementos se fazem, em

[34] MANDL, Alexandre. Movimento de Moradia de Sumaré escancara os interesses da especulação imobiliária. Esquerda Marxista. 03.11.16. Disponível em: http://www.marxismo.org.br/content/movimento-de-moradia-de-sumare-escancara-os-interesses-da-especulacao-imobiliaria/. Acesso em Novembro de 2017.

nossa leitura, modos de resistência contra as forças que excluem e marginalizam aquela população.

Como demonstramos anteriormente, as lideranças da Ocupação apontam para que as suas demandas passem a ser relativas ao *Direito à Cidade.* É carregada de sentido a frase expressa. Academicamente, direito à cidade se refere ao direito

> à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc. (...). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (LEFEBVRE [1968] 2008: 139 *apud* TRINDADE, 2014: 89)

A racionalidade que o coordenador expressa, no entanto, não é atravessado pela reflexão acadêmica, mas se envolve de um sentido prático. Em outras palavras, eles sabem, na pele, o que quer dizer o Lefebvre sem necessitar de sua leitura, pela própria luta tomaram consciência do direito que têm e como conquistá-lo.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005) asseverando o conceito de corporificação de direitos nos dá suporte para pensarmos a prática. Segundo ela, "[...] o sujeito é inimaginável, hoje, sem a corporificação de direitos, isto é, sem a experiência vivida de direitos" (RIBEIRO, 2005: 12464). Individualmente, no entanto, é mais provável que o sujeito seja engolido pelo mercado, por isso a ação em conjunto, como na ocupação, se faz necessária. "A corporificação de direitos exige, no mesmo movimento, a apropriação socialmente justa do espaço herdado, dependente da ação coletiva, e a subjetivação de direitos, que sustenta a afirmação de sujeitos plenos" (Ibidem).

O elemento mais básico da vida humana, a água, é dificultosamente acessada pela população urbana mundial. Muitos países no planeta possuem escassez aguda desse elemento vital. No caso do Brasil, temos regiões com restrição hídrica, inclusive são locais onde por muitos anos predominou a emigração na dinâmica populacional. Na região sudeste, no entanto, as águas doces são abundantes. A escassez é criada e reproduzida pelos mecanismos de exclusão que acompanham a própria urbanização/metropolização corporativas. É negado acesso a esse bem por não criação universal das redes, bem como pela falta de vontade política e econômica de alguns agentes.

Essa necessidade é suprida na Vila Soma, desde o início, através de caminhões-pipa, pagos pelos próprios moradores individualmente. Criou-se até um

esquema onde a água é levada por um tubo da parte frontal da casa até a caixa d'água, conforme Figura 13.

Figura 13.- Entrada de água do caminhão à caixa.

Autoria: Anderson Sabino, 2017.

Segundo as lideranças, há uma lei do município onde se afirma que até as ocupações tem direito à ligação comum de água, sendo que foi protocolado pedido no Ministério Público ainda na gestão municipal passada e o órgão passou a notificar a Prefeitura apenas este ano.

A energia elétrica, como é comum em áreas irregulares, é fornecida através de ligações clandestinas, no entanto, foi engenhosamente pensada e instalada para garantir um bom funcionamento e um futuro fornecimento legal. "*Desde o começo 3 pessoas eram responsáveis pela energia elétrica e aí foi aumentando a estrutura. Eles cotavam poste, transformadores, passavam pras pessoas o quanto cada um tinha que pagar pra comprar. Todo mundo se juntava e pagava e eles instalavam quase de graça, foi começando a puxar. (Liderança1, 2017).*

O serviço de internet, fundamental para comunicação das pessoas, mobilização, controles, emissão de notas oficiais e informações em redes sociais,

enfim, para produção de uma narrativa própria e ascendente, também é adaptado às condições. Como nenhuma grande empresa cobre a área, as ligações são via rádio.

Atitude de enfrentamento e resistência denotamos também pelo que ocorreu em meados de 2015. Os moradores que não tinham registro de título eleitoral em Sumaré tiveram que travar uma grande luta contra o cartório eleitoral, que não queria fornecer a transferência para os moradores da Vila Soma.

Através de mobilização e de declarações de próprio punho conseguiram a transferência. Naquele ano, elegeram 2 conselheiros tutelares que conseguiram matrículas em escolas para 700 crianças da ocupação (de um total de 750 crianças). A ocasião desta vitória se constituiu a maior votação da história do Estado de São Paulo numa eleição de conselheiros tutelares, em proporção à população municipal.

> *A questão do conselho tutelar, foi porque nós tínhamos 700 crianças fora da escola e o município não dava essas vagas, a gente já tinha entrado com pedido na justiça, já tinha conversado, já tinha feito tudo. E não conseguimos, então o que nós decidimos: abriu lá pra conselho tutelar, nós decidimos que íamos disputar, escolhemos 2 pessoas e ganhamos os dois lugares. Os dois primeiros lugares a gente ganhou. Então eles fizeram a prova, fizeram todas as etapas e ganharam. Tivemos 1200 votos cada um, cara. (Willian Souza, 2017)*

Ademais, outros direitos ainda dependem do cumprimento de uma pauta extensa de lutas, que, necessariamente, passam pela resolução da questão fundiária e uma futura regularização. *"Conseguimos vaga na escola, mas pleiteamos equipamentos públicos aqui dentro. Saúde teve avanço desde 2017 no atendimento, mas aqui dentro mesmo nada" (Liderança2, 2017).*

A regularização, que poderia encaminhar o aumento das infraestruturas se faz uma questão prioritária para a coordenação. A regularização de terras, de fato, carrega um dado de reforço da propriedade privada e individual dos espaços de moradia. Santos (2012a [1987]: 154) ressalta que "o direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Este termina imposto ideologicamente como o certo, como se fosse um objetivo do cidadão. A verdade, porém, é que ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável". Pelo fato de a propriedade apontar para possíveis melhorias nos espaços, este pode acabar muito

valorizado pela especulação imobiliária e pressionar para a expulsão dos pobres do local, incluindo-o num novo ciclo de migração metropolitana,

É latente a necessidade de se recriar as formas de propriedade e avançar num sentido coletivo. No entanto, a importância de se pensar na regularização dessa cidade ilegal carrega uma noção de “orgulho” nos moradores, além de que “completa a melhoria das condições sociais já que confere mais estabilidade e segurança ao morador” já que pode reverter a condição de morador de favela, frequentemente descriminalizante e que “interfere nas chances de obtenção de emprego, crediário e até salários” (MARICATO, 2003: 163), ou seja, a regularização e a obtenção de título de posse ainda é instrumento para encaminhar outros direitos cidadãos.

Percebemos também como unidade de resistência e sobrevivência a presença de um, bem estruturado, circuito inferior da economia urbana em sua versão informal na Vila Soma.

Segundo Monica Arroyo (2008), as unidades de comércio do circuito inferior, como ela titula também como a *economia invisível dos pequenos*, ocupam “bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano” (ARROYO, 2008: *web*).

As atividades deste circuito inferior nunca acontecem totalmente desvinculadas do circuito superior, sempre há dependência de fornecimento de algum elemento. No entanto, a importância desse circuito se faz porque “uma numerosa população pobre sobrevive criando formas de trabalho e de consumo diversas, que coexistem num mesmo lugar e num mesmo mercado, indicando a profundidade que atinge a **divisão social e territorial do trabalho nas regiões metropolitanas**.” (ARROYO, 2008: *web;* grifo nosso).

Encontra-se na Vila Soma: Lan house, mercados, academia, lanchonetes, bares, oficinas de consertos de carros, motos e celulares, técnicos em informática, eletricistas, encanadores, pedreiros, estúdio de tatuagem, venda de óleo automotivo, casas de ração, padarias, depósito de material básico de construção, oficina eletrônica, cabeleireiros, restaurantes, pizzaria, sorveterias, papelarias, moto táxis, selecionadores de materiais reciclados, entre outros. Na **Figura** 14, alguns exemplos são ilustrados.

Figura 14.- Exemplos de espaços religiosos e de comércio na Vila Soma.

Autoria: Anderson Sabino, 2017.

"*Os comércios são importantes para a ocupação, o povo consome aqui, quase não precisa sair pra comprar nada. Só falta aqui banco e farmácia. Para farmácia já arrumamos um espaço. Falta creche também, mas a comunidade já está montando lá em cima" (Liderança1, 2017).* No espectro das práticas de religiosas, tem-se aproximadamente 22 igrejas evangélicas, uma igreja católica, um centro de estudos bíblicos e um terreiro na Vila.

A consolidação de uma rede de comércios, igrejas, serviços de entretenimento, enfim, é mais uma evidência da espessura de vínculos comunitários com o território local. Mais um motivo que revela a crueldade de uma reintegração de posse e a sensatez de se encaminhar para uma regularização futura.

Sabemos que

> Porém, mesmo que o Estado, como árbitro, coordene a adequação do meio ambiente construído de maneira alheia às necessidades do conjunto, as cidades, como um todo, resistem à difusão completa das modernizações. Os mais pobres respondem a esse tempo metódico, recriando formas arcaicas de trabalho, conferindo novos usos às porções opacas e alojando-se nos vazios urbanos, que a priori, são planejados para atender aos interesses dos especuladores. (MESTRE, 2009: 3)

Temos, portanto que “por enquanto, o lugar [..] é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas” (SANTOS, 1996, p.19). Vislumbramos expressar as formas de produção do espaço na escala do lugar, onde ações e objetos intermediam a resistência de quem, apesar das opressões e pressões, insiste sobreviver recriando sua dignidade.

A reforma urbana, a que moradores da Vila Soma se prezam fazer, começa pelo peso de prover função social a uma propriedade até então ilegalmente fragmentadora da cidade por seu abandono, e avança nas entrelinhas de seus improvisos e conquistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de metropolização de Campinas, que inclui as dinâmicas de periferização em seu entorno, é inesgotável fonte de estudos, sendo que uma pequena porção foi abordada aqui. De forma geral, ficam patentes as desigualdades com as quais se forja este processo, reforçada pelo papel ativo do espaço enquanto mediador e agente das ações econômicas e sociais.

Reforçamos que, em esforço multiescalar, intentamos conhecer as lógicas de expansão da periferia metropolitana para então adentrar ao caso do município de Sumaré. À guisa de conclusão, apontamos que um dos motivos que encontramos para a presença de inúmeras favelas e ocupações em Sumaré, entre elas, a Vila Soma, passa pelo espraiamento da sede metropolitana, ou seja, é fruto de um processo imbricado às dinâmicas regionais, tendo como um dos elementos a valorização desigual da terra calcada na especulação imobiliária e na desigual divisão territorial do trabalho.

Verificamos que a partir de 1970 as regiões periféricas do entorno de Campinas passaram por um adensamento industrial e populacional movidos pelo menor preço da terra, pela proximidade com Campinas e pelo bom acesso à fluidez da malha rodoviária. A partir da década de 1980 percebe-se que o eixo Noroeste ultrapassa em adensamento e atração de migrantes as outras regiões periféricas, formando a chamada *macroperiferia regional* (NASCIMENTO, 2016).

A urbanização das margens da rodovia Anhanguera (principal vetor do eixo de periferização noroeste), cria uma notável desconexão entre novas áreas urbanas e os antigos núcleos municipais, tornando estas cidades periféricas muito fragmentadas, internamente espraiadas e entremeadas de vazios urbanos. Esses vazios são justamente os preferencialmente ocupados pela parcela da população excluída do acesso à cidade legal.

Em muitos casos, os vazios urbanos são criados propositalmente por conluios entre proprietários e o poder público, perfazendo uma característica típica da urbanização corporativa. **A ocupação desses vazios metropolitanos por grupos de famílias organizadas se legitima também por isso: subverte as intenções de apropriação de mais-valias urbanas que progressivamente segregam e fragmentam as cidades.**

A metropolização corporativa empurra os pobres para a precariedade, para a obrigatoriedade de criar seus meios básicos de sobrevida, os obriga a assumir a responsabilidade pela reprodução de um espaço urbano, sendo que os agentes hegemônicos relutam em reconhecer sua legitimidade no uso do território, mantendo ativas, mesmo quando ocorrem aproximações, necessidades e carências de toda ordem.

Constatamos que as escalas de origem e ocorrência do evento geográfico de ocupação em Sumaré são municipal e metropolitana. Este fato, ao contrário de negar a responsabilidade do município, deve servir para fomentar políticas financeiras e de debates sérios a nível metropolitano. Como indica-se que esteja ocorrendo atualmente, a Prefeitura deve articular-se com outros poderes e não virar as costas às demandas da Ocupação invocando argumentos deste tipo. Percebendo que a Prefeitura de Sumaré utilizava algo próximo a esta constatação como argumento para reprimir a Vila Soma, ressaltamos que se trata de uma mostra de perversas intencionalidades do poder público municipal naquele momento.

Percebemos que o ente metropolitano é ausente nas interlocuções entre ocupações e poderes públicos. É um ente de poder difuso, solicitado apenas para execução de projetos que geram parâmetros regionais e em alguns poucos setores, como gestão de resíduos e transportes. Apontamos a necessidade de se legitimar a questão habitacional como de alçada também metropolitana para além dos projetos, envolvendo municípios circunvizinhos na prática das políticas habitacionais.

Em contraste com a história da Ocupação Zumbi dos Palmares, a Vila Soma não teve suporte mínimo da administração **municipal** para concretizar transferência para unidades de habitação popular durante o segundo governo Dilma. É nítido que o problema da habitação popular “se submete, nas suas soluções, às oscilações de conjuntura e não às necessidades estruturais e permanentes da população” (SANTOS, 2012b [1994]: 131).

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado como política anticíclica e não resolve da melhor maneira possível conflitos fundiários movidos por ocupações organizadas, mas era uma alternativa plausível. A Vila Soma conseguiu aprovação dentro do programa em 2015, inclusive ocorreu a reserva de valores, mas tudo foi perdido pela falta de entrega de documentos pela Prefeitura, bem como aprovação de

projeto viário. Neste caso, a conjuntura política do município não favoreceu, mesmo com a conjuntura federal favorecendo.

Ao ocorrer em 2017 o início de um mandato municipal menos agressivo com a ocupação, na escala federal a conjuntura já não é mais favorável, uma vez que o governo Temer, estabelecido através do impeachment, fez cortes extremos no PMCMV para faixa 1 (recorte do programa destinado a famílias com renda total de 0 a 3 salários mínimos).

Cumprindo o objetivo de ressaltar os métodos de resistência da Ocupação Vila Soma, percebemos que são complexas e bem articuladas as estratégias de permanência/sobrevivência da população na ocupação, fazendo-se intenso uso, inclusive, de tecnologias produzidas pelo capital hegemônico, como as tecnologias da informação em redes sociais e aplicativos de comunicação pessoal/grupal. Esta apropriação serve para atestar que as horizontalidades podem ser criadas e fortalecidas a partir de elementos da economia verticalizada que se estandartizam. É a realização da *Globalização como possibilidade* (SANTOS, 2001).

As verticalidades reafirmam a alienação territorial e impõem usos do território de favorecimento das grandes firmas através do monopólio das técnicas, das redes, das influências e da informação. A ação horizontal como prática política e territorial é corolário da esperança e da possibilidade de contrapor a fragmentação, carrega a energia de superar o utilitarismo e promover usos do território que levam em conta a totalidade das dimensões da vida concreta. Em outras palavras: a prática político-territorial que se verifica na Vila Soma é oposição às lógicas hegemônicas e aponta para novas formas de superação do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliza. O Processo de Periferização e Uso do Território Brasileiro no Atual Período Histórico. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org). **Território Brasileiro:** Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. 213-239.

ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 30-31, Outubro de 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/. Acessado em dezembro de 2017.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e Tempo em Campinas:** Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas: 1992.

_____. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel J. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2001. p. 319-348

BONDUKI, Nabil. Planos Locais de Habitação: das origens aos dilemas atuais nas regiões metropolitanas. In: DENALDI, Rosana (Org). **Planejamento habitacional:** notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo, Annablume, 2013. (p.13-28).

BOULOS, Guilherme Castro. **Por que Ocupamos?** São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

CAIADO, Maria Celia Silva & PIRES, Maria Conceição Silvério. **O verso e o reverso da dinâmica metropolitana: mobilidade populacional e estruturação socioespacial**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambú-MG, 2006a.

CAIADO, Maria Célia Silva & PIRES, Maria Conceição Silvério. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. **Novas Metrópoles Paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas-SP, NEPO/UNICAMP, Campinas, 2006b. (p.275-304).

CAIADO, Maria Celia Silva. Padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população de região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS da ABEP**, 1998.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas:** urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2002.

CEM/CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). **Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole paulista.** Disponível em: http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/. Acessado em Março de 2017.

COSTA, André Dal'Bó da. **Luta social e a produção da cidade.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2013.

_____. Despejo pode gerar novo Massacre do Pinheirinho. **Le Monde Diplomatique.** Arquivo Online, 13 de janeiro de 2016. Disponível em: https://diplomatique.org.br/despejo-pode-gerar-novo-massacre-do-pinheirinho/. Acesso em setembro de 2016.

CRUZ, Maristela Miranda da. **Política habitacional em Sumaré**: favela São Domingos. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas: PUC-Campinas, 116p, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.99-127, jan./abr, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v33n1/0102-3098-rbepop-33-01-0099.pdf. Acesso em maio de 2017.

DAVANZO, Aurea M.Q.; NEGREIROS, Rovena M. C. A gestão das regiões metropolitanas do interior paulista: Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Ed.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. Regiões Metropolitanas: Uma discussão sobre o processo institucional. **Anais 14º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Lima, 2013. Disponível em: http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/019.pdf. Acessado em maio de 2015.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: DENALDI, Rosana (Org). **Planejamento habitacional:** notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo, Annablume, 2013. (p.97-126)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação Do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado De São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1994.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. Caracterização dos assentamentos precários em municípios pequenos paulistas: o caso de Monte Mor. In: DENALDI, Rosana (Org). **Planejamento habitacional:** notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo, Annablume, 2013. (p.197-220)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte: Centro de Estatísticas e Informações, 2013. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file. Acesso em novembro de 2016.

GONÇALVES, Maria F.; SEMEGHINI, Ulysses C. Uma metrópole singular. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovena (Orgs.). **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002. p. 27-51.

GOULART, Débora Cristina. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto – MTST.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

IBGE. **Arranjos Populacionais**. Disponível em:< ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/arranjos_populacionais/arranjos_populacionais.pdf> Acessado em Abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades@, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ topwindow.htm?1>. Acessado em Setembro de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun. 2011.

_____. Novos rumos e tendências da urbanização e a Industrialização no estado de São Paulo. In: HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. São Paulo: Max Limonad/ CNPq, 2004, p.67-77.

LOPES, Doraci Alves. **O movimento da Assembleia do Povo e a Crítica da 'Marginalidade'.** 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, 1988.

MAGALHÃES. Fernando Nunes Coelho. Da Metrópole à Cidade-região: Na Direção de um Novo Arranjo Espacial Metropolitano? Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, vol.10, n.2, Nov 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n2p9. Acesso em Outubro de 2017.

MANFREDO, Maria Teresa. **Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade*.* **Estudos Avançados**, São Paulo, *2003*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/ v17n48/v17n48a13.pdf. Acessado em dezembro de 2013.

MENDES, Auro Aparecido. **Implantação Industrial em Sumaré**: Origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 19991.

MESTRE, Ana Paula. **Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas**. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2009.

MINNICELLI, João Luiz Portolan Galvão. **Conflitos fundiários urbanos coletivos e justiça**. Tese (Doutorado em urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas; CEATEC-Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias; Campinas, PUC-Campinas, 2016. 385p.

MORETO, Milene. XEQUE-MATE Alerta máximo... **Correio Popular.** 13.01.2016. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/01/colunistas/xeque_mate/408032-alerta-maximo.html. Acessado em julho de 2017.

MOURA, Rosa. **Arranjos Urbano-Regionais No Brasil:** Uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NASCIMENTO, Ederson. **As Desigualdades Socioespaciais Urbanas Numa Metrópole Interiorana:** Uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de Exclusão/Inclusão social. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2013.

_____. Região Metropolitana de Campinas (SP): cinco décadas de expansão urbana. **Boletim Campineiro de Geografia**. V.6, n.1, Campinas: 2016.

PIRES, Maria Conceição Silvério. **Novas Formas de Expansão das Metrópoles: Impactos no Ambiente e na Mobilidade**. III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006.

_____. **Morar na metrópole**: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas, Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena Reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org). **Território Brasileiro:** Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. 29-40.

_____. Regionalização: fato e ferramenta. In: HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester; MOREIRA, Ruy. (orgs.). **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. São Paulo: Max Limonad/ CNPq, 2004, p.194-211.

_____. Território usado e humanismo concreto: O mercado socialmente necessário. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: 2005.

RIZZATTI, Helena. **O Recente Processo de Urbanização da Cidade de Campinas-SP (1990-2014)**: As ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da Região Sul. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Loteamentos murados e Condomínios fechados: Propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: **A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial.** São Paulo: Contexto, 2013.

ROLNIK, Raquel *et al*. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, maio 2015a <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_ artigos/cm33_313.pdf>. Acessado em maio de 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo, Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2ª edição, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982. **p.**117-154

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo, Editor Hucitec, 1996.

_____. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza. In: _____. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas. São Paulo: Edusp. 2003 [1979]. p. 13-40.

_____. **O Espaço Dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed, São Paulo: Edusp. 2008 [1979].

_____. **Metrópole Corporativa e Fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, Secretaria do Estado da Cultura, 2009 [1990].

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed., 1. reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a [1987]. 176p.

_____. **Por Uma Economia Política da Cidade**: O caso de São Paulo. 2ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012b [1994].

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c [1996]. 384p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1988].

SILVA, Adriana Bernardes. A Metrópole de São Paulo e a Produção da Aceleração Contemporânea. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org). **Território Brasileiro:** Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. 194-212.

STORPER, Michael. **The regional world**: territorial development in a global economy. London, The Guilford, 1997.

TONETTI, Claudiane Gonçalves. **Metropolização Corporativa e Regionalização**: Um Estudo Sobre o Planejamento e a Gestão Territoriais da Região Metropolitana de Campinas. Trabalho de Conclusão de Curso. Campinas, 2014.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática**: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas. 2014.

USINA_ctah. **Nota sobre a situação da vila soma**: a luta de classes na cidade. Disponível em: http://www.usina-ctah.org.br/blog/nota-sobre-a-situacao-da-vila-soma-a-luta-de-classes-na-cidade1. Acesso em maio de 2017.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. **CADERNOS IPPUR**. Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

.Mídias Online Citadas

CBN. Disponível em: www.portalcbncampinas.com.br

Correio popular (RAC). Disponível em: correio.rac.com.br

G1.globo.com. Disponível em: g1.globo.com

Tododia. Disponível em: jornal.tododia.uol.com.br

.Legislações e Documentos

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). **Evolução da estrutura urbana da região metropolitana de Campinas.** Vol 2; São Paulo, 2005b.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). **Evolução da estrutura urbana da região metropolitana de Campinas.** Vol 1; São Paulo, 2005a.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). **Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040**: política de desenvolvimento da macrometrópole. Volumes 1;2;3;4. Secretaria da Casa Civil; Ed.1, São Paulo, 2014.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). **Plano metropolitano de desenvolvimento habitacional - bases para elaboração:** áreas

e eixos para intervenção habitacional - relatório síntese. Secretaria de Estado da Casa Civil e Secretaria da Habitação, São Paulo: EMPLASA, 2015.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). PIB dos Municípios Paulistas 2000 – 2010. 2012. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal_2010.pdf. Acesso em Setembro de 2013.

SEADE. PIB dos Municípios Paulistas 2002-2014. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/07/PIB_2002_2014_FINAL_reduzido.pdf. Acessado em outubro de 2017.

SUMARÉ. **Documento Diagnóstico Plano Diretor**. 2006.

SUMARÉ. **Plano Diretor**. 2006.

SUMARÉ. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. 2010

SUMARÉ. **Revisão do Plano Diretor Participativo**. Produto 4 - Relatório das Audiências Públicas. 2016.

.Sítios de internet consultados

[FLASKÔ] www.fabricasocupadas.org.br/site/

web.fflch.usp.br/centrodametropole/.

www.agemcamp.sp.gov.br

www.emplasa.sp.gov.br/

www.fjp.mg.gov.br

www.ibge.gov.br

www.igc.usp.br

www.marxismo.org.br

www.mtst.org

www.stf.gov.br

www.sumare.sp.gov.br

www.tj.sp.gov.br

www.usina-ctah.org.br

www.vice.com

APÊNDICE

I – Macrometrópole Paulista. PAM 2013-2040-VOLUME 1.

MACROMETRÓPOLE PAULISTA

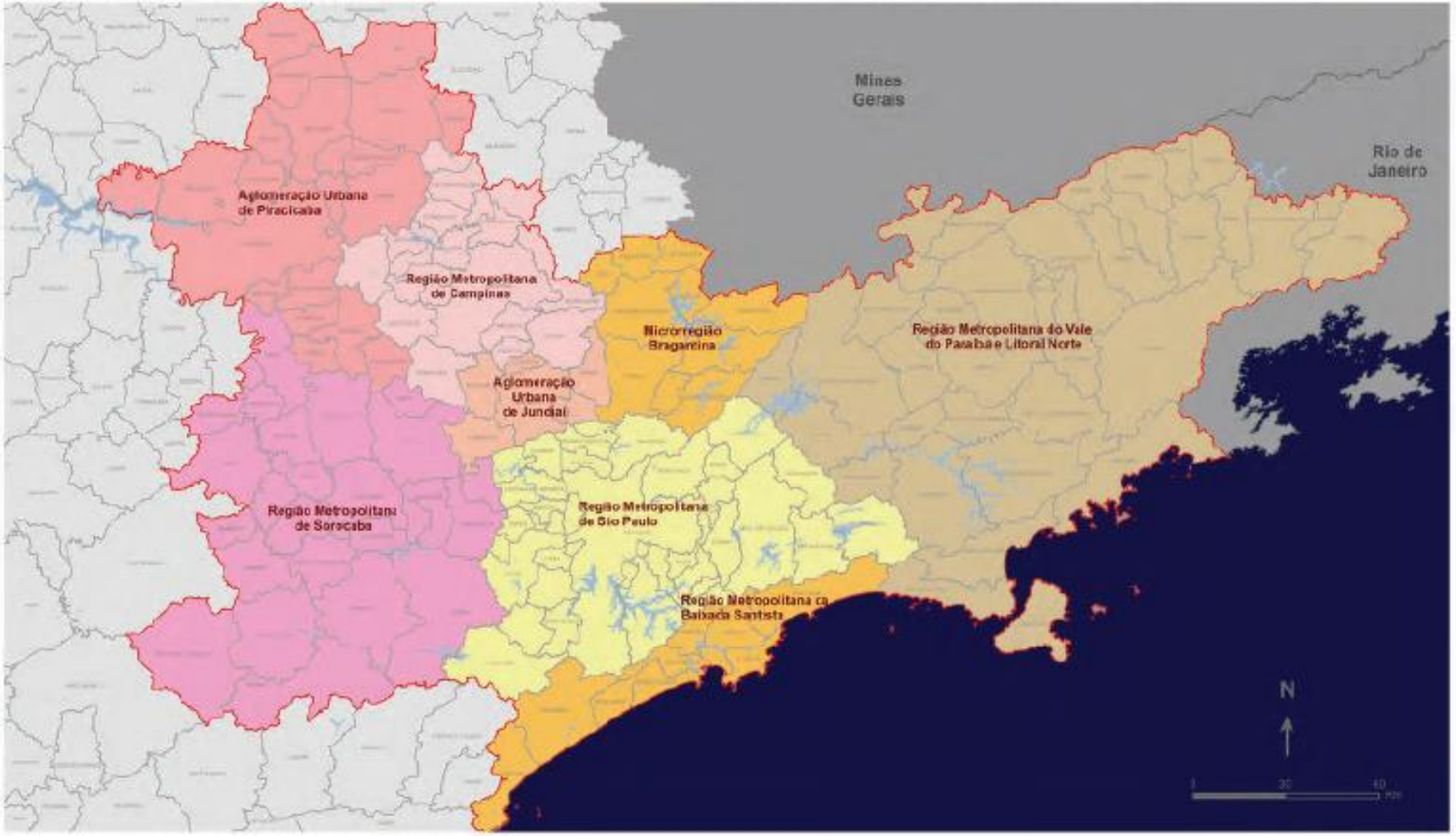
Legenda

Limite Estadual
Limite Municipal
Limite da Macrometrópole
Rios e Represas

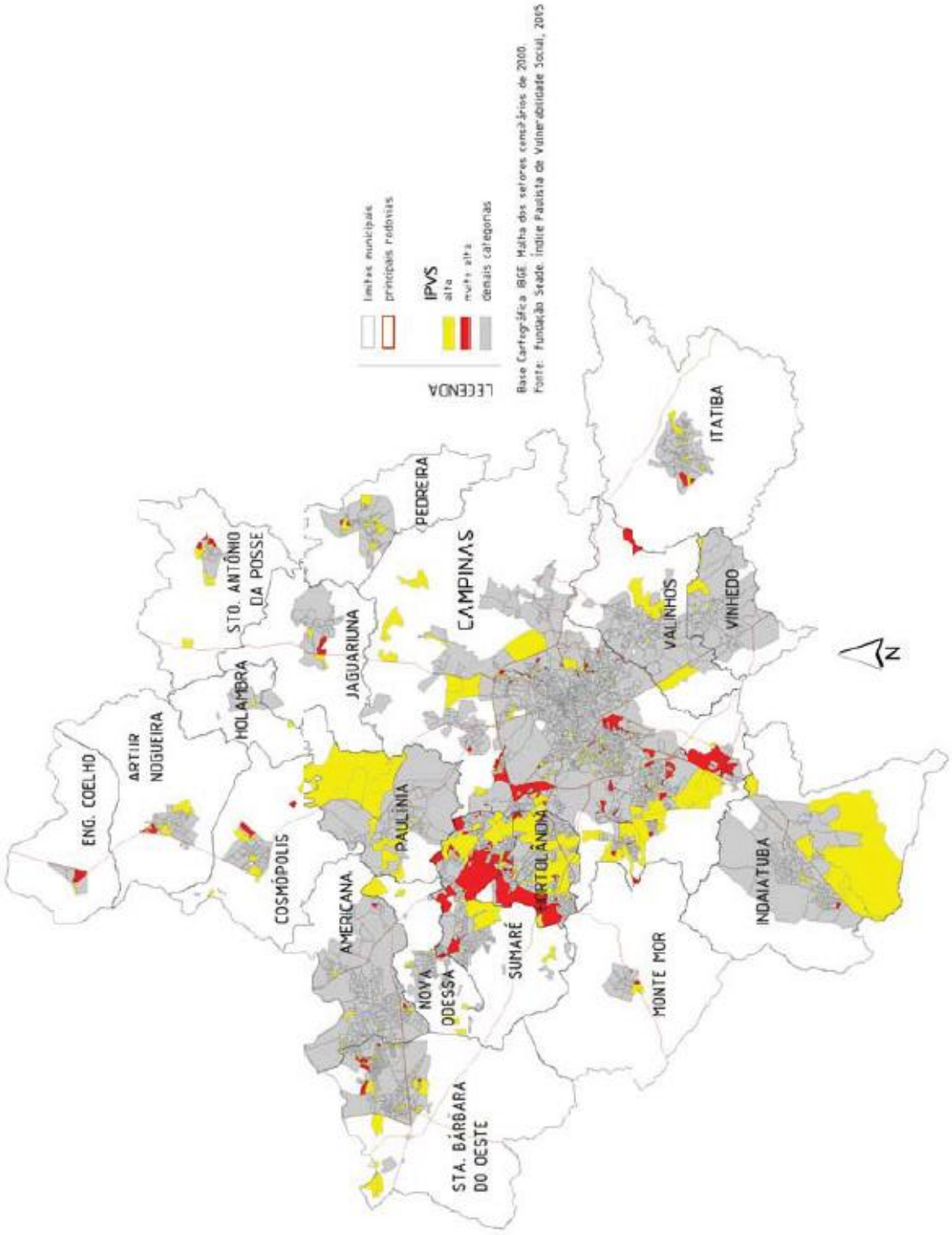
Limite das Regiões Metropolitanas
Aglomeração Urbana de Jundiaí
Aglomeração Urbana de Piracicaba
Microrregião Bragantina
Região Metropolitana da Baixada Santista
Região Metropolitana de Campinas
Região Metropolitana de Sorocaba
Região Metropolitana de São Paulo
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Fonte:
IBGE, 2010; Emplasa, 2010; DER, 2009;

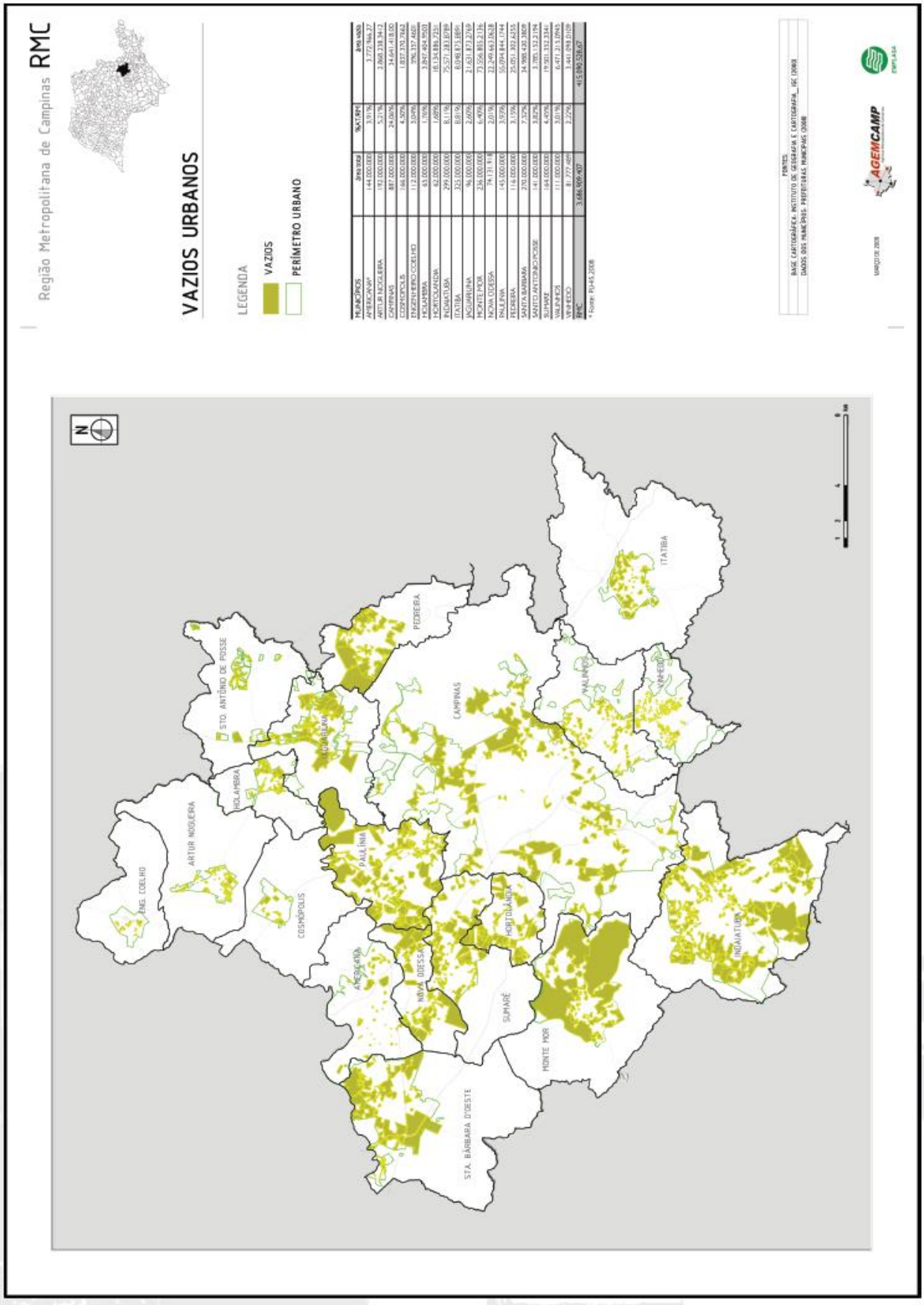
Elaboração:
Emplasa - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, 2014.



II - Índice de Vulnerabilidade Social na RMC. Elaboração: AGEMCAMP/EMPLASA. Plano metropolitano de habitação de interesse social da RMC (PMLHIS). Campinas: 2007. (*) O município de Morungaba foi incluído na RMC após elaboração do mapa.



III – Vazios Urbanos RMC



Fonte: Base cartográfica IGC, 2000; Prefeituras Municipais, 2008.